

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

"CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ELABORADAS SEGUNDO O MÉTODO DA
CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL"
-um estudo de sua elaboração-

JOÃO BATISTA MENDES

Rio de Janeiro - abril de 1992

FICHA CATALOGRÁFICA

M538c MENDES, João Batista

Consolidação de demonstrações financeiras elaboradas segundo o método da correção monetária integral: um estudo da sua elaboração" Rio de Janeiro, convênio FGV/ISEC/UERJ, 1 991.

p. 167 (Tese Mestrado)

1. Balanço financeiro:consolidação - 657.3

2. Correção monetária integral

I. FGV/ISEC/UERJ

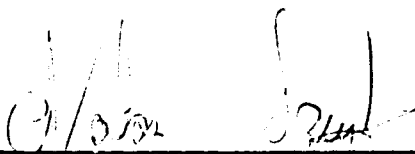
II. TÍTULO

"CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ELABORADAS SEGUNDO O MÉTODO DA
CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL"
-um estudo de sua elaboração-

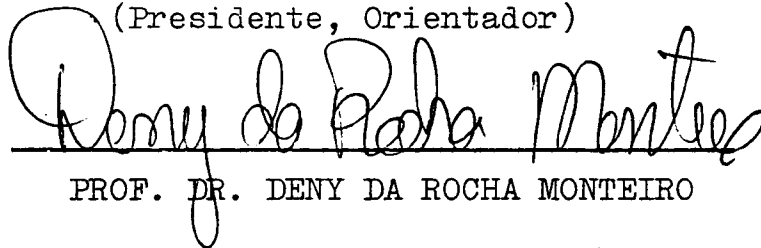
JOÃO BATISTA MENDES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO CURSO DE MESTRADO
EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO-UERJ, CONVÊNIO FGV/UERJ, COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS (M. Sc.)

APROVADA POR:



PROF. DR. NATAN SZUSTER
(Presidente, Orientador)



PROF. DR. DENY DA ROCHA MONTEIRO



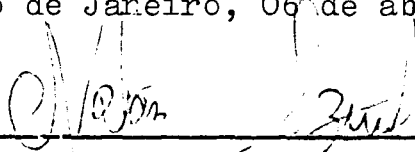
PROF. DR. AMERICO MATHEUS FLORENTINO

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
ABRIL DE 1992

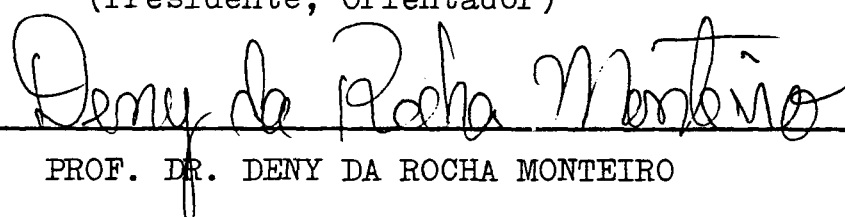
P A R E C E R

A Banca Examinadora designada pela Portaria nº 02/92 do Diretor da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, para julgar a Dissertação de Mestrado intitulada "CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS SEGUNDO O MÉTODO DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL - UM ESTUDO DE SUA ELABORAÇÃO" de autoria do mestrando JOÃO BATISTA MENDES, composta pelos abaixo assinados, após a apresentação pública da mesma pelo candidato e de ter este respondido às arguições que por seus membros foram feitas, concorda em que a referida dissertação merece ser APROVADA, sendo sugerida a sua publicação.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 1992



PROF. DR. NATAN SZUSTER
(Presidente, Orientador)



PROF. DR. DENY DA ROCHA MONTEIRO



PROF. DR. AMERICO MATHEUS FLORENTINO

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL
ABRIL DE 1992

D E D I C A T O R I A:

Dedico este trabalho:

- À minha esposa Jurema, pelo carinho, amor e compreensão dedicados a todo instante, principalmente nas horas mais difíceis.
- Aos nosso filhos Camila, Carolina e Guilherme, a quem espero ter dado exemplos de perseverança e dedicação

A G R A D E C I M E N T O S

- Ao meu irmão, amigo e conselheiro Almantino, pela paciência e abnegação com que me iniciou na profissão de contabilista.
- Ao meu colega Professor Luiz Gonzaga, pelo estímulo recebido para a realização do curso de mestrado.
- Ao meu orientador Professor Dr. Natan Szuster, pelas valiosas críticas e sugestões apresentadas a este estudo.
- Aos demais professores do ISEC, em especial ao Professor Fábio dos Santos Fonseca, pela colaboração recebida durante a fase inicial deste trabalho.
- Aos colegas da 5a. Turma do mestrado, especialmente Nonato, Maurício e Liêda, pelo companheirismo demonstrado durante o curso e pela indelével amizade que ficou.
- À nossa secretária doméstica Santa, pela incansável dedicação durante o tempo que nos acompanha, principalmente em nossa estada no Rio de Janeiro.
- Aos nossos familiares, de um modo especial às nossas mães D. Laura e D. Odete, pela resignação com que suportaram o tempo que se privaram do nosso convívio.
- Aos Professores Dr. Deny da Rocha Monteiro e Dr. Americo Matheus Florentino, pela gentileza com que se dispuseram a fazer parte do seminário desta dissertação.

S U M A R I O

Página:

CAPÍTULO I - O PROBLEMA.....	1
1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - O PROBLEMA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	4
3 - O PROBLEMA E A LITERATURA.....	7
CAPÍTULO II - O ESTUDO.....	10
1 - INTRODUÇÃO.....	10
2 - OBJETIVOS DO ESTUDO.....	11
3 - JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO.....	12
4 - DELIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	12
CAPÍTULO III - A METODOLOGIA.....	14
1 - NATUREZA DO ESTUDO.....	14
2 - PERGUNTAS DO ESTUDO.....	14
3 - PASSOS DO ESTUDO.....	15
CAPÍTULO IV - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
1 - INTRODUÇÃO.....	17
2 - CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
2.1 - Breve histórico.....	17
2.2 - Objetivos e limitações da consolidação.....	20
2.3 - Obrigatoriedade de divulgação.....	23
2.4 - inclusões e exclusões de sociedades.....	25
2.5 - Teorias de consolidação.....	29
2.6 - Participações dos acionistas minoritários.....	31
2.7 - Técnicas de consolidação.....	33
2.7.1 - Eliminação das contas entre sociedades.....	37
(a) Eliminação das participações.....	37
(b) Participações recíprocas.....	37
(c) Valores a receber e a pagar.....	39
2.7.2 - Eliminação das transações entre sociedades.....	40
(a) Receitas, custos e despesas.....	40
(b) Lucros ou prejuízos não realizados.....	41
(c) Impostos incidentes sobre as transações eliminadas.....	50

2.8 - Outros assuntos sobre consolidação.....	56
2.8.1 - Tratamento do ágio e do deságio.....	56
2.8.2 - Provisão para perdas em investimentos....	58
2.8.3 - Controlada adquirida durante o exercício..	59
2.8.4 - Controlada com Patrimônio Líquido negativo.....	63
2.8.5 - Reavaliação de ativos na controlada.....	65
2.8.6 - Controladas sediadas no exterior.....	66
2.8.7 - Princípios contábeis adotados.....	67
2.8.8 - Data das demonstrações financeiras.....	68
2.8.9 - Publicação e notas explicativas.....	69
 3 - CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL (CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS).....	 71
3.1 - Evolução histórica.....	71
3.2 - Obrigatoriedade de divulgação, padrão monetário e objetivos.....	76
3.3 - Conceitos e bases utilizados.....	78
3.3.1 - Itens monetários.....	80
3.3.2 - Itens não-monetários.....	82
3.3.3 - Ganhos e perdas nos itens monetários.....	84
3.4 - Operacionalidade.....	87
3.4.1 - Elaboração do Balanço Patrimonial Complementar.....	87
(a) Itens avaliados em moeda presente.....	88
(b) Itens avaliados em moeda do passado....	88
(c) Itens avaliados em moeda do futuro....	91
3.4.2 - Elaboração da Demonstração Complementar do Resultado.....	91
(a) Regime de competência mensal.....	91
(b) Ganhos e perdas nos itens monetários..	93
(c) Receitas e despesas financeiras.....	94
(d) Resultado da equivalência patrimonial..	94
(e) Classificação dos ganhos e perdas nos os itens monetários e ajustes a valor presente.....	95
(f) Diferenças intertemporais do Imposto de Renda.....	96
3.4.3 - Elaboração das demais demonstrações complementares.....	97
3.4.4 - Notas Explicativas.....	97

	Página
CAPÍTULO V - EXEMPLIFICAÇÕES.....	98
1 - INTRODUÇÃO.....	98
2 - EXEMPLO REFERENCIAL BÁSICO.....	101
3 - APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS "A" e "B".....	104
3.1 - EXEMPLO No. 1.....	104
3.1.1 - Aplicação do PROCEDIMENTO "A".....	104
3.1.2 - Aplicação do PROCEDIMENTO "B".....	109
3.1.3 - Observações sobre os resultados.....	113
3.2 - EXEMPLO No. 2.....	115
3.2.1 - Aplicação do PROCEDIMENTO "A".....	115
3.2.2 - Aplicação do PROCEDIMENTO "B".....	121
3.2.3 - Observações sobre os resultados.....	125
3.3 - EXEMPLO No. 3.....	126
3.3.1 - Aplicação do PROCEDIMENTO "A".....	126
3.3.2 - Aplicação do PROCEDIMENTO "B".....	132
3.3.3 - Observações sobre os resultados.....	138
3.4 - EXEMPLO No. 4.....	139
3.4.1 - Aplicação do PROCEDIMENTO "A".....	139
3.4.2 - Aplicação do PROCEDIMENTO "B".....	146
3.4.3 - Observações sobre os resultados.....	152
CAPÍTULO VI - ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS.....	153
1 - INTRODUÇÃO.....	153
2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES.....	153
3 - ANÁLISE COMPARATIVA.....	157
CONCLUSÕES, SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES.....	159
1 - INTRODUÇÃO.....	159
2 - CONCLUSÕES.....	159
3 - SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES.....	161
BIBLIOGRAFIA.....	163

R E S U M O

Este trabalho teve por objetivo verificar a praticabilidade de aplicação simultânea das metodologias de "consolidação de demonstrações financeiras" e da "correção monetária integral" (Contabilidade a Nível Geral de Preços), através de um estudo de cunho exploratório.

Para tanto, procedeu-se a uma revisão dos conceitos existentes na literatura nacional e estrangeira, enfatizando as principais normas e procedimentos instituídos no Brasil, com o objetivo de dar fundamentação teórica e justificar os limites e as contribuições do estudo

Neste sentido, foram elaborados quatro exemplos simulados, a partir de situações reais, com a aplicação de dois procedimentos possíveis quais sejam: Procedimento "A": "Corrigir as demonstrações consolidadas"; e Procedimento "B": "Consolidar as demonstrações já corrigidas."

Com base nos resultados obtidos foi possível fazer uma análise comparativa dos dois procedimentos e, ainda, chegar a importantes conclusões, além de ensejar algumas recomendações e sugestões para futuros trabalhos sobre o assunto estudado.

A B S T R A C T

This paper had as objective verify the feasibility of simultaneous application of both methodologies from "Consolidation of Financial Statements" and from "Integral Price-Level Accounting", through an exploratory study.

A review of the existing concepts of national and foreign literature, has been made, with special emphasis to the main standards and procedures set forth in Brazil therefor, to provide theoretical foundation and justify the limits of and the contributions from the survey.

Four simulated examples have been arrive at from actual situations, with two procedures likely to occur applied, namely: Procedure "A": "To restate the consolidated Statements"; and Procedure "B": "To consolidate the restated Statements."

Based on the results obtained, a comprative analysis has been turned possible of the two above procedures, in addition to permitting reaching important conclusions, and suggestions for further papers on the subject in question.

I - O P R O B L E M A

1 - INTRODUÇÃO

A Contabilidade, como ciência inserida nos ambientes social, institucional e econômico, tem procurado acompanhar, de forma aderente aos interesses dos seus usuários, as diversas modificações ocorridas nesses ambientes.

Surgida num cenário caracterizado pelo desenvolvimento embrionário das entidades comerciais, a Contabilidade desenvolveu-se e adaptou-se ao cenário moderno, marcado pelo desenvolvimento industrial.

Atualmente, a Contabilidade está inserida num ambiente caracterizado pela tecnologia avançada, pelo surgimento de grandes "conglomerados de empresas" -como forma de combinar esforços e recursos na consecução de objetivos comuns-, por um mercado de capitais atuante -como condição imprescindível ao desenvolvimento das grandes empresas-, e pelo aparecimento de um novo componente, a inflação -como consequência, dentre outros fatores, do aumento da procura por bens e serviços maior do que a oferta e mudanças tecnológicas desses bens e serviços.

No Brasil, as condições peculiares do desenvolvimento do mercado de capitais vêm exigindo da Contabilidade modelos contábeis financeiros (como distintos dos gerenciais) e de evidência aperfeiçoados, capazes de fornecer, aos investidores, principalmente, elementos de avaliação, no sentido de auxiliá-los no processo de tomada de decisões.

Neste sentido, a legislação societária brasileira (Lei No. 6.404/76) fez conter, em seu bojo, dispositivos normatizados de elaboração de demonstrações financeiras para as companhias, destacando-se, para efeito deste estudo, os dispositivos da correção monetária (artigo 185) e das demonstrações consolidadas (artigos 249 e 250).

Ao instituir as normas e os procedimentos de consolidação de demonstrações financeiras, a legislação brasileira valeu-se, então, de uma metodologia desenvolvida anteriormente em outros países, notadamente nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha. (1)

Desde então, essa metodologia tem sido adequada, de modo genérico, às diversas circunstâncias que podem envolver os processos de consolidação, inclusive quanto ao método da correção monetária, nos moldes da legislação societária. Haja vista que, por esta legislação, "os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional" são compulsoriamente reconhecidos pela escrituração contábil de todas as sociedades envolvidas no processo de consolidação (as estabelecidas no país).

De igual forma, a atual sistemática de correção monetária, introduzida pela mesma legislação societária, também está fundamentada em uma metodologia desenvolvida anteriormente em outros países ("General Price-Level Accounting").

(1) cf. STANDERSKI, Wlademiro. "Consolidação de balanços de empresas nacionais e multinacionais." (1976) p. 11

Todavia, trata-se de uma aplicação parcial da metodologia da Contabilidade a Nível Geral de Preços, cujo método simplificado parece ter sido desenvolvido no Brasil, conhecido como "correção monetária do balanço".

Entretanto, em períodos de elevadas taxas inflacionárias, o método da correção monetária do balanço ou "método legal" (pela legislação) mostra-se bastante limitado, quanto ao poder de evidencição dos reais valores que compõem o resultado e, principalmente, da verdadeira variação no capital de giro da empresa, um dado fundamental no auxílio das tomadas de decisões.

Diante do agravamento da situação inflacionária experimentada nos últimos anos, fez-se necessária a aplicação da metodologia da Contabilidade a Nível Geral de Preços, de forma "integral" (como distinto da forma parcial, instituída pela legislação).

Desse modo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão governamental regulador e disciplinador do mercado de capitais, determinou que as companhias abertas elaborassem e publicassem demonstrações financeiras complementares, que atendessem plenamente ao Princípio do Denominador Comum Monetário ou seja, com a aplicação da Contabilidade a Nível Geral de Preços de forma "integral".

No entanto, as demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante, ou "pela correção integral", como ficaram conhecidas no meio profissional contábil, são elaboradas a partir de ajustes às demonstrações financeiras "pela

legislação", sem, contudo, alterar a escrituração contábil da companhia.

Assim sendo, tem-se então uma circunstância específica que não é abordada pela metodologia atual de consolidação de balanços: "o tratamento dado, na consolidação, aos ajustes decorrentes da aplicação do método da correção monetária integral e que não são registrados na escrituração contábil."

Nessa circunstância, pode estar havendo diversidade de práticas, gerando, talvez, demonstrações financeiras consolidadas com correção monetária integral distorcidas ou diferenciadas.

Diante de tais considerações, surgiu o problema que se estudou neste trabalho, qual seja: "A CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS SEGUNDO O MÉTODO DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL".

2 - O PROBLEMA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A consolidação de balanços começou a ser obrigatória, somente para alguns casos a critério do Banco Central do Brasil, de acordo com a Circular 179, de 11-5-1972. (2)

Com o advento da Lei No. 6.404, de 15-12-1976 (Lei das Sociedades por Ações), foi instituída a obrigatoriedade de elaboração e divulgação de demonstrações consolidadas, para as compa-

(2) cf. STANDERSKI, Wlademiro. "Consolidação de balanços de empresas nacionais e multinacionais." (1976) p. 12

nhas abertas que tiverem mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas (art. 249) e para as sociedades que se constituírem "Grupo de Sociedades", na forma estabelecida pela Lei (arts. 265 e seguintes). Foram instituídas, ainda, as "normas sobre consolidação" (art. 250).

Todavia, foi somente a partir da edição da Instrução CVM No. 15 e Nota Explicativa CVM No. 21, ambas de 3-11-80, dispondo sobre as normas e procedimentos para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, é que se fixaram definitivamente os conceitos e os objetivos de consolidação de balanços no Brasil.

A correção monetária integral, por seu lado, foi instituída pela Instrução CVM No. 64, de 19-5-1987, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação de demonstrações contábeis (financeiras) complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante.

Com aplicação obrigatória para as companhias abertas, a referida Instrução nas disposições finais e transitórias fez menção, em relação ao primeiro exercício de sua vigência, à dispensa das demonstrações complementares relativas ao exercício social anterior, das demonstrações complementares consolidadas e à aplicação facultativa para as companhias abertas com valores mobiliários admitidos à negociação exclusivamente no mercado de balcão.

O problema sob enfoque, qual seja, a consolidação de

demonstrações financeiras elaboradas pelo método da correção integral, mereceu, por parte da legislação, apenas dois itens do Parecer de Orientação CVM No. 14, de 14-12-87, dando inteligência aos dispositivos da Instrução CVM No. 64/87.

O item 18 do referido parecer menciona:

Em nenhum caso existe a obrigatoriedade de coligadas e controladas fechadas fazerem a correção monetária integral de todas as suas demonstrações financeiras. Entretanto, como a investidora precisa adaptar as demonstrações das investidas aos princípios e métodos que ela, investidora, usa, é importante verificar a necessidade de eventuais ajustes ao balanço de cada coligada e controlada, antes de aplicar o método da equivalência patrimonial".

O item 19 do mesmo Parecer, com referência à consolidação, estabelece:

Mesmo para a consolidação das demonstrações financeiras, pode a controladora dispensar suas controladas de elaborar a correção integral. Basta que a controladora efetue a consolidação das demonstrações societárias mensalmente, porque poderá então aplicar a correção integral diretamente sobre essas demonstrações consolidadas".

E conclui:

Todavia, para finalidades gerenciais, acredita-se que a extensão da correção integral a todas as controladas será extremamente benéfica e, em alguns casos, poderá até facilitar a obtenção das demonstrações consolidadas ajustadas".

Vê-se, então, que no entendimento da CVM, existe a possibilidade de se aplicarem, à escolha, dois procedimentos distintos para a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral", quais sejam

- (1) a controladora consolida as demonstrações financeiras "pela legislação", mensalmente, e aplica a correção integral diretamente sobre essas demonstrações consolidadas; e
- (2) as controladas elaboram as suas demonstrações "pela correção integral" e a controladora consolida essas demonstrações.

Todavia, a prática desses dois procedimentos está circunscrita, até então, no âmbito das empresas obrigadas a elaborar demonstrações financeiras consolidadas.

3 - O PROBLEMA E A LITERATURA

O problema central deste estudo, especificamente, não foi encontrado em nenhum trabalho pesquisado. No entanto, encontrou-se uma vasta literatura sobre as duas metodologias que dão suporte ao mesmo, enquanto metodologias de aplicações distintas.

Estudos sobre consolidação de demonstrações financeiras foram encontrados em várias obras estrangeiras de contabilidade avançada e financeira, tais como: Bedford; Perry and Wyatt (1967), Mosich and Larsen (1983) e Rosenfield and Rubin (1985) nos Estados Unidos; Jaeger (1976) e Woolf; Tanna and Singh (1985), na Grã-Bretanha, dentre outros.

No Brasil, têm-se os trabalhos pioneiros de Cruz Filho (1975) e Standerski (1976), ambos editados anteriormente à Lei No. 6.404/76. Os mais recentes são de: Purificação (1979), Iudícibus; Martins e Gelbcke (1981), Walter (1982), Almeida (1985) e do IBRACON (1988).

Com exceção das obras editadas na Grã-Bretanha, as demais seguem a mesma linha metodológica e procedimentos preconizados no "Accounting Research Bulletin-ARB 51" do FASB. Os trabalhos britânicos, por seu turno, estão baseados no "Companies Act 1948" e no "Statements of Standard Accounting Practice No. 14 (SSAP 14): Group Accounts", editado pelo "Accounting Standards Committee (ASC)" em 1978. Contudo, seguem normas e procedimentos muito semelhantes aos preconizados no "ARB 51".

Estudos sobre correção monetária, por sua vez, foram encontrados em uma literatura mais ampla, devido à diversidade de metodologias existentes e adotadas em diversos países, para se ajustar as demonstrações contábeis em face de mudanças de preços dos ativos ("inflation accounting").

As obras estrangeiras consultadas abordam essas metodologias sob dois enfoques: Contabilidade a Nível Geral de Preços ("General Price-Level Accounting") e Contabilidade a Custo Corrente ("Current Cost Accounting"). Hendriksen (1965, 1982), e Whittington (1983), foram os principais autores pesquisados.

No Brasil, a obra do Professor Sérgio de Iudícibus, Teoria da Contabilidade (1979), aborda ainda a metodologia do custo corrente corrigido, estudo este aprofundado pelo Professor Natan Szuster, em suas teses de mestrado (1980) e doutoramento (1985), na Universidade de São Paulo (USP).

Entretanto, com a finalidade de dar fundamentação teórica a este trabalho e dentro de suas limitações abordaram-se, tão somente, os estudos sobre a Contabilidade a Nível Geral de

Preços, em cuja metodologia se assenta o método da correção monetária integral, nos moldes da Instrução CVM número 64/87.

Estudos sobre correção monetária integral, no Brasil, são encontrados nas obras de: Martins (1984), Bento e Bento (1987), Almeida (1988), Trevisan & Associados (1988) e Martins e Assaf Neto (1985). Trabalhos importantes foram ainda editados pelo Boletim IOB: Temática Contábil e Balancos, de autoria dos Professores Eliseu Martins (1982 a 1991), Natan Szuster (1986 a 1991), Marcelo Cavalcanti Almeida e Alexandre Assaf Neto.

II - O E S T U D O

1 - INTRODUÇÃO

O corpo da doutrina contábil se mantém apoiado em três parâmetros fundamentais, a saber: a utilidade, a objetividade e a praticabilidade.

A utilidade de um método contábil, por exemplo, pode ser auferida "no sentido de que dele resulta informação significativa e valiosa aos que precisam saber algo acerca de certo negócio." (1)

Pelas afirmações de Iudícibus, a objetividade do método deve ser verificada, segundo o resultado de um consenso de profissionais qualificados, normalmente trabalhando em comitês de estudo e pesquisa, criados por institutos de contadores. (2)

A praticabilidade do método, segundo ANTHONY, (3) é verificada "até onde possa ser efetuado sem complexidade ou custos indevidos." O Professor Sérgio de Iudícibus, (4) contudo, chama a atenção para o fato de "não se confundir praticabilidade com dificuldade, no conceito rigoroso de que tudo que não for praticável com extrema facilidade deve ser considerado impraticável."

(1) ANTHONY, Robert N. "Contabilidade Gerencial." (1974) p. 32.

(2) IUDÍCIBUS, Sérgio de. "Análise de Balancos." (1986) p. 39.

(3) ANTHONY, Robert N. Op. cit. p. 32.

(4) IUDÍCIBUS, Sérgio de. citado por SZUSTER, Natan. "Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda". FEA/USP (1980) p. 89

2 - OBJETIVOS DO ESTUDO

O que se depreende do disposto nos itens 18 e 19 do Parecer de Orientação CVM No. 14/87, é a possibilidade de se aplicarem, na obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral", dois procedimentos distintos.

Desse modo, este estudo teve por objetivo verificar, à luz das metodologias abordadas, a praticabilidade da consolidação de demonstrações financeiras elaboradas segundo o método da correção monetária integral, com a aplicação dos dois procedimentos possíveis "A" e "B" a seguir descritos.

PROCEDIMENTO "A":

"a controladora consolida as demonstrações mensalmente e aplica a correção integral diretamente sobre essas demonstrações consolidadas." (*)

PROCEDIMENTO "B":

"as controladas elaboram as suas demonstrações pela correção integral e a controladora consolida essas demonstrações."

A análise da aplicação dos dois procedimentos acima permitiu observar a praticabilidade de cada um, as dificuldades particulares e as vantagens e desvantagens comparativas.

O estudo foi realizado através de elaboração de exemplos simulados, formulados a partir de premissas calcadas na revisão de literatura e em situações reais encontradas em algumas empresas visitadas.

(*) NOTA: Pelo procedimento "A", supõe-se a controladora dispensando as controladas da "correção integral".
(Parecer de Orientação CVM No. 14/87, item 19).

3 - JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO

Tanto a consolidação de balanços quanto a correção integral são satisfatoriamente tratadas pela literatura contábil disponível, enquanto metodologias distintas.

Entretanto, com relação à aplicação das duas metodologias concomitantemente não se encontrou, até hoje, um estudo completo que tratasse especificamente do problema.

Desse modo, do ponto de vista geral, este estudo se justifica pela oportunidade que se teve de poder confirmar a harmonia e a praticabilidade das duas metodologias aplicadas simultaneamente, bem como de aprofundar-se nos seus embasamentos teóricos.

Nos aspectos mais particulares, pode dar, pelo menos em parte, uma contribuição à elaboração e à análise das demonstrações financeiras de sociedades que aplicam essas metodologias, com possibilidades de descoberta de soluções para casos específicos.

Justifica-se, ainda, pela possibilidade de se detectarem pontos que mereçam ser pesquisados em futuros estudos, que, por limitações temporais e financeiras, não puderam ser abrangidos por este trabalho.

4 - DELIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo da consolidação de balanços e da correção

monetária integral poderia ser abordado de diversas formas. Todavia, este trabalho foi circunscrito ao problema do "como fazer a consolidação de demonstrações financeiras elaboradas segundo o método da correção monetária integral", delimitado pela abordagem dos procedimentos enunciados no tópico "2" do Capítulo II anteriormente.

III - A M E T O D O L O G I A

1 - NATUREZA DO ESTUDO

Para se atingirem os objetivos propostos optou-se pelo método descritivo de "cunho exploratório", que é "recomendável quando há poucos conhecimentos sobre o problema a ser estudado".

(1)

Consoante Cervo et Bervian,

"os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo. (2)

Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de dar fundamentação teórica e justificar os limites e as contribuições do estudo.

2 - PERGUNTAS DO ESTUDO

O problema central que se estudou foi o que se pode resumir da seguinte maneira:

"COMO FAZER A CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS SEGUNDO O MÉTODO DA CORRECÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL?"

(1) CERVO Amado L. et BERVIAN. Pedro A. "Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários" (1983) p. 56

(2) idem, ibdem.

O estudo procurou respostas a outras perguntas, porém relacionadas à pergunta principal:

- (a) a aplicação de diferentes procedimentos provocam diferenças relevantes na obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral"?
- (b) quais são os principais problemas ou dificuldades para a aplicação desses procedimentos?

3 - PASSOS DO ESTUDO

Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre demonstrações financeiras consolidadas e contabilidade a nível geral de preços, com enfoque na "correção monetária integral". Enfatizaram-se as normas e os procedimentos instituídos, bem como a posição de alguns autores sobre assuntos que estão relacionados com o problema em estudo.

Em seguida, foram entrevistadas algumas pessoas que estão envolvidas diretamente com o problema, tais como contadores, auditores, analistas da CVM, professores e acadêmicos. O intuito foi identificar e obter maiores informações acerca dos principais problemas que estes profissionais enfrentam na obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral".

Adicionalmente, foram coletadas, junto às empresas que elaboram essas demonstrações, informações sobre como estão procedendo diante das situações tratadas neste estudo. Por razões temporais e financeiras escolheu-se empresas sediadas nas cidades do Rio de Janeiro-RJ e Uberlândia-MG.

Em etapa seguinte, foram elaborados quatro exemplos simulados envolvendo as situações levantadas nas etapas anteriores, com a aplicação dos dois procedimentos propostos no tópico "2" do Capítulo II anteriormente. Logo em seguida, foram feitas as análises dos resultados obtidos.

Como etapa final, procurou-se responder à questão central do problema em estudo bem como às demais perguntas relacionadas, levantar pontos que mereçam ser estudados futuramente, e, ainda, fazer recomendações sobre a importância do assunto abordado.

IV - R E V I S Ã O B I B L I O G R A F I C A

1 - INTRODUÇÃO

As premissas e pressupostos teóricos, bem como os conceitos apresentados neste trabalho têm como referencial:

- (a) sobre consolidação de demonstrações financeiras: a Lei No. 6.404/76 e Instrução CVM No. 15/E0, tendo como base o "Accounting Research Bulletin No 51: "Consolidated Financial Statements".
- (b) sobre correção monetária integral: a Instrução CVM No. 64/87 e Instrução CVM No. 108/89, tendo como base os estudos sobre "correção monetária", (no Brasil), e "accounting for changing prices", (nos EUA e Grã-Bretanha).

2 - CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Breve histórico

O trabalho de STANDERSKI (1) faz referência a que, segundo PEÑA, os primeiros demonstrativos consolidados de que se tem notícia surgiram nos Estados Unidos da América, no final do século passado e início deste. As primeiras sociedades a elaborarem balanços consolidados foram: a "American Cotton Oil Trust" (1886), "National Lead Company" (1892), "General Electric Company" (1894), "Rubber Company" (1902), "U.S. Steel Corporation (1902), "Eastman Kodak Company" (1902) e, "Bethlehem Steel Corporation" (1905).

(1) STANDERSKI, Vlademiro. "Consolidação de balanços de empresas nacionais e multinacionais". (1976) p. 11

Ainda de acordo com a mesma referência, consta que a "American Association of Public Accountants", predecessora da atual "American Institute of Certified Public Accountants-AICPA", incluiu os demonstrativos consolidados em seus exames pela primeira vez em 1904; e que os primeiros trabalhos publicados surgiram em 1905 e 1907.

O mesmo trabalho observa que, a partir de 1904, o desenvolvimento acelerado de grupos econômicos nos Estados Unidos fez com que se tornasse regra a adoção de demonstrativos consolidados, prática que se seguiu no Canadá e mais tarde na Inglaterra, Alemanha, França e Suíça.

Entretanto, foi somente por volta da metade deste século em diante é que se normatizaram os procedimentos de consolidação, através de pronunciamentos de órgãos profissionais e da legislação de alguns países.

O mais importante desses pronunciamentos foi o "Accounting Research Bulletin (ARB) No. 51" editado pelo FASB em agosto de 1959, que, nas observações de ROSENFELD & RUBIN (1985), é "o principal pronunciamento oficial sobre consolidação de demonstrações financeiras atualmente". (2)

Outro pronunciamento importante foi o "International Accounting Standards (IAS) No. 3", emitido pelo "International Accounting Standards Committee (IASC)", em junho de 1976. (3)

(2) ROSENFELD, Paul and RUBIN, Steven. "Consolidation, translation, and the equity method." (1985) p. 2

(3) INTERNATIONAL Accounting Standards Committee (IASC).
"Norma Internacional de Contabilidade NIC 3, traduzida pelo IBRACON. "Princípios contábeis..." (1988) p. 427

De acordo com ARPAN & RADEBAUGH (1985), esse pronunciamento foi significativo em termos de definições de controle (como a participação majoritária no capital volante), bem como as recomendações sobre o método da equivalência patrimonial ("equity method"). Esta última exigência, como citam os autores, causou um forte impacto em muitos países, inclusive no Japão. (4).

Outros pronunciamentos se seguiram como, o "Statements of Standard Accounting Practice (SSAP) No. 14" emitido em setembro de 1978 pelo "Accounting Standards Committee of the United Kingdom" e o "Seventh Directive" (junho, 1983) adotado pelos países membros da "European Economic Community (EEC ou EC)". O "directive" introduziu, na legislação dos países membros em janeiro de 1988, a apresentação obrigatória de demonstrações financeiras consolidadas a partir de 01 de janeiro de 1990. (5).

No Brasil, segundo STANDERSKI, o primeiro balanço consolidado que se viu publicado, de acordo com a Circular No. 179 do Banco Central do Brasil, foi o da Petrobrás, referente ao exercício de 1974, seguindo-se o do Grupo Força e do Grupo Real, em 1975.

(4) ARPAN, Jeffrey S. and RADEBAUGH, Lee H. "International accounting and multinational enterprises." (1985) p. 174.

(5) cf. ARPAN, Jeffrey S. and RADEBAUGH, Lee H. Op. cit. p. 177.

2.2 - Objetivos e limitações da consolidação.

Os objetivos das demonstrações financeiras consolidadas descritos no "ARB 51" e na Nota Explicativa CVM No. 21, deixam evidente que são os usuários externos os principais beneficiários das informações contidas nos balanços consolidados.

De acordo com o "ARB 51":

"O objetivo das demonstrações consolidadas é o de apresentar, primeiramente em benefício dos acionistas e credores da companhia principal, os resultados das operações e a posição financeira da companhia principal e de suas subsidiárias, essencialmente como se o grupo fosse uma só companhia com uma ou mais filiais ou divisões".

A Nota Explicativa CVM No. 21/80 assim também se refere ao objetivo das demonstrações financeiras consolidadas, o "de tornar público, de divulgar a acionistas, credores e demais interessados, a situação patrimonial e financeira integrada, assim como os resultados auferidos englobadamente."

A Norma Internacional de Contabilidade NIC-3, do IASC, por outro lado, define as demonstrações financeiras consolidadas como sendo "demonstrações que apresentam os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas da empresa matriz e das suas subsidiárias "como se fossem de uma única empresa". (6)

Dessa maneira, ROSENFELD & RUBIN argumentam que, ao contrário da definição do "ARB 51" que diz "como se o grupo fosse uma só companhia", uma entidade consolidada não é uma única

(6) in IBRACON. "Princípios contábeis, normas e procedimentos de auditoria". (1988) p. 427.

companhia ou qualquer outro tipo de empreendimento único. Segundo o autor, "ela representa um grupo de companhias unidas por uma atividade econômica sob controle comum." (7)

De qualquer forma, observa FLORENTINO, "os balanços consolidados não possuem qualquer valor ou eficácia jurídica. Servem apenas sob o ponto de vista econômico." (8)

Embora as demonstrações financeiras consolidadas tenham um valor muito grande para apresentar a posição financeira e os resultados das operações de um grupo de empresas, elas não substituem as demonstrações individuais para certos propósitos.

Na opinião de BEDFORD, PERRY & WYATT, as demonstrações consolidadas ignoram importantes relações legais ao apresentarem demonstrações de uma "entidade econômica". Onde existem interesses nas companhias individuais, as demonstrações consolidadas podem sofrer limitações quanto a acionistas minoritários, credores e analistas financeiros. (9)

Entretanto, salientam os referidos autores:

"Embora as demonstrações consolidadas possam sofrer limitações quanto a sua utilidade a credores das subsidiárias, isto não é por si só, razão suficiente para a exclusão de uma subsidiária da consolidação." (10)

(7) ROSENFELD, Paul and RUBIN, Steven. "Consolidation, translation, and the equity method". p. 241

(8) FLORENTINO, Américo M. "Análise Contábil". (1987) p. 109.

(9) BEDFORD, Norton. M; PERRY, Kenneth W. and WYATT, Arthur R. "Advanced accounting." (1967) p. 252

(10) Idem, ibidem.

Outrossim, FINNEY & MILLER chamam a atenção para a necessidade de se tomarem alguns cuidados na análise das demonstrações consolidadas.

Segundo os autores, "a análise de índices baseados em elementos consolidados podem resultar em impressões falsas. Tais índices são compostos e a boa ou má posição de uma companhia individualmente não é evidenciada por eles." (11)

Outro cuidado que se deve tomar, é com relação aos estoques do consolidado, quando:

"É comum aparecer como estoque de produtos acabados no balanço consolidado, o estoque total de produtos acabados de todas as companhias e combinar os outros estoques em maneira similar. Entretanto, se vendas de produtos acabados de uma companhia torna-se matéria prima da companhia compradora, tal classificação do estoque pode ser enganosa e dar uma falsa impressão da liquidez dos estoques." (12)

FINNEY & MILLER argumentam ainda que: "por estas e outras razões, uma controladora deve publicar suas próprias demonstrações bem como as demonstrações consolidadas (13)

Os autores fazem esta observação, no sentido de que nos Estados Unidos e Canadá, por exemplo, a prática é de se publicar somente as demonstrações financeiras consolidadas. Enquanto que em outros países como Austrália, França, Alemanha, Japão, México, África do Sul, Grã-Bretanha e Venezuela, dentre outros, publicam as demonstrações consolidadas como suplemento das demonstrações

(11) FINNEY, H. A. and MILLER, H. E. "Principles of financial accounting." (1968) p. 362

(12) Idem, ibidem.

(13) Idem, ibidem

financeiras das companhias controladoras. (14)

No Brasil, esta também tem sido a prática, imposta pela Lei No. 6.404/76, ao determinar que a controladora deverá divulgar, "juntamente com suas demonstrações financeiras, as demonstrações consolidadas". (Art. 249)

2.3 - Obrigatoriedade de divulgação.

A obrigatoriedade de se publicarem demonstrações financeiras consolidadas, no Brasil, está explícita no artigo 249 da Lei 6.404/76 como segue:

"A companhia aberta que tiver mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas nos termos do art. 250" (*)

O parágrafo segundo do artigo 243 encerra o seguinte conceito de sociedade controlada

"Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegure, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores".

(14) PRICE WATERHOUSE. "International survey of accounting principles and reporting practices. In ARPAN and RADEBAUGH. "International accounting and multinational enterprises" (1985) p. 175.

(*) NOTA: A Companhia é aberta, nos termos da referida lei, quando "os valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão" (artigo 4o.).

A obrigatoriedade de publicação de demonstrações financeiras consolidadas se estende, ainda, às sociedades organizadas sob a convenção de grupo, nos termos da mesma lei, conforme o seu artigo 275:

"O grupo de sociedades publicará, além das demonstrações financeiras referentes a cada uma das companhias que o compõem, demonstrações consolidadas, compreendendo todas as sociedades do grupo, elaboradas com observância do disposto no art. 250".

Grupo de sociedades, de acordo com a Exposição de Motivos anexo ao Projeto da Lei das S/As, "é uma forma evoluída de inter-relacionamento de sociedades que, mediante aprovação pelas assembléias gerais de uma 'convenção de grupo', dão origem a uma 'sociedade de sociedades'."

Desse modo, o artigo 265 da Lei das S.A. traz como características do grupo de sociedades, o seguinte:

"A sociedade controladora e suas controladas podem constituir, ..., grupo de sociedades, mediante convenção pela qual se obriguem a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetivos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns."

O que se depreende, no caso de grupos de sociedades, é que elas (sociedade controladora e suas controladas), podem ser companhias abertas ou fechadas. (*)

(*) NOTA: A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por sua vez, se preocupa apenas com as "sociedades de comando de grupo de sociedades que inclua companhia aberta" ainda que não tenham (as sociedades de comando) a forma de sociedade por ações. Instrução CVM No. 15/80, art. 2o. "b" e Nota Explicativa CVM No. 21/80. Inciso 7.2).

De acordo com a Instrução CVM No. 15/80, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado do exercício, e a demonstração consolidada das origens e aplicações de recursos (Art. 1o).

2.4 - Inclusões e exclusões de sociedades.

A Lei das sociedades por ações delegou competência à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para expedir normas sobre as sociedades cujas demonstrações devam ser abrangidas na consolidação, e.

- (a) determinar a inclusão de sociedades que, embora não controladas, sejam financeira ou administrativamente dependentes da companhia;
- (b) autorizar, em casos especiais, a exclusão de uma ou mais sociedades controladas. (Art. 249, parágrafo único).

Por seu turno, a CVM normatizou, tão somente, a possibilidade de exclusão de sociedades controladas da consolidação, conforme se depreende da Instrução CVM No. 15/80:

"Em casos especiais justificados, e mediante prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários, podem ser excluídas da consolidação as sociedades cuja inclusão nas demonstrações financeiras consolidadas venha a distorcer a representação da unidade econômica." (Art. 7o.)

A Comissão de Valores Mobiliários, no entanto, não se pronunciou sobre quais as circunstâncias que poderiam ser enqua-

dradas como "casos especiais justificados".

A esse respeito, JAEGER cita três possíveis situações que podem levar à exclusão de sociedades controladas da consolidação, de acordo com o "Companies Acts 1948":

- "(a) ser impraticável ou de pequeno montante em vista dos valores envolvidos e a probabilidade de gastos ou demoras desproporcionadas; ou
- (b) conduzir os leitores a interpretações errôneas ou prejudiciais sobre o grupo, ou
- (c) os negócios da companhia principal e da subsidiária serem tão diferentes que não pudessem ser razoavelmente tratados como um só empreendimento" (15)

ALMEIDA listou os seguintes exemplos para excluir sociedades controladas da consolidação.

- (1) sociedades controladas em processo de falência, concordata ou de encerramento das atividades;
- (2) uma sociedade controlada do ramo de instituição financeira e as demais empresas do consolidado na atividade de comércio;
- (3) uma sociedade controlada do ramo de seguros e as demais companhias controladas na atividade de indústria" (16)

Ressalta-se, porém, que sob qualquer circunstância, há a necessidade de se submeter à prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários a exclusão de qualquer sociedade controlada da consolidação.

Por outro lado, MOSICH & LARSEN são da opinião de que

(15) JAEGER, H. K. "The structure of consolidated accounting." (1976) p. 121.

(16) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 82

"inexistem razões para excluir qualquer tipo de companhia da consolidação, desde que esta companhia seja, efetivamente, uma sociedade de controlada." Além disso, afirmam os autores.

"é difícil justificar o argumento de que subsidiárias da área financeira não devam ser consolidadas com a companhia principal, se esta for uma companhia industrial ou comercial, quando se considera a ampla variedade de produtos industrializados, comercializados e/ou serviços prestados que são consolidados, representando o grupo econômico existente". (17)

Entendimento semelhante possui o IBRACON ao se pronunciar sobre o assunto, argumentando que, "havendo heterogeneidade de operações entre as empresas formadoras do mesmo grupo econômico, não se conseguiria dar um retrato global do grupo, se dezenas de balanços heterogêneos fossem separadamente apresentados". E complementa:

"Para obter esse 'retrato de corpo inteiro' é necessário consolidar, recomendando-se que sejam fornecidos esclarecimentos sobre as controladas-consolidadas, a natureza de suas operações e, na medida do possível, elementos para tornar possível a identificação da procedência dos principais saldos". (18)

Quanto à determinação de incluir sociedades não controladas no consolidado, a Comissão de Valores Mobiliários descarta esta possibilidade.

Embora STANDERSKI (19) tenha recomendado que se deva proceder a consolidação, mesmo no caso em que a empresa não

(17) MOSICH, A. N. and LARSEN, E. J. "Modern advanced accounting." (1983) p. 193.

(18) INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES - IBRACON. "Princípios contábeis..." (1988) p. 157

(19) STANDERSKI, Wlademiro. "Consolidação de balanços de empresas nacionais e multinacionais." (1976) p. 44.

possua o controle acionário direto, por haver uma pulverização das ações com direito a voto, este entendimento não foi tratado pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários.

A Nota Explicativa CVM No. 21/80, inclusive, reforça a necessidade de um efetivo e permanente controle da companhia controladora sobre a controlada, como forma de assegurar "preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores".

O item 4.2 da referida Nota traz:

"Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas devem incluir apenas as sociedades em que a controladora detenha a maioria, direta ou indiretamente através de outras controladas, das ações com direito a voto".

Este entendimento está em consonância com o "ARB 51" que assim se pronuncia:

"A condição para um efetivo controle financeiro é a detenção, ..., por uma companhia, direta ou indiretamente, de mais de cinquenta por cento das ações com direito a voto de outra companhia".

Segundo o "ARB 51", "a decisão de incluir ou não determinada companhia na consolidação deve ser adotada, buscando-se tornar as demonstrações consolidadas o mais representativo possível nas circunstâncias". (20)

Assim, grupos de companhias heterogêneas podem apresentar demonstrações consolidadas com melhores informações do que um grande número de demonstrações separadas, bem como, em alguns

(20) cf. BEDFORD, Norton M., PERRY, Kenneth W. and WYATT, Arthur R. "Advanced accounting" (1967) p. 251

casos, demonstrações separadas podem ser mais informativas do que se incluídas na consolidação.

Consoante, ainda, BEDFORD et alii, não existe nenhuma regra inflexível contemplando todas as situações possíveis. A política de consolidação seguida em qualquer situação, segundo os autores, deve ser evidenciada na própria demonstração ou em notas explicativas. (21)

2.5 - Teorias da consolidação.

Em nível conceitual a consolidação de demonstrações financeiras pode ser abordada por duas teorias contábeis: (a) teoria do proprietário e (b) teoria da entidade.

Segundo BEDFORD et alii, sob a teoria do proprietário ("proprietary theory"), as demonstrações consolidadas são preparadas sob o ponto de vista dos acionistas da companhia principal. Sob a teoria da entidade ("entity theory"), as demonstrações consolidadas são preparadas sob o ponto de vista dos recursos totais sob o controle da alta administração do grupo de companhias. Elas são, portanto, para o uso de todos os acionistas de todas as companhias consolidadas. (22)

HENDRIKSEN (1965), por outro lado, contesta estas abordagens, argumentando que os procedimentos de consolidação não são lógicos ou consistentes com uma única teoria, tal como a

(21) cf BEDFORD, Norton M.; PERRY, Kenneth W. and WYATT, Arthur R. "Advanced accounting" (1967) p. 251

(22) Idem, ibidem.

teoria do proprietário, a teoria da entidade ou a teoria do fundo. Para o autor, "a classificação da participação dos acionistas não é feita dentro de um modelo lógico consistente". E acrescenta:

"se o empreendimento total é realmente uma unidade econômica, a todas as partes interessadas deveriam ser dadas iguais considerações, como na teoria da empresa, ou a teoria da entidade deveria ser ampliada para incluir a entidade econômica total, mais do que simplesmente a entidade legal da companhia principal". (23)

De fato, BEAMS (1979) enfatiza que as práticas usadas na preparação de demonstrações consolidadas são sustentadas pelo que ele chama de teoria contemporânea ("contemporary theory"), como está refletida no "ARB 51".

Segundo o autor, a teoria contemporânea evoluiu-se das práticas contábeis e "reflete tanto partes da 'parent company theory', quanto da 'entity theory' " (24)

BEAMS faz ainda uma comparação entre as teorias de consolidação: enquanto a teoria do proprietário focaliza os acionistas da companhia principal e a teoria da entidade, os recursos totais do grupo consolidado, a teoria contemporânea identifica como primeiros usuários das demonstrações financeiras consolidadas, os acionistas e os credores da companhia principal. Além disso, afirma BEAMS, a teoria contemporânea entende que o objetivo das demonstrações consolidadas é apresentar a posição financeira e os resultados das operações de um único empreendimento. (25)

(23) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory." (1982) p. 468

(24) BEAMS, Floyd A. "Advanced accounting." (1979) p. 452.

(25) Idem, idem. p. 455

2.6 - Participações dos acionistas minoritários. (*)

A participação dos acionistas minoritários representa a parcela de patrimônio líquido da sociedade controlada que pertence aos acionistas não controladores. Estes, por sua vez, representam partes de "fora do grupo" consolidado.

Na opinião de MOSICH & LARSEN, os acionistas minoritários são uma classe especial de credores da entidade consolidada. (26)

O mesmo entendimento é encontrado na Nota Explicativa CVM No. 21/80 que classifica a participação dos acionistas minoritários como "recursos de terceiros empregados nos negócios sociais da unidade econômica". (item 5 ?)

Desta forma, os artigos 16 e 20 da Instrução CVM No. 15/80 determinam que a participação dos acionistas minoritários deve ser excluída do patrimônio líquido e destacada em grupo isolado no balanço patrimonial consolidado. E que, no lucro ou prejuízo líquido do exercício das sociedades controladas, a participação dos acionistas minoritários deve ser destacada e apre-

(*) NOTA: A denominação "acionistas minoritários" é empregada tanto pelos autores quanto pela CVM, para se referir aos acionistas cuja participação representa menos de 50%+1 do "capital votante". Contudo, situações podem ocorrer em que esses "acionistas" possuem a maioria do capital total (ações ou quotas com direito a voto, mais ações ou quotas sem direito a voto), porém, sem o controle da sociedade. Nesses casos, a denominação mais coerente poderia ser "acionistas não controladores". (cf. IUDÍCIBUS et alii. "Manual de contabilidade ..." 3.ed. (1990) p. 684)

(26) MOSICH, A. N. and LARSEN, E. J. "Modern advanced accounting" (1983) p. 21

sentada como adição ou dedução do lucro ou do prejuízo consolidado.

A propósito, HENDRIKSEN assinala que, provavelmente, a forte justificativa para incluir as participações minoritárias no passivo ou como um item separado entre o passivo e o patrimônio líquido é o fato de que "os credores da companhia principal têm apenas uma reivindicação secundária contra os ativos de uma subsidiária, no mesmo nível como a reivindicação dos acionistas minoritários." (27)

(27) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory" (1982) p. 472

2.7 - Técnicas de consolidação.

Os procedimentos básicos de consolidação consistem em:

- (A) somar os saldos das contas da mesma natureza; e
- (B) eliminar as transações realizadas entre as empresas componentes do consolidado.

(A) Antes de se proceder ao somatório das contas da mesma natureza, necessário se faz observar se as sociedades envolvidas na consolidação utilizam os mesmos princípios e critérios contábeis. Embora a legislação não faça qualquer exigência, BEDFORD et alii observam que, para que as demonstrações consolidadas sejam significativas, é essencial que os princípios de avaliação sejam consistentemente aplicados por todas as empresas do grupo consolidado. Isto, concluem os autores, implica um certo grau de uniformidade das contas de classificação e requer uniformidade na avaliação dos ativos tais como contas a receber, estoques e imobilizado. (28)

Observação semelhante faz ALMEIDA (29), quando exemplifica: "ocorrendo uma situação em que uma sociedade avalie os seus estoques pelo custo médio, enquanto outra sociedade avalia pelo método primeiro a entrar, primeiro a sair, as demonstrações contábeis deverão ser ajustadas extracontabilmente, de maneira a eliminar as divergências relevantes desses critérios contábeis."

(28) BEDFORD, Norton M.; PERRY, Keneth W. and WYATT, Arthur R. "Advanced accounting" (1967) p. 265

(29) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 83

(B) A eliminação das transações entre as empresas do consolidado obedecem à idéia de que "as demonstrações financeiras consolidadas devem representar a posição patrimonial e financeira, os resultados das operações e as origens e aplicações de recursos de duas ou mais sociedades como se fossem uma única entidade". (30)

Em outras palavras, significa "incluir nas demonstrações consolidadas somente os saldos de transações resultantes de negócios do grupo consolidado com terceiros fora do grupo." (31)

De acordo com a Instrução CVM n. 15/80 devem ser eliminados:

(a) do balanço patrimonial consolidado:

- os saldos de quaisquer contas entre a controladora e as sociedades controladas incluídas na consolidação;
- os saldos de quaisquer contas entre as sociedades controladas incluídas na consolidação;
- as participações recíprocas entre as sociedades incluídas na consolidação;
- o lucro ou prejuízo não realizado, decorrente de negócios entre a controladora e as sociedades controladas incluídas na consolidação;
- o lucro ou prejuízo não realizado, decorrente de negócios entre as sociedades controladas incluídas na consolidação.

(30) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 28

(31) MOSICH, A. N. and LARSEN, E. J. "Modern advanced accounting" (1983) p. 265

(b) da demonstração consolidada do resultado do exercício:

- as receitas e as despesas decorrentes de negócios entre a controladora e as sociedades incluídas na consolidação;
- as receitas e as despesas decorrentes de negócios entre as sociedades controladas incluídas na consolidação.

As eliminações no balanço patrimonial são efetuados por meio de "partidas dobradas". Esses ajustes ocorrem, porém, somente nos papéis de trabalho da consolidação, não afetando a escrituração contábil das sociedades envolvidas.

Assim, a cada valor eliminado de uma conta de natureza credora, por exemplo (através de um débito), deve corresponder um valor eliminado de uma ou mais contas de natureza devedora (através de um ou mais créditos).

Na demonstração de resultado do exercício, por sua vez, as eliminações são efetuadas mediante a simples dedução das respectivas contas de receitas (de vendas ou de serviços), de custos (dos produtos, mercadorias e serviços) e de despesas decorrentes de negócios entre as sociedades incluídas na consolidação.

Com relação à demonstração consolidada de origens e aplicações de recursos, por outro lado, a Instrução CVM n. 15/80 não institui nenhum procedimento aplicável à sua elaboração.

A respeito, IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE observam que, da partir dos balanços consolidados de início e fim de exercício e a demonstração consolidada do resultado do período, é possível montar a demonstração consolidada das origens e aplicações de

recursos, utilizando-se dos procedimentos habitualmente usados para a elaboração das demonstrações individuais. (32)

ALMEIDA, entretanto, dá a seguinte orientação para a elaborar a demonstração consolidada de origens e aplicações de recursos.

- apuram-se as diferenças entre os saldos das contas dos balanços patrimoniais consolidados (de início e fim do exercício),
- as diferenças que aumentam o capital circulante líquido (CCL) e que ocorreram nos grupamentos de contas não circulantes, representam origens de recursos;
- as diferenças provenientes de contas não circulantes, e que diminuem o CCL, devem ser tratadas como aplicações de recursos;
- as transações internas (reavaliações, transferências entre contas de capital social, reservas e lucros acumulados etc.) que não afetam a estrutura do CCL, devem ser desconsideradas;
- as transações que acontecem entre as contas não circulantes, e que afetam o resultado do exercício, devem ser tratadas como um acréscimo (despesa) ou um decréscimo (receita) ao lucro líquido do ano. (33)

(32) IUDÍCIBUS. Sérgio de, MARTINS, Eliseu et GELBOCKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 517

(33) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 84

2.7.1 - Eliminações de contas entre sociedades

(a) Eliminação das participações.

As participações da controladora no patrimônio líquido das sociedades controladas, bem como as participações de uma sociedade controlada no patrimônio líquido de outra sociedade controlada do mesmo grupo, são representadas pela conta de investimentos, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com a Instrução CVM n. 15/80:

"O investimento da controladora nas sociedades controladas, bem como o investimento entre essas mesmas sociedades controladas, deve ser eliminado contra a proporção no patrimônio líquido das correspondentes sociedades controladas incluídas na consolidação " (Art. 15)

Esse procedimento consiste em "creditar" o valor do investimento na conta de equivalência patrimonial e "debitar" o mesmo valor nas contas do patrimônio líquido, proporcionalmente à participação no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados da sociedade investida.

(b) Participações recíprocas.

A participação recíproca entre a controladora e as sociedades controladas e coligadas é vedada pela Lei n. 6.404/76 (Art. 244). Todavia, na data da consolidação as participações recíprocas podem existir, em virtude de incorporação, fusão ou cisão, ou de aquisição de sociedade que já possuía participação na sociedade investidora.

Neste sentido, a Instrução CVM n. 15/80 dispõe que "na elaboração do balanço patrimonial consolidado devem ser eliminadas as participações recíprocas entre as sociedades incluídas na consolidação" (Art 11, letra "b"). Porém, não estabelece nenhum procedimento específico para a eliminação dessas participações.

De forma similar, é o pronunciamento do "ARB 51", ao recomendar que "as ações da companhia principal de propriedade de uma subsidiária não devem ser tratadas como ações em circulação no balanço patrimonial consolidado."

Em igual sentido, pronunciaram-se MOSICH e LARSEN, ao afirmarem que "a participação acionária da companhia subsidiária na companhia principal é, em essência, ações em tesouraria para a entidade consolidada." (34)

Por outro lado, BEAMS observa que dois são os métodos aceitos para a eliminação das participações recíprocas: (a) a abordagem das ações em tesouraria ("the treasury stock approach"), e (b) a abordagem convencional ("the conventional approach"). (35)

Pela abordagem das ações em tesouraria, o investimento possuído pela subsidiária é avaliado pelo custo de aquisição. No balanço consolidado, deve ser eliminado do valor do investimento e apresentado como ações em tesouraria (ou participações recíprocas) no grupo do patrimônio líquido.

(34) MOSICH, A. N. and LARSEN, E. J. "Modern advanced accounting" (1983) p. 477

(35) BEAMS, Floyd A. "Advanced accounting" (1979) p. 411

Sob a abordagem convencional, o investimento na companhia principal é avaliado pela equivalência patrimonial ("equity method"). Por esta abordagem, a participação recíproca deve ser ajustada após considerar o ajuste do Método da Equivalência Patrimonial-MEP da companhia principal. (*)

(c) Valores a receber e a pagar.

Do ponto de vista que as demonstrações consolidadas devem representar um grupo de sociedades como se fosse uma única empresa, os itens recíprocos, tais como contas a receber e a pagar, devem ser eliminados.

Neste sentido, ALMEIDA exemplifica a eliminação de contas a receber e a pagar entre uma controladora e sua controlada, e termina concluindo que:

"todas as contas a receber e a pagar entre as empresas componentes do consolidado deverão ser eliminadas, de modo que o balanço consolidado reflita apenas os direitos e as dívidas com terceiros." (36)

(*) NOTA: Iudícibus et alii exemplificam esses procedimentos, sem, contudo, fazerem menção à distinção dos métodos abordados por Beams p. 520-6.

(36) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 28

2.7.2 - Eliminações das transações entre sociedades

(a) Receitas, custos e despesas.

A eliminação das receitas, dos custos e das despesas decorrentes de transações entre as sociedades do consolidado segue o mesmo raciocínio anteriormente mencionado.

Segundo BEDFORD et alii, "a eliminação de elementos recíprocos é necessária a fim de evitar a contagem dupla e eliminar qualquer lucro reconhecido em transações intercompanhias " (37)

Reforçando a necessidade de se eliminarem todos e quaisquer elementos recíprocos, tais como contas a receber e a pagar, bem como receitas, custos e despesas, decorrentes de transações entre as empresas do grupo consolidado, a Nota Explicativa CVM n. 21/80 assim se expressa:

"... Desse modo, os negócios entre as sociedades incluídas na consolidação representam, para a unidade econômica, a transferência de bens e/ou de direitos entre diversos departamentos que não geram, sob o prisma da unidade econômica, quaisquer valores realizáveis ou exigíveis, nem quaisquer receitas ou despesas." (Item 5.3).

As receitas, os custos e as despesas intersociedades deverão ser eliminados da demonstração do resultado do exercício, mediante estorno" nas respectivas contas.

(37) BEDFORD, Norton, PERRY, Keneth and WYATT, Arthur R.
"Advanced accounting" (1967) p. 264

Desse modo, a demonstração consolidada do exercício refletirá apenas.

- o valor das vendas de produtos, de mercadorias ou de serviços a terceiros;
- o valor do custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos a terceiros;
- o valor de outras receitas e outras despesas decorrentes de negócios com terceiros fora do grupo. (38)

(b) Lucros ou prejuízos não realizados.

As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico podem vender e comprar produtos, mercadorias ou bens do seu ativo imobilizado entre elas. Isto é possível, pois, são entidades juridicamente independentes e, muitas vezes, com administração independente.

Por lucro ou prejuízo não realizado entende-se o resultado dessas operações, quando o produto, a mercadoria ou o bem ainda esteja mantido no ativo da sociedade adquirente.

De acordo com o estudo de SILVA, para que as transações comerciais de ativos gerem resultados não realizados é necessário o atendimento cumulativo das seguintes condições:

(38) cf. ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 29-33.

- (a) haver lucro ou prejuízo na operação,
- (b) os itens estarem registrados, integral ou parcialmente no ativo da empresa compradora, e
- (c) que as empresas envolvidas possuam ligações societárias entre si. (39)

Dependendo do sentido da transação e da categoria da ligação societária, os resultados não realizados podem ser resultantes das seguintes operações.

- (a) venda, com lucro ou prejuízo, da controladora para a sociedade controlada,
- (b) venda, com lucro ou prejuízo, da sociedade controlada para a controladora, e
- (c) venda, com lucro ou prejuízo, da sociedade controlada para outra sociedade controlada. (40)

Ressalta-se que os resultados não realizados, decorrentes de venda da sociedade controlada para a controladora (letra "b" acima) e de venda da sociedade controlada para outra sociedade controlada (letra "c"), são eliminados quando do ajuste de equivalência patrimonial. (Instrução CVM n. 01/78).

Mesmo assim, existe a necessidade da eliminação desses resultados nos ativos do consolidado.

(39) SILVA, Paulo R. da. "Contribuição para a análise do tratamento dos resultados não realizados em vendas da investidora para a investida" (1988) p. 6

(40) cf. ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 65 e SILVA, Paulo R. da. "Contribuição para a análise do tratamento dos resultados não realizados ..." (1988) p. 14

No método da equivalência patrimonial, tais resultados são deduzidos extracontabilmente do patrimônio líquido da sociedade controlada vendedora do ativo.

Neste caso, apenas a conta do investimento da controladora ou da sociedade controlada compradora do ativo estará ajustada pelos resultados não realizados. O ativo objeto da transação estará super ou sub-avaliado, pelo fato de conter, no seu valor, lucro ou prejuízo não realizado.

De acordo com IUDÍCIBUS et alii, o motivo pelo qual se torna necessária a eliminação dos lucros não realizados remanescentes nos ativos de sociedades que são consolidadas, "é que o balanço consolidado deve ter seus ativos avaliados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos." (41)

No caso de estoques, por exemplo, devem estar avaliados pelo custo de aquisição ou produção, ou ao valor de mercado, quando este for inferior. O custo aqui é o custo para o conjunto, como se fosse uma única empresa.

E concluem os referidos autores:

"Dessa forma, quando uma ou mais empresas do conjunto têm estoques adquiridos de outras sociedades do conjunto, não importa o preço pago por eles (que é custo para elas mas não é o custo para o conjunto), mas, sim, o 'custo efetivo para a empresa que os produziu' ou adquiriu de terceiros." (42)

(41) IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu et GELBCKE, Ernesto R
"Manual de contabilidade das sociedades por ações"
(1983) p. 493

(42) Idem, ibidem.

A eliminação do lucro ou prejuízo não realizado na demonstração do resultado dar-se-á automaticamente, quando da eliminação ou estorno do valor da venda e do custo da venda.

Em outras palavras, acertando-se o faturamento bruto, o custo dos produtos e/ou mercadorias vendidas (CPV e/ou CMV), estarão automaticamente ajustados: a receita bruta, a receita líquida e o lucro bruto consolidado do exercício.

No balanço patrimonial, a eliminação do lucro não realizado é efetuada mediante crédito na conta representativa do ativo objeto da transação (estoque, imobilizado ou outra) e o correspondente débito na conta de lucros ou prejuízos acumulados, no patrimônio líquido consolidado. (*)

De acordo com o "ARB 51", o lucro ou prejuízo não realizado pode ser distribuído proporcionalmente entre a "conta lucros acumulados" e a "conta participações minoritárias", pelo seu valor total.

(b.1) Formas de apuração.

Tanto a Lei das S.A., quanto a Instrução CVM n. 15/80 não mencionam quais devem ser os procedimentos para se determinar ou calcular o valor do lucro ou do prejuízo não realizado a ser eliminado na consolidação

(*) NOTA. No caso de prejuízo não realizado, o lançamento seria o inverso, ou seja, crédito na conta de lucros ou prejuízos acumulados e débito na conta representativa do ativo

Entretanto, os autores pesquisados recomendam que o valor a ser eliminado relativamente às transações intersociedades seja o "resultado bruto" da operação. Este entendimento está de acordo com o "ARB 51", quando diz que o "conceito usualmente aplicado é o de lucro ou prejuízo bruto".

MOSICH e LARSEN observam que alguns contadores têm discutido a propriedade da eliminação do lucro líquido, ao invés do lucro bruto em transações intercompanhias, para fins de consolidação". E complementam:

" a eliminação do lucro líquido intercompanhia resultaria na capitalização de despesas operacionais (vendas e administrativas) nos estoques consolidados..." (43)

IUDÍCIBUS et alii recomendam que, para apurar o valor do lucro nos estoques a eliminar, "pode-se fazer tal cálculo com base na margem de lucro bruto da empresa que vendeu a mercadoria, aplicado sobre o saldo existente desses produtos na data da consolidação." (44)

De acordo com o IBRACON, (45) dois métodos podem ser empregados para determinar o lucro (ou o prejuízo) incluso nos estoques:

(43) MOSICH, A. N. and LARSEN, E. J. "Modern advanced accounting" (1983) p. 355

(44) IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu et GELBOCKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade..." (1981) p. 494

(45) IBRACON "Princípios contábeis" (1988) p. 160

- (a) **Método detalhado** - consiste em identificar, dentro de cada parcela dos estoques, em qualquer estágio (matéria prima, produto em processo e produto acabado), a parte correspondente aos negócios com as companhias consolidadas e o correspondente lucro não realizado.
- (b) **Método indireto** - consiste, fundamentalmente, em identificar em termos percentuais a parte do estoque decorrente de operações com companhias consolidadas e, posteriormente, a determinação do lucro não realizado através da aplicação das margens de lucro das mesmas, em termos percentuais.

Evidentemente que, para se utilizar do método detalhado, é indispensável que haja, durante o ano, um controle das operações entre as sociedades do conjunto a fim de que possam ser identificados os valores de vendas, custos, despesas e o lucro não realizado correspondente.

No caso de venda de ativos permanentes, por outro lado, a recomendação é que se elimine o lucro totalmente, no exercício de sua geração. Nos exercícios seguintes, a eliminação deverá considerar os valores de correção monetária, de depreciação e de amortização.

Quando da venda resultar prejuízo, este prejuízo corresponde a uma efetiva retificação do valor contábil do bem, devendo ser contabilizado como despesa não operacional. (46)

Por outro lado, persiste, ainda, um problema para a apuração e a eliminação do lucro ou prejuízo não realizado: a participação dos acionistas minoritários. Este problema surge pelas seguintes observações:

(46) IBRACON. "Princípios contábeis ..." (1988) p. 160

- (1) No caso de vendas da controladora para a sociedade controlada, o resultado não realizado (pela controladora) não afeta o resultado (lucro ou prejuízo líquido) da sociedade controlada.
- (2) Quando a venda ocorre da sociedade controlada para a controladora ou da sociedade controlada para outra sociedade controlada do mesmo grupo, o resultado não realizado não afeta o resultado (lucro ou prejuízo líquido) da controladora, pois esse, já foi eliminado quando do ajuste de Equivalência Patrimonial.
(cf. Instrução CVM n. 01/78) (*)

No entanto, quando a sociedade controlada inclui, no seu resultado líquido, lucros ou prejuízos não realizados com a sua controladora ou com outras sociedades controladas, a participação dos acionistas minoritários nesse resultado é afetada. Isto, no sentido de que, para os acionistas minoritários, o lucro ou prejuízo é considerado realizado, independentemente se a venda foi para as sociedades do consolidado ou para terceiros fora do grupo.

Nessa situação, o problema é: qual o valor do lucro ou prejuízo não realizado a ser eliminado na consolidação? O resultado da venda como um todo, ou somente a parte que cabe à controladora?

BEDFORD et alii observam que a maioria dos contadores estão de acordo com a necessidade de se eliminarem os lucros não realizados. Não obstante, "não existe um completo acordo quanto ao valor do lucro a ser eliminado ou como ele deve ser eliminado." (47)

(*) NOTA: IUDÍCIBUS et alii chamam a atenção para um erro na forma legal de calcular a equivalência patrimonial, quando de resultados não realizados no patrimônio líquido da controlada. Contudo, este assunto foge do escopo deste estudo.

(47) BEDFORD, N. M.; PERRY, K. W. and WYATT, A. R. "Advanced accounting" (1967) p. 351

Embora o "ARB 51" tenha afirmado que "o montante do lucro intercompanhia a ser eliminado não deve ser afetado pela existência de participação minoritária e deve ser eliminado na sua totalidade", alguns autores discordam disso.

JAEGER posiciona-se da seguinte forma:

A minoria não deve estar relacionada com as considerações especiais do grupo. Neste caso, se os lucros devem ser ajustados, primeiro atribua minoria sua parte na totalidade, antes de qualquer ajuste. Os ajustes devem ser feitos penalizando somente a participação da companhia principal nos lucros da subsidiária." (48)

Do mesmo modo se posiciona ALMEIDA (49) no seu exemplo, quando observa que.

"... nos lucros ou prejuízos não realizados, em operações da sociedade controlada para a sociedade controladora, só é eliminada a parcela referente aos acionistas minoritários "

Continua o autor:

"Esse procedimento se explica em função de que, para os acionistas minoritários que não participam do patrimônio líquido consolidado, qualquer venda da sociedade controlada é considerada realizada, independentemente se foi para a sociedade controladora ou não."

O autor chama a atenção, ainda, para o fato de que esse procedimento recomendado está consistente com os critérios de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, ..."

IUDÍCIBUS et alii, por outro lado, questionam que o critério adotado pela Lei das S.A. para o método da equivalência

(48) JAEGER, H. K. "The structure of consolidated accounting." (1976) p. 20

(49) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 66-75

patrimonial não apresenta o mesmo resultado que é apurado na consolidação. Segundo os autores, "na consolidação, a técnica utilizada é eliminar os lucros nos estoques (e no ativo permanente) pelo seu valor total, mesmo que a controlada tenha acionistas minoritários". (50)

No método da equivalência patrimonial, tais resultados não realizados são deduzidos extracontabilmente do patrimônio líquido contábil da controlada. Nessa técnica, observam os autores, "não se elimina a parcela do resultado não realizado correspondente à porcentagem de participação dos minoritários." (51)

Nessa discussão, BEDFORD et alli argumentam que.

"Embora a total eliminação (do lucro) possa estar apoiada no ponto de vista prático na base do conservadorismo e materialidade, ela pode estar teoricamente apoiada no fundamento de que a uma entidade não seria permitido reavaliar (para mais) os ativos quando mercadorias são transferidas de um departamento ou divisão para outra. Do ponto de vista da entidade consolidada, as companhias distintas são similares a departamentos ou divisões de uma única companhia." (52)

-
- (50) IUDÍCIBUS. Sérgio de; MARTINS Eliseu et GELBCKE. Ernesto R.
"Manual de contabilidade ..." (1981) p. 507
- (51) IUDÍCIBUS. Sérgio de; MARTINS Eliseu et GELBCKE. Ernesto R.
"Manual de contabilidade ..." (1981) p. 508.
- (52) BEDFORD. N. M.; PERRY. K. W. and WYATT. A. R. "Advanced
accounting" (1967) p. 353

(c) Impostos incidentes sobre as transações eliminadas.

Pode ocorrer que, em muitos casos, as transações entre as sociedades incluídas na consolidação sejam tributáveis nas sociedades vendedoras. Isto decorre do fato de que a legislação tributária não reconhece essas transações como "não realizadas", considerando as entidades estritamente sob a ótica do conceito jurídico, ou seja, as sociedades independentes umas das outras.

Na consolidação de balanços, todavia, o conceito da entidade é caracterizado além da sua dimensão jurídica. Segundo o IBRACON, "o consolidado representa uma entidade à parte, totalmente caracterizada, e deve ser encarada separadamente das partes." (53) É uma abordagem estritamente contábil.

Na abordagem contábil, as entidades devem seguir os princípios de contabilidade geralmente aceitos, como no caso da avaliação dos ativos por exemplo. (*)

Pelo princípio contábil do confronto das despesas com as receitas e com os períodos contábeis temos que:

Toda despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período, com as mesmas deverá ser confrontada ... " (54)

Desse modo, no consolidado, também, deverão ser realizadas somente as despesas que puderem ser atribuídas às receitas reconhecidas pela consolidação.

(53) IBRACON. "Princípios contábeis ..." (1988) p. 36

(54) cf. Estrutura conceitual básica da contabilidade. in IBRACON
"Princípios contábeis ..." (1988) p. 53

(*) NOTA. cf. eliminação dos lucros ou prejuízos não realizados (cf. tópico 2.7.2 (b) deste estudo).

Tem-se, então, que, quando da eliminação dos resultados não realizados intersociedades, através do não reconhecimento da receita e do custo não realizados, há de se eliminar, também, a despesa com os encargos de impostos que estiverem diretamente relacionados com as transações que estão sendo eliminandas do consolidado.

Neste sentido, o "ARB 51" assim se pronuncia:

"Se imposto de renda foi pago relativamente àquelas transações intercompanhias que resultaram em lucro que permanece nos ativos do grupo, tal imposto deve ser diferido ou os lucros intercompanhias a serem eliminados na consolidação devem ser apropriadamente reduzidos."

Mesmo assim, nas obras de origem estrangeira consultadas, não foi encontrada qualquer referência a este dispositivo.

A Instrução CVM n. 15/80, por sua vez, refere-se não somente ao imposto de renda sobre o lucro, mas, aos "impostos" correspondentes ao lucro ou ao prejuízo não realizado, conforme se pode depreender.

"Os encargos de impostos correspondentes ao lucro ou ao prejuízo não realizado, ..., devem ser eliminados dos resultados e apresentados no Ativo Circulante ou no Passivo Circulante -Impostos Diferidos- no balanço patrimonial consolidado." (Art. 14)

A Nota Explicativa CVM N. 21/80 complementa dispondo que:

"Uma vez que na unidade econômica esses negócios representam uma transferência de bens e/ou direitos entre departamentos operacionais, esses encargos de impostos caracterizam-se como antecipações de tributo, ..." (Item 5.7)

Nos exemplos de eliminação de lucros ou prejuízos não

realizados, ALMEIDA (55) faz referência apenas ao imposto de renda sobre os lucros ou prejuízos não realizados. O autor chama a atenção para o fato de que, se se estima a realização dos lucros ou prejuízos no período após o exercício social seguinte, o imposto de renda diferido deverá ser classificado no ativo realizável a longo prazo ou no passivo exigível a longo prazo.

Por sua vez, IUDÍCIBUS et alli analisam tanto o tratamento dado ao imposto de renda quanto aos demais impostos incidentes sobre a venda de ativos entre as sociedades do consolidado, tais como o IPI, ICMS, ISS, PIS e outros. (56)

Quanto aos ajustes do imposto de renda sobre lucros não realizados, os autores recomendam a adoção do seguintes procedimento:

- (a) No balanço, ajuste nos lucros acumulados (crédito), pela eliminação do imposto de renda incluído e ajuste no ativo circulante (débito) -Imposto de Renda Diferido;
- (b) No resultado, ajuste na provisão para o imposto de renda, mediante o estorno (redução) do valor do imposto proporcional ao lucro não realizado.

Na ocorrência de prejuízo, haverá uma redução do imposto devido. Neste caso, ajusta-se o valor da despesa com a formação da provisão para o imposto de renda, no resultado, para o saldo que teria, caso não houvesse tal redução.

(55) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 65-80

(56) IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu et GELBCKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 514-5

No balanço, o ajuste será um débito a lucros acumulados, pelo valor da redução do imposto de renda, contra um crédito no passivo circulante (ou exigível a longo prazo, se for o caso) - Imposto de Renda Diferido. (*)

Quanto ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os autores fazem a seguinte observação. quando tais impostos forem recuperáveis (de acordo com as legislações próprias), não fazem parte do custo de aquisição dos estoques da compradora. Logo, não fazem parte, também, da receita líquida da vendedora.

Neste caso, nenhum ajuste em termos de IPI e ICMS se dará no balanço consolidado. Se houver saldos a recolher ou a compensar desses impostos, são obrigações ou direitos também no consolidado.

Na demonstração consolidada do resultado, porém, há a necessidade de se eliminarem o IPI e o ICMS incidentes sobre as vendas de ativos entre sociedades do consolidado.

A eliminação desses impostos se dá, quando da eliminação das receitas, custos e despesas (cf. tópico 2.7.2 (a) deste estudo), através de estornos dos respectivos valores na demonstração do resultado.

(*) NOTA Tratamento semelhante ao Imposto de Renda pode ser dado à Contribuição Social, ao Adicional Estadual do IR e ao IR sobre o Lucro Líquido, quando se considera tais tributos como redutores do lucro disponível para os acionistas.
cf. IOB-Temática Contábil e Balancos. Bol. 5/90 p.48

Desse modo, ajustando-se o faturamento bruto, o IPI, ICMS, o CPV ou CMV, estarão automaticamente ajustados a receita bruta, a receita líquida e o lucro bruto.

Quando o IPI e o ICMS não forem recuperáveis pela empresa compradora, os valores correspondentes estarão acrescidos ao custo dos ativos adquiridos pela sociedade compradora.

IUDÍCIBUS et alii observam que o acréscimo de valor ao custo de aquisição do ativo, correspondente ao IPI e ao ICMS, é correto, já que é o exatamente indicado para a mensuração do custo de aquisição. Salientam, inclusive, sobre a incorrência nesses custos de impostos por parte da compradora mesmo nas transações com terceiros. (*)

No caso do PIS e outros impostos cuja incidência não provoca nenhuma chance de recuperação, os mesmos autores recomendam que

"ou são tratados na consolidação como despesa, ou, então, como acréscimo ao custo dos bens negociados (somente na consolidação), ou ainda como despesa antecipada. Pelo conservadorismo, pela normal não-relevância do valor envolvido e em função da simplicidade de tratamento, a primeira hipótese (despesa) é totalmente adequada." (57)

(*) NOTA: Contudo, para que haja um tratamento consistente, o procedimento mais adequado parece ser a eliminação do valor desses impostos do custo do ativo e mostrá-lo como impostos diferidos, no balanço consolidado. Assim, o custo do ativo será "o custo efetivo para a empresa que o produziu ou adquiriu de terceiros". (cf. tópico 2.10.2 (b) deste estudo), (cf. também, SILVA, Paulo R. da. "Contribuição para a análise do tratamento dos resultados não realizados ..." (1988) p. 72

(57) IUDÍCIBUS. Sérgio de, MARTINS Eliseu et GELBCKE. Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 515

(c.1) Apuração dos impostos diferidos na consolidação.

Os exemplos encontrados nas obras de ALMEIDA e IUDÍCIBUS et alii fazem referência somente ao cálculo do Imposto de Renda-IR a ser diferido na consolidação. Entretanto, pode-se depreender que os demais impostos são perfeitamente identificáveis nos documentos que acobertarem as transações e devem estar contabilizados em contas distintas.

Nestes exemplos, o Imposto de Renda é calculado aplicando-se a alíquota do imposto de renda, a que está sujeita a sociedade que apurou o resultado não realizado, sobre o valor desse resultado (lucro ou prejuízo bruto). (58)

Por outro lado, no estudo elaborado por SILVA, (59) a empresa pesquisada utiliza uma alíquota média de IR. Esta alíquota média é obtida a partir da relação existente entre o imposto de renda devido e o lucro bruto do exercício (considera a Provisão p/IR e o Lucro Bruto da DRE).

Uma vez obtida a alíquota média de IR, esta é aplicada sobre o resultado não realizado para se obter o valor do Imposto de Renda a ser diferido na consolidação.

(58) cf. ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 65-80 e IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu et GELBECKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 512-6

(59) SILVA, Paulo R. da. "Contribuição para a análise do tratamento dos resultados não realizados ..." (1988) p. 69-72

Procedimento semelhante a empresa pesquisada por SILVA emprega para o cálculo do valor que ela denomina de "Encargos de Vendas", termo que equivale, ao que parece, a "Deduções de Vendas". Tal procedimento consiste em estabelecer um valor percentual que represente a relação entre os encargos de vendas e as vendas brutas do período.

Para se obter o valor aproximado dos encargos de vendas (ali incluídos os impostos sobre vendas), aplica-se o percentual obtido sobre as vendas brutas eliminadas na consolidação.

2.8 - Outros assuntos sobre consolidação

2.8.1 - Tratamento do ágio e do deságio.

O ágio e o deságio foram conceituados pela Instrução CVM No. 01/78 como sendo a diferença para mais ou para menos, respectivamente, entre o custo de aquisição do investimento e a equivalência patrimonial. (*) (Inciso XX, alínea "b").

De acordo, ainda, com a mesma Instrução, para efeito de contabilização, o custo de aquisição de investimento em controlada deverá ser desdobrado e contabilizado em subcontas separadas, correspondentes a: (a) equivalência patrimonial e (b) ágio ou deságio na aquisição. (inciso XX, alíneas "a" e "b").

(*) NOTA: Pela Instrução CVM No. 01/78 deverão ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial "o investimento em cada controlada". (Inciso IX, alínea "b").

Os procedimentos de consolidação aplicáveis ao balanço patrimonial, obedecendo às normas que recomendam a eliminação de saldos de contas entre a controladora e a sociedade controlada, eliminam o saldo da conta de equivalência patrimonial contra as contas do patrimônio líquido da sociedade controlada. (Instrução CVM No. 15/80, Art. 15).

Outrossim, remanesce o saldo da conta de ágio ou de deságio, que deverá ter tratamento específico na consolidação, de acordo com o fundamento econômico que o determinou.

Desse modo, a Instrução CVM No. 15/80 dispõe que:

- (a) o ágio ou o deságio resultante de diferença entre o valor de mercado do bem do ativo e o valor contábil desse mesmo bem na sociedade controlada, deve ser apresentado como correção da conta específica desse bem do ativo;
- (b) o ágio resultante de diferença decorrente de expectativa de rentabilidade futura ou em decorrência de outras razões econômicas, deve ser apresentado como Permanente;
- (c) o deságio resultante de diferença decorrente de expectativa de perda futura ou em decorrência de outras razões econômicas, deve ser apresentado como Resultados de Exercícios Futuros. (Art. 17)

As normas estabelecidas pela Instrução CVM No. 15/80 estão em consonância com as regras editadas pelo "ARB 51" refletindo, portanto, a teoria contemporânea de consolidação.

ALMEIDA, (60) por outro lado, entende que o procedimento mais adequado para o ágio e o deságio resultantes de diferenças decorrentes de expectativas de rentabilidade e de perda futura, respectivamente, seria.

(60) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 49

- classificar o ágio como Ativo Diferido, levando-se em consideração que para a entidade consolidada o ágio representa um gasto que será amortizado contra lucros futuros, e
- classificar o deságio como Reserva de Contingência, considerando-se que o deságio representa uma parcela a ser compensada, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável. (60)

O autor entende, ainda, que o ágio baseado em fundo de comércio, em intangíveis e em outras razões econômicas, seria classificado mais adequadamente como Ativo Imobilizado, pois representa, normalmente, gastos incorridos com a manutenção das atividades da entidade consolidada. (61)

2.8.2 - Provisão para perdas em investimentos

De acordo com a Instrução CVM n. 01/78 a controladora deverá constituir provisão para cobertura de: (Inciso XIX)

(a) perdas efetivas em virtude de:

- eventos que resultaram em perdas não contempladas no balanço patrimonial da controlada;
- responsabilidade, quando aplicável, para cobertura de prejuízos acumulados em excesso ao capital social da controlada;

(b) perdas potenciais estimadas em virtude de:

- tendência de perecimento do investimento;
- elevado risco de paralisação de operações da controlada;
- eventos que possam prever perda parcial ou total do valor contábil do investimento;
- cobertura de garantia ou avais concedidos, em favor de controladas, referentes a obrigações vencidas.

(61) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 51

A Instrução CVM n. 15/80, por sua vez, dispõe que.

A parcela correspondente à provisão para perdas constituída na controladora deve ser deduzida do saldo da conta da sociedade controlada que tenha dado origem à constituição da provisão, ou apresentada como Passivo Exigível no balanço patrimonial consolidado quando representar expectativa de conversão em exigibilidade "

2.8.3 - Controlada adquirida durante o exercício.

Todos os procedimentos de consolidação, até aqui mencionados, consideram a aquisição do controle como sendo antes ou no início do período a ser consolidado. Isso significa que o período abrangido pela consolidação é igual ao exercício social, tanto da controladora quanto das sociedades controladas.

Quando uma sociedade controlada é adquirida durante o seu exercício social, entretanto, haverá a necessidade de alguns ajustes especiais na consolidação. Isto é decorrente do fato de que existe um período pré-aquisitivo, entre a data do início do exercício social da sociedade controlada e a data da aquisição do seu controle, que não deverá ser abrangido pela consolidação.

Na data da aquisição do investimento, a sociedade controlada deve elaborar suas demonstrações financeiras, de modo que a controladora possa contabilizar o valor pago pela participação acionária, segregando-o em equivalência patrimonial e em ágio ou deságio, se for o caso. (*)

Da mesma forma, o resultado pré-aquisitivo não deve ser

(*) NOTA: cf. Instrução CVM no. 01/78 incisos XX a XXV

incluído no resultado consolidado do exercício. Esta é a recomendação encontrada em todas as obras consultadas. Isso é confirmado pela Norma Internacional de Contabilidade NIC-3

"Os resultados operacionais de uma subsidiária, referentes ao período financeiro em que a subsidiária é adquirida, são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado somente a partir da data da sua aquisição." (62)

De acordo com BEAMS, a maneira pela qual as demonstrações financeiras consolidadas são ajustadas obedece a dois critérios opcionais:

- (1) incluir todo o resultado do período, como se a aquisição da sociedade controlada tivesse sido no início ou antes do período, e deduzir, no consolidado o resultado do período pré-aquisitivo como um item separado, ou,
- (2) incluir, no resultado consolidado somente as receitas e despesas do período pos-aquisitivo. (63)

Sobre o assunto, BEDFORD et alii argumentam que o primeiro método é geralmente preferido, "não apenas porque ele facilita a comparação com as demonstrações subsequentes, mas também porque a demonstração resultante mostra melhor a capacidade de geração de lucros do grupo." (64)

Ainda sobre esse assunto, BEAMS comenta que o "Committee on Accounting Procedure" do "AICPA" expressou a opinião de que é mais significativo apresentar a demonstração consolidada do resultado incluindo as receitas e as despesas totais do exercício

(62) in IBRACON. "Princípios contábeis ..." (1988) p. 432

(63) BEAMS, Floyd A. "Advanced accounting." (1979) p. 292

(64) BEDFORD, Norton M., PERRY, Keneth W. and WYATT, Arthur R. "Advanced accounting." (1967) p. 392

e deduzindo o resultado pré-aquisitivo como um item separado (Esta opinião, inclusive, está de conformidade com que expressa o "APB 51", parágrafo 11) (65)

No exemplo elaborado por ALMEIDA, (66) foi adotado o segundo critério, ou seja, "na demonstração consolidada dos resultados, só são incluídas as receitas, despesas e os custos das vendas das sociedades controladas, incorridos após a data de aquisição do controle acionário "

Por outro lado, IUDÍCIBUS et alii, e também ALMEIDA, chamam a atenção para o problema que pode surgir nessas situações, com a correção monetária do balanço.

De acordo com a legislação brasileira, as pessoas jurídicas deverão efetuar, por ocasião do encerramento do exercício social, correção monetária das demonstrações financeiras, mediante ajustes das contas do ativo permanente e das contas integrantes do patrimônio líquido, dentre outras. (*)

Desse modo, ao final do exercício, o valor do investimento contabilizado na controladora (ativo permanente) deverá ser corrigido a partir da data da sua aquisição nesse período, como deveria ser corrigido, também, o resultado (lucro ou prejuízo) apurado pela sociedade controlada a partir dessa mesma data. (Esse resultado integra o patrimônio líquido levantado no balanço que serviu de base para a aquisição do investimento.)

(65) BEAMS Floyd A. "Advanced accounting." (1979)p. 294-5

(66) ALMEIDA Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 52-5

(*) NOTA. cf. Lei no. 7.799, de 10-7-89.

A mesma legislação, contudo, veda a correção do lucro apurado em balanço intermediário. (Art. 60.)

Como consequência, enquanto o valor do investimento é atualizado monetariamente o resultado do período pré-aquisitivo não o é, o que certamente ocasionará uma diferença no consolidado.

Sobre esse problema, IUDÍCIBUS et alii recomendam que, na consolidação da demonstração do resultado, há de se ajustar a conta de correção monetária, como se o resultado do período pré-aquisitivo fosse corrigido. (67)

Por outro lado, a esse respeito ALMEIDA recomenda que:

"... seria mais razoável que a sociedade investidora não registrasse essa correção monetária excedente (sobre a parcela do lucro do exercício, até a data de aquisição da participação societária), incluída na conta de equivalência patrimonial, no grupo de investimentos da companhia controladora." (68)

Por analogia, pode-se depreender que os procedimentos analisados são aplicáveis no caso de alienação do investimento ou perda do controle de uma sociedade controlada durante o seu exercício social. (69)

(67) IUDÍCIBUS. Sérgio de. MARTINS. Eliseu et GELBCKE. Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 519

(68) ALMEIDA. Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 55

(69) cf. Norma Internacional de Contabilidade NIC-3. in IBRACON "Princípios contábeis ..." item 16 (1988) p. 432

2.8.4 - Controlada com patrimônio líquido negativo.

Os investimentos em sociedades controladas devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial. (Instrução CVM n.º 01/78, inciso IX, letra "b")

Entretanto, os prejuízos apurados pela sociedade controlada são contabilizados na controladora somente até o valor contábil do investimento.

Desse modo, quando a sociedade controlada apresentar patrimônio líquido negativo (ou passivo a descoberto, como preferem alguns autores), o valor do investimento contabilizado na controladora será igual a zero.

ALMEIDA analisa três hipóteses de sociedade controlada com patrimônio líquido negativo, quando:

- (a) a controladora não constituiu provisão para perdas,
- (b) a controladora constituiu provisão para perdas, e
- (c) a controladora constituiu parte da provisão para perdas. (70)

Na hipótese (a), o autor recomenda a redução das dívidas com os credores e o reconhecimento da participação destes no prejuízo da controlada. Este lançamento contábil, segundo o autor, "funciona como uma reversão de parte das dívidas dos credores da sociedade investida, no montante suficiente para cobrir o valor negativo do patrimônio líquido da controlada."

(70) ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 55-65

Este fato, ainda na colocação do autor, "ocorre devido ao acionista controlador não ter assumido os prejuízos da sociedade controlada."

Na hipótese (b), em que a controladora constituiu a provisão para perdas no montante suficiente para cobrir o patrimônio devedor da sociedade controlada, a recomendação é que a provisão seja estornada (débito no passivo circulante) e aumentando o lucro líquido consolidado (crédito no resultado consolidado). Assim sendo, observa o autor, "no consolidado, a provisão para perdas não tem mais sentido, sendo o seu valor substituído pelos prejuízos apurados pela sociedade controlada."

Na hipótese (c), em que a provisão para perdas não é suficiente para cobrir o montante do patrimônio líquido devedor da sociedade controlada, a recomendação é que se proceda inicialmente como recomendado para a hipótese (b). Com o valor do patrimônio líquido devedor excedente ao valor da provisão para perdas, procede-se como recomendado para a hipótese (a), isto é, como se não houvesse constituição para perdas em investimentos.

O autor levanta ainda a hipótese do valor da provisão para perdas ser superior ao montante devedor do patrimônio líquido da sociedade controlada. Nesse caso, recomenda: "a parte da provisão que ultrapassar o valor devedor do patrimônio líquido da companhia investida deverá ser classificada no passivo do balanço patrimonial consolidado."

2.8.5 - Reavaliação de ativos na controlada.

A reavaliação representa um processo pelo qual é acrescido um valor ao bem ou bens do ativo, cuja contrapartida provoca um acréscimo, também, no patrimônio líquido.

IUDiCIBUS et alii assinalam que tais acréscimos são motivados "por fatores normalmente exógenos à empresa, e sempre não realizados " Por isso, devem ser mantidos em conta separada no patrimônio líquido (reserva de reavaliação), "representando uma espécie de lucro em potencial ainda por se realizar no futuro." (71)

A esse respeito a Instrução CVM n. 15/80 havia determinado, em seu artigo 13, que não haveria necessidade de eliminação desses valores adicionados aos ativos das sociedades controladas, "enquanto mantida a correspondente contrapartida em conta específica de reserva de reavaliação."

Entrementes, a Instrução CVM n. 30/84 revogou o disposto no artigo 13 da referida Instrução CVM n. 15/80, sem, contudo, determinar qualquer procedimento alternativo para o problema.

Diante desse fato, parece que o procedimento mais adequado seria, então, eliminar da consolidação os aumentos de valor de ativos das sociedades controladas, semelhantemente à eliminação dos lucros não realizados incluídos nos ativos.

Esse procedimento está evidenciado no entendimento da

(71) IUDiCIBUS; Sérgio de; MARTINS, Eliseu et GELBCKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 375

Nota Explicativa CVM n. 21/80, que parece não ter sido afetada em seu item 5.5, ao dispor que:

"Do mesmo modo, os aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações configuram lucros que, enquanto não realizados, devem ser eliminados na elaboração de demonstrações financeiras consolidadas." (*)

No entanto, nenhum autor nacional consultado trouxe um melhor entendimento sobre o assunto.

Apenas IUDÍCIBUS et alii referem-se à matéria, argumentando que: "não há, na consolidação, tecnicamente nenhuma necessidade de eliminação desses valores adicionais", salientando, inclusive, "que a própria CVM admite isso (Instrução No. 15)." Por oportuno, cabe ressaltar que a obra dos referidos autores foi editada antes da edição da Instrução CVM No. 30/84. (72)

2.8.6 - Controladas sediadas no exterior.

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade NIC-3, "uma companhia matriz que emite demonstrações financeiras consolidadas deve consolidar todas as subsidiárias, no exterior e no país, ..." (73)

(*) NOTA: O entendimento do item 5.6 da Nota Explicativa CVM No. 21/80 fica prejudicado, tendo em vista a revogação do artigo 13 da Instrução CVM n. 15, ao qual dava interpretação.

(72) IUDÍCIBUS. Sérgio de; MARTINS. Eliseu et GELBCKE. Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 512

(73) in IBRACON. "Princípios contábeis ..." (1988) p. 436

Porém, a mesma Norma ressalta que "se a subsidiária opera sob condições nas quais severas restrições a longo prazo sobre as transferências de fundos prejudicam o controle pela matriz sobre os ativos e as operações da subsidiária", ela deve ser excluída da consolidação. (74)

De qualquer forma, quando a sociedade controlada estiver sediada no exterior, as suas demonstrações financeiras deverão ser traduzidas da moeda do país sede para a moeda corrente no Brasil, de maneira a permitir o cálculo do valor do ajuste de equivalência patrimonial e a consolidação das respectivas demonstrações financeiras. (*)

2.8.7 - Princípios contábeis adotados.

Nem sempre as normas e procedimentos contábeis aceitos são uniformemente adotados por todas as empresas. Entretanto, a fim de que a consolidação possa refletir a posição financeira, os resultados das operações e as origens e aplicações de recursos do grupo de sociedades de maneira uniforme, é indispensável que as sociedades do consolidado adotem um certo grau de uniformidade na adoção de princípios, normas e procedimentos contábeis.

(74) in IBRACON. "Princípios contábeis ..." (1988) p. 436

(*) NOTA: Os procedimentos de conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira fogem do escopo deste estudo. Sobre o assunto, cf. ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras" (1985) p. 153

Como ensina WALTER,

"Se os procedimentos e critérios adotados pelas empresas sujeitas à consolidação forem diferentes entre si, a posição do grupo de sociedades não terá uma avaliação uniforme e correta." (75)

A recomendação de ALMEIDA é que, ocorrendo alguma divergência relevante entre os critérios contábeis adotados, devem-se ajustar, extracontabilmente, as demonstrações financeiras, de modo a eliminar tal divergência. A autor lembra, ainda, que o valor a ser eliminado deverá ser considerado, também, no cálculo do ajuste de equivalência patrimonial (76)

A Norma Internacional de Contabilidade NIC-3 assim estabelece.

"Preferivelmente, as empresas devem seguir políticas contábeis uniformes nas demonstrações consolidadas. Deve haver divulgação das diferentes políticas contábeis usadas e da proporção de ativos e de passivos a que foram aplicadas políticas contábeis diferentes se eles forem incluídos em uma classificação única no balanço." (77)

2.8.8 - Data das demonstrações financeiras.

De acordo com o IBRACON, "o fato de serem diferentes os exercícios sociais da controladora e suas controladas não implica que estas devam ser excluídas da consolidação." (78)

(75) WALTER. Milton A. "Investimentos relevantes e equivalência patrimonial." (1982) p. 131

(76) ALMEIDA. Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras." (1985) p. 83

(77) in IBRACON "Princípios contábeis ..." (1988) p. 436

(78) Idem, p. 158

Quando a diferença é maior do que sessenta dias, a Lei No. 6.404 determina que a sociedade controlada elabore demonstrações financeiras extraordinárias, para fins de consolidação, em períodos coincidentes com os da controladora (Art. 250)

Isso significa que as demonstrações financeiras levantadas com diferenças de até sessenta dias de prazo poderão ser consolidadas, contudo, deverão ser observados os eventos relevantes ocorridos nesse prazo

Segundo IUDÍCIBUS et alii, (79) ao se consolidarem demonstrações financeiras com datas diferentes (até sessenta dias de prazo), deve-se atentar para o seguinte:

- (a) procurar manter uma uniformidade de períodos de um exercício para outro;
- (b) esclarecer, em nota explicativa, o período da diferença;
- (c) verificar se não ocorreram, na controlada, nesse período, eventos com efeitos relevantes nas demonstrações consolidadas. Se houver, devem ser considerados na consolidação e esclarecidos em notas explicativas."

2.8.9 - Publicação e notas explicativas.

A Lei n. 6.404/76 determina que as demonstrações consolidadas devem ser publicadas juntamente com as demonstrações individuais da controladora ou da sociedade de comando de grupo. Somente as sociedades controladas e as filiadas a grupo de

(79) IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu et GELBCKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade ..." (1981) p. 481

sociedades podem publicar suas demonstrações financeiras separadamente, devendo estas últimas mencionarem onde e quando foram publicadas as demonstrações financeiras da sociedade de comando (Artigos 249 e 275)

As notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas, por sua vez, devem discriminar, além dos dados necessários usuais nas notas explicativas individuais, dados relativos à consolidação, que nos termos da Instrução CVM n. 15/80 são:

- (a) critérios adotados na consolidação,
- (b) denominação das sociedades controladas incluídas na consolidação bem como o percentual de participação,
- (c) exposição das razões que determinaram a exclusão de sociedades controladas ...,
- (d) base e fundamento para amortização do ágio ou do deságio não absorvido na consolidação;
- (e) eventos subsequentes ...,
- (f) eventos que ocasionaram qualquer diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora, em confronto com os correspondentes montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidado apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. (Art. 21)

A exigência, contida na letra "f" da Instrução n. 15 acima mencionada, significa que deverá ser divulgada a conciliação entre os valores do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora e o patrimônio líquido e o lucro líquido consolidado.

3 - CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL

CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS

3.1 - Evolução histórica

De acordo com as obras de WHITTINGTON (1) e FOX & RUESCHHOFF (2), por volta de 1920, logo após a I Guerra Mundial, teóricos contábeis europeus já se preocupavam e escreviam sobre "price-level changes", principalmente na Alemanha e França.

Durante a década de 1920, Henry W. Sweeney reestudou e consolidou os conceitos europeus e propôs um modelo de "inflation accounting" para a América. A sua obra "Stabilized Accounting", em 1936, é considerada pelos autores como o primeiro trabalho em profundidade sobre "price-level accounting".

Os contadores americanos, no entanto, mostraram pouco interesse pelo modelo de Sweeney durante a depressão econômica da década de 1930. Porém, o interesse por seu trabalho cresceu durante o período após a II Guerra Mundial, pelo agravamento da inflação em vários países.

Nesse período, o "American Accounting Association" publicou dois influentes estudos empíricos sobre os efeitos quantitativos (R. C. Jones em 1955 e 1956) e um manual sobre as

(1) WHITTINGTON. Geoffrey. "Inflation accounting: an introduction to the debate". (1983) p. 75-7

(2) FOX. Samuel and RUESCHHOFF. Norlin G. "Principles of international accounting". (1986) p. 657-60

técnicas de ajustamento da contabilidade a nível geral de preços ("Current Purchasing Power Accounting"), (Perry Mason em 1956).

Esses estudos, juntamente com o trabalho pioneiro de Sweeney, serviram de base para o "Accounting Research Study n. 6" publicado pelo "AICPA" em 1963. O mesmo aconteceu com o "Statement n. 3" do "Accounting Principles Board" em 1969 e, posteriormente, com o "Financial Standard Accounting-FAS n. 33" do "FASB" em 1979.

Os primeiros trabalhos dos estudiosos americanos também influenciaram os profissionais e estudiosos de outros países como o Reino Unido, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul, além de países da América do Sul como o Brasil, Uruguai, Chile e Argentina.

Esses países da América do Sul, no entanto, cuja inflação nas últimas décadas tem experimentado altas taxas, desenvolveram alguns métodos práticos para medir o nível geral de preços de suas economias, conhecidos por "indexação" ou "correção monetária". O Brasil, por sua vez, tem sido destacado na literatura internacional como exemplo de aplicação prática da correção monetária, por sua larga experiência em procedimentos e práticas da contabilidade em períodos inflacionários. (3)

(3) cf. MOST, Kenneth S. "Accounting theory" 2nd ed. (1982) p. 289
cf. ARPAN, Jeffrey S. and RADEBAUGH, Lee H. "International accounting and multinational enterprises". (1985) p. 64; e
cf. FOX, Samuel and RUESCHHOFF, Norlin G. (1986) p. 660

Segundo MARTINS & ASSAF NETO.

"O processo de indexação (correção monetária) consiste em transformar determinados valores nominais em moeda representativa de um mesmo poder aquisitivo posterior, isto é, a indexação supõe a transformação de dados, disponíveis no início de um período, em valores compatíveis com a capacidade de compra verificada numa data posterior." (4)

Os estudos sobre a correção monetária no Brasil são tão antigos quanto são os primeiros pronunciamentos dos estudiosos norte-americanos. (5)

O Decreto-Lei No. 7.377, de 13-3-1945, a Lei No. 1.772, de 22-12-1952 e a Lei No. 3.470, de 28-11-1958 são alguns dispositivos legais que marcaram o início da aplicação do reconhecimento da inflação nos balanços das empresas no Brasil.

Os métodos preconizados por essa legislação foram evoluindo, com a instituição de novos dispositivos legais, até a promulgação da atual Lei das sociedades por ações (Lei No. 6.404, de 15-12-1976), que estabeleceu a filosofia e os conceitos do atual sistema de correção monetária (método legal).

Entretanto, foi através do Decreto-Lei No. 1.598/77 que se fixaram os procedimentos e difundiu-se a aplicação da correção monetária do balanço -nomenclatura que ficou conhecida no meio profissional-, às demais sociedades que não as por ações.

(4) MARTINS. Eliseu et ASSAF NETO. Alexandre. "Administração financeira." (1986) p. 45

(5) cf. TREVISAN & ASSOCIADOS. "Demonstrações financeiras em moeda constante." (1988) p. 15,
cf. também CARDOSO. Julio S. S. "Afinal, o que é correção integral das demonstrações financeiras? in RBC n. 66 (1988) p. 25-8

Sobre o método atual de correção monetária do balanço ou método legal, como também é conhecido, BRUNÉLI faz o seguinte comentário.

"Não obstante o grande avanço e contribuição que a Lei No. 6 404/76 e legislação complementar trouxe para a contabilidade, pode-se verificar alguns aspectos inadequados, em termos de reconhecimento dos efeitos inflacionários nos elementos patrimoniais, em decorrência, principalmente, de ter sido a referida Lei uma adaptação simplificada da contabilidade a Nível Geral de Preços." (6)

Com o aumento da complexidade do ambiente de incertezas, provocado pelas constantes altas taxas inflacionárias vividas pelo país nas últimas décadas, professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo, por meio de seu Departamento de Contabilidade, vinham debatendo e questionando a necessidade da aplicação de um método de correção monetária que atendesse de forma "integral" à Contabilidade a Nível Geral de Preços.

Algumas experiências práticas foram feitas com a aplicação do método proposto pelos ditos professores, como o caso da TELESPAR-Telefônica do Paraná S/A, em 1982 e pela VASP-Viação Aérea São Paulo S/A, em 1985. Esta última foi considerada pelo Professor Eliseu Martins como sendo um marco histórico da Correção Monetária Integral no Brasil. (*)

Assim sendo, a Comissão de Valores Mobiliários, através

(6) BRUNÉLI. Tereza C. "Correção monetária do Balanço: perspectivas de mudanças na legislação vigente." Seleções ATC-COAD, jul./ago. 1987 p. 13

(*) cf. MARTINS. Eliseu. "Olhe bem o balanço da VASP". Temática contábil e balanços. Boletim IOB n. 16/86.

Ressalte-se, ainda, que a metodologia empregada pelo método da Correção Integral, como preconizada na Instrução CVM No. 64, foi aprovada pelo "Grupo de Trabalho Intergovernamental de Especialistas em Normas Internacionais de Contabilidade e Divulgação da Informação", dentro da "Comissão de Empresas Transnacionais", da ONU-Organização das Nações Unidas, na reunião anual em março de 1989, na qual o Brasil estava representado. (9)

3.2 - Obrigatoriedade de divulgação, padrão monetário e objetivos da correção integral.

De acordo com a Instrução CVM No. 64/87, todas as companhias abertas estão obrigadas a elaborar e publicar, juntamente com as demonstrações financeiras atualmente exigidas pela lei societária (Lei 6.404/76), demonstrações financeiras complementares com o pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário (Art. 1o). (*)

A referida Instrução dispõe, ainda, que, todos os elementos de todas as demonstrações complementares deverão estar registrados num único padrão monetário, mas as mesmas serão publicadas com seus valores expressos na moeda nacional da data do encerramento do exercício social.

(9) cf. MARTINS, Eliseu. "A ONU aprova a correção integral". Temática contábil e balanços. Boletim IOB n. 13 e 14/89.
(*) NOTA: Essas demonstrações incluem as demonstrações financeiras consolidadas, objeto deste estudo.

Os objetivos da correção integral estão explícitos na Nota Explicativa anexa à Instrução CVM No. CVM 64/87, ao comentar que.

"O Princípio do Denominador Comum relaciona a utilidade das informações contidas nas demonstrações financeiras à sua real capacidade agregativa, e esta decorre da utilização de um mesmo padrão monetário para as várias parcelas subordinadas."

Dessa forma, os objetivos do método da correção integral podem ser comparados às principais vantagens do método, apresentadas por SZUSTER e MONTEIRO.

- "(a) avaliação de todos os itens, inclusive referentes a outros períodos, em uma moeda de mesmo poder aquisitivo, possibilitando comparações muito mais realistas,
- (b) mensuração do efeito inflacionário sobre os itens patrimoniais diretamente expostos, ou seja, os monetários, propiciando informações extremamente importantes, inclusive para extração de tendências;
- (c) avaliação mais correta dos itens não-monetários, não os vinculando à classificação no Balanço, gerando a avaliação mais exata do patrimônio e do resultado."(10)

O que se pode depreender, portanto, é que o principal objetivo da correção monetária integral é o de aprimorar a qualidade das informações contábeis, através da utilização mais rigorosa, de uma moeda de poder aquisitivo constante.

Cabe, ainda, ressaltar o comentário de BRUNÉLI:(11)

(10) SZUSTER, Natan et MONTEIRO, Dery da R. "O impacto da inflação na análise das demonstrações financeiras." (1989) p. 50

(11) BRUNÉLI, Tereza C. "Correção monetária do balanço". Seleções ATC-COAD (1987) p. 113

"Embora não seja ainda o melhor método de se apurar os resultados das atividades, pois existem métodos mais dinâmicos como, por exemplo, o do Custo Corrente e o do Custo Corrente Corrigido, ... , sem dúvida a Correção Integral recentemente instituída veio enriquecer sensivelmente as informações contábeis, principalmente, as apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício e na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, que passam a ter uma amplitude nas condições de análise." (*)

3.3 - Conceitos e base utilizados.

O método da correção integral, como ensina SZUSTER, "consiste na restauração das demonstrações contábeis preparadas com base na contabilidade a custo histórico, em outras onde os valores são corrigidos a fim de refletir a alteração ocorrida no poder aquisitivo da moeda." (12)

As alterações ocorridas no poder aquisitivo da moeda são medidas pelo índice do nível geral de preços, que é "um coeficiente do preço total de um grupo de bens em vigor em determinada data, em relação ao preço total de um grupo idêntico (de bens) em outro período selecionado." (13)

Segundo HENDRIKSEN, "o nível geral de preços altera como resultado da variação no valor da unidade monetária durante períodos de inflação e deflação." (14)

(*) NOTA: Sobre os métodos do Custo Corrente e do Custo Corrente Corrigido, cf. os trabalhos do Professor Natan Szuster, em sua Dissertação de mestrado (USP/FEA, 1980) e Tese de doutoramento (USP/FEA, 1985).

(12) SZUSTER, Natan. in BRAGA, Hugo R. "Demonstrações financeiras (1987) p. 179

(13) Idem, ibdem.

(14) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory" (1982) p. 208

No caso brasileiro, o nível geral de preços, para efeito de correção das demonstrações financeiras, é indexado pelas autoridades governamentais, através da variação do valor do BTN-Bônus do Tesouro Nacional, que reflete a taxa mensal de inflação (15) (*)

A respeito da adoção do BTN (antes OTN) como padrão monetário utilizado pelo método da correção integral, TREVISAN & ASSOCIADOS fazem a seguinte observação:

"O fato de a OTN funcionar como instrumento de políticas monetária e fiscal, e a manipulação da ORTN ocorrida no passado, notadamente nos anos de 1979, 1980 e 1983, demonstram que esse padrão não é confiável." (16) (*)

Por outro lado, MONTEIRO, referindo-se à opção feita pela CVM de se adotar a OTN, ressalta:

"A implementação da metodologia, para produzir os efeitos desejados, tem sua importância muito mais baseada no fato de utilizar uma moeda de poder aquisitivo constante, ..., do que pela precisão da grandeza do valor que a OTN possa traduzir face à inflação havida. (grifos no original) (17)

A aplicação do índice geral de preços pela Contabilidade a Nível Geral de Preços, portanto, pelo método da correção integral exige que os elementos patrimoniais sejam classificados em "itens monetários" e "itens não-monetários".

(15) BRASIL. Leis, decretos etc. "Lei No. 7.799, de 10-7-89

(*) NOTA: O BTN foi utilizado até 28/02/91 quando foi extinto pela Lei No. 8.177/91. A partir de então, está sendo utilizado o FAP-Fator de Atualização Patrimonial. (Lei No. 8.200, de 28-6-91 e Deliberação CVM No. 127, de 29-7-91)

(16) TREVISAN & ASSOCIADOS. "Demonstrações financeiros em moeda constante." (1988) p. 20

(*) NOTA: ORTN é o padrão monetário antecessor da OTN, depois, BTN, até a sua extinção. (Lei No. 8.177/91)

(17) MONTEIRO. Deny da R. "A Instrução No. 64 da CVM e os objetivos da contabilidade " RBC n. 63 (1987) p. 33-7

Isto porque, de acordo com SZUSTER, "as mudanças, ao nível geral de preços, não afetam todos os componentes das demonstrações da mesma forma." (18)

3.3.1 - Itens monetários

Os itens monetários são classificados em Ativos e Passivos Monetários, assim definidos por HENDRIKSEN. (19)

"Ativos monetários são direitos em uma quantidade fixa de unidades monetárias que representam poder aquisitivo geral. Embora os preços dos bens e serviços possam variar, os direitos expressos em uma dada quantia permanecem inalterados, mas o poder aquisitivo, ou a capacidade de converter esses direitos em bens e serviços, é alterada."

E acrescenta:

"Passivos monetários representam obrigações a pagar em quantia fixa de dinheiro em alguma data no futuro, sem levar em conta o que acontece ao valor da unidade monetária."

Definições semelhantes deram a "Comissão de Princípios Contábeis" do "Instituto Mexicano de Contadores Públicos". (20)

"Um ativo monetário é o dinheiro ou o direito a receber determinado montante em dinheiro, expresso em unidades monetárias nominais, sem nenhuma relação com preços futuros de determinados bens e serviços."

"Um passivo monetário é a obrigação de pagar uma soma em dinheiro expressa em unidades monetárias nominais, sem qualquer relação com preços futuros de determinados bens ou serviços."

(18) SZUSTER, Natan. in BRAGA, Hugo R. "Demonstrações financeiras (1987) p. 179

(19) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory" (1982) p. 211

(20) In OROZCO, Noé D. "Parcelas monetárias e não monetárias uma opinião para facilitar a diferenciação." (1988) p. 43

Quanto aos elementos do Ativo ou do Passivo com cláusulas intrínsecas de atualização legal ou contratual, IUDÍCIBUS analisa e demonstra que "o efeito líquido no resultado é como se fossem monetários." (21)

Na opinião de MARTINS, (22) não obstante a existência ou não da atualização desses elementos, com cláusula de indexação monetária, cambial ou qualquer outra forma, legal ou contratual, esses itens devem ser classificados como monetários.

O Instituto Mexicano de Contadores Públicos (23) assim se pronuncia a respeito

"Os ativos e passivos monetários provenientes de transações que, por acordo entre as partes, vão se ajustando conforme o índice geral de preços ou qualquer outro fator, uma vez atualizados continuam sendo parcelas monetárias."

Essa, também, é a opinião de BRAGA e SZUSTER, (24) ao afirmarem que.

Em relação aos ativos e passivos monetários sujeitos a cláusulas específicas de correção vinculadas a moedas estrangeiras deve ser avaliado o seu rendimento ou encargo real frente à taxa de inflação brasileira."

Neste sentido, a Instrução CVM No. 64/87 assim classifica os itens monetários.

(21) IUDÍCIBUS. Sérgio de. "Teoria da contabilidade". 2.ed.
citado por SZUSTER, Natan. (1980) p. 7

(22) MARTINS. Eliseu. "Análise da correção monetária das demonstrações financeiras" (1979) p. 26

(23) In OROZCO. Noé D. "Parcelas monetárias e não monetárias" (1988) p. 43

(24) BRAGA. Roberto O. et SZUSTER. Natan. "Efeitos dos indexadores nos resultados contábeis." Gazeta Mercantil, ed 30-10-89.

"consideram-se itens monetários os elementos patrimoniais compostos pelas disponibilidades e pelos direitos e obrigações realizáveis e exigíveis em moeda, independentemente de estarem sujeitos a variações pós-fixadas ou de incluírem juros ou correções prefixadas.

Também são classificados como itens monetários os depósitos para incentivos fiscais e os empréstimos compulsórios enquanto na forma de créditos."

Dessa forma, os itens monetários, por estarem representados por contas que já estão automaticamente em moeda da data do balanço, não necessitam ser ajustados.

3.3.2 - Itens não-monetários.

Da mesma forma que os itens monetários, os itens não-monetários também são classificados em Ativos e Passivos Não-Monetários, e assim HENDRIKSEN (25) os define:

"Ativos não-monetários, por outro lado, incluem aqueles itens cujos preços em termos de unidades monetárias podem variar com o tempo, ou direitos a uma quantidade variável de unidades monetárias, que representam um predeterminado valor de poder aquisitivo."

"Passivos não-monetários incluem obrigações de entregar quantidades de bens e serviços ou um valor equivalente de poder aquisitivo, embora o pagamento possa ser em forma de dinheiro."

No pronunciamento do Instituto Mexicano de Contadores Públicos, (26) os itens não-monetários são assim definidos:

"São parcelas não-monetárias aquelas cujo significado econômico depende do valor específico de determinados bens ou serviços e que por si só não originam um fluxo de dinheiro futuro, ou então este é desconhecido."

(25) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory". (1982) p. 211

(26) In OROZCO, Noé D. "Parcelas monetárias e não monetárias" (1988) p. 43

"Consideram-se itens não-monetários os elementos do ativo permanente, do patrimônio líquido e dos resultados de exercícios futuros, bem como os estoques, as despesas antecipadas, os direitos e obrigações a serem saldados em bens e serviços e os demais elementos não realizáveis ou exigíveis em moeda." (Art. 2º pará. 2º.)

Dessa forma, os itens não-monetários devem ser sistematicamente ajustados pelos índices inflacionários, para que fiquem representados em termos de poder aquisitivo da moeda da data do balanço.

A importância de se distinguir os itens monetários e os não-monetários é enfatizada por CHAMBERS, (27) conforme cita:

"A importância da distinção repousa no fato de que os ativos monetários e os não-monetários estão sujeitos a riscos inteiramente diferentes. Os ativos monetários estão sujeitos aos riscos de mudanças no poder aquisitivo da moeda. Se, por qualquer razão, o nível geral de preços aumentar, o poder de compra da unidade monetária tende a diminuir; maior quantidade de unidades é exigida para comprar um determinado bem.

E acrescenta

Evidentemente, os ativos não-monetários estão sujeitos à mesma influência, mas em direção oposta. Se se espera que o nível de preços irá subir, é preferível manter bens e incorrer em obrigações fixas do que manter ativos monetários."

Como é colocado por CHAMBERS, durante um período inflacionário, o dinheiro perde o poder aquisitivo porque ele compra menos no fim do período do que poderia ter comprado no início. Reciprocamente, os devedores podem pagar suas "contas a pagar" com dinheiro que tenha caído de valor, ganhando por um menor pagamento efetivo.

(27) CHAMBERS. Raymond J. "Accounting, evaluation, and economic behavior." (1966) p. 176

O que se pode depreender de forma básica é que, durante um período inflacionário, a manutenção de Ativos Monetários na estrutura patrimonial gera PERDAS no poder aquisitivo da empresa, enquanto que a manutenção de Passivos Monetários gera GANHOS

3.3.3 - Ganhos e perdas nos itens monetários.

A inflação, como fenômeno costumaz das economias modernas, gera efeitos de transferência de riqueza e de renda entre os sujeitos econômicos que atuam no sistema. Portanto, é uma transação implícita que afeta a riqueza e a renda das empresas (28)

De fato, a inflação está descrita nos manuais de Economia como uma situação que produz efeitos de transferência de riqueza entre os agentes econômicos, onde uns perdem e outros ganham; isto é, uma situação que, portanto, produz custos e receitas potenciais e reais que deverão ser captados, mensurados, avaliados e representados convenientemente no sistema informativo das entidades, da mesma forma do que deve ser feito com as demais transações que afetam a riqueza e a renda. (29)

Assim é que a EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP faz o seguinte comentário.

(28) GARCIA, José L. C. "Revisão crítica das principais propostas normativas de ajuste das demonstrações nominais em contexto inflacionário. Contaduria n. 4, mar. 1984 p. 47

(29) Idem, idem, p. 2

E de conhecimento geral que, em período de inflação, quanto mais se retiver o dinheiro ou quanto mais tempo demorarmos para receber valores expressos em valores nominais constantes, mais estaremos perdendo substâncias em termos de poder aquisitivo."

E acrescenta:

"Em sentido inverso, quanto mais demorarmos para pagar nossos compromissos em períodos de inflação, mais estaremos ganhando em termos de poder aquisitivo." (30)

Por sua vez, o cálculo dos ganhos e perdas nos itens monetários, segundo HENDRIKSEN, (31) envolve duas etapas distintas.

"(1) O valor do item é primeiramente ajustado pela variação no poder aquisitivo da moeda durante o período contábil ou durante o período em que ele foi mantido ou não pago, se por menos de um ano;

(2) Esse valor ajustado é então comparado com o valor corrente do ativo ou passivo no final do período ou na época em que o bem foi baixado. A diferença representa o ganho ou a perda no poder aquisitivo."

Este pronunciamento é similar ao preconizado na Instrução CVM No 64/87, que assim determina.

"Os itens monetários gerarão ganhos ou perdas representados, em cada mês, pela diferença entre a quantidade de OTN obtida pela divisão do saldo do item monetário em cruzados no mês anterior pelo OTN desse mês precedente e a quantidade em OTN do mês em questão." (Art. 7o. "f")

O cálculo dos ganhos e perdas nos itens monetários em questão, são efetuados tão somente sobre os itens componentes do balanço patrimonial, ou seja, da estrutura patrimonial da empresa. (32)

(30) EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. "Contabilidade introdutória 1983" p. 273

(31) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory" (1982) p. 213

(32) cf. MARTINS, Eliseu. "Contabilidade em ORTN." Temática contábil e balanços. Boletim IOB n. 18 a 22/85

Em relação aos componentes da estrutura da Demonstração do Resultado, SZUSTER (33) faz a seguinte referência:

"As receitas, normalmente expressas em datas correntes, são corrigidas em relação às datas de sua obtenção. A despesa, que representa o somatório dos itens que compõem o custo dos produtos vendidos, é um elemento composto que não pode ser corrigido pela multiplicação de seu valor histórico por algum coeficiente. Temos que recorrer à correção isolada de seus elementos."

Ao se corrigirem as receitas, os custos e as despesas desde a data de sua formação até a data do balanço, pode-se deduzir, pelo raciocínio, que os componentes da Demonstração do Resultado são tratados como se fossem "itens não-monetários."

Ainda segundo SZUSTER, (34) "a mensuração dos ganhos ou perdas com os itens monetários é uma propriedade do Price-Level Accounting pela inclusão no próprio resultado do efeito econômico desta ocorrência. ..." (grifo no original)

(33) SZUSTER, Natan. In BRAGA, Hugo R. "Demonstrações financeiras (1987) p. 180

(34) Idem. "Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda." USP/FEA. (1980) p. 9

3.4 - Operacionalidade (ou Metodologia do processo).

A Instrução CVM No. 64/87 dispõe sobre os procedimentos acerca da elaboração das demonstrações contábeis complementares, "pela correção integral". Em seu artigo 10. assim está disposto.

"Todos os elementos de todas as demonstrações complementares estarão registrados num único padrão monetário, como se a contabilidade fosse mantida nesse padrão." (grifo não é do original)

Não é necessário, contudo, manter-se a contabilidade no padrão monetário adotado, o BTN, ou uma contabilidade paralela, bastando, para tanto, seguir a metodologia prevista na própria Instrução, aplicável a cada uma das demonstrações financeiras

3.4.1 - Elaboração do Balanço Patrimonial Complementar.

Na elaboração do balanço patrimonial em moeda de poder aquisitivo constante, além da necessidade de se distinguirem os itens monetários e os não-monetários, indispensável se torna, ainda, observar a data da moeda usada para a sua avaliação. Isto é necessário para que se apliquem as técnicas do valor presente, de modo que os itens avaliados, tanto em moeda do passado, quanto em moeda do futuro, possam ser reexpressados em moeda do fim do exercício (valor presente da data do balanço). (35)

(35) cf. TREVISAN & ASSOCIADOS. "Demonstrações financeiras em moeda constante." (1988) p. 22

(a) Itens avaliados em moeda presente:

Desse modo, itens que estão avaliados em moeda presente não são ajustados, uma vez que estão expressos em moeda da data do balanço.

São itens monetários realizáveis ou exigíveis como por exemplo disponibilidades imediatas, fornecedores, contas a pagar e a receber nos dias posteriores ao encerramento do balanço.

(b) Itens avaliados em moeda do passado:

Itens que estão avaliados em moeda do passado, portanto, em datas anteriores a data do balanço, devem ser ajustados. Tais ajustes consistem em atualizar o custo do item, pelo índice de variação do valor da moeda entre a data de sua aquisição ou formação, até a data do balanço.

São itens não-monetários, tais como os estoques, o ativo permanente, o resultado de exercícios futuros, o patrimônio líquido, os adiantamentos a fornecedores e de clientes, dentre outros.

A atualização ou correção dos itens não-monetários se processa mediante a conversão do seu custo expresso em moeda corrente (cruzeiro) para quantidade em BTN, com base no valor do BTN Fiscal do dia da sua aquisição ou formação. (36)

(36) Instrução CVM No. 64/87, artigo 4o., com as alterações introduzidas pela Instrução CVM No. 108, de 04-12-89.

A Instrução CVM No. 108/89, ao introduzir alterações na Instrução No. 64/87, estabelece a opção de se utilizarem, para a conversão em quantidades em BTNf, os seguintes critérios:

- I - o BTN Fiscal para todas as transações,
- II - o BTN Fiscal médio, também para todas as transações; e
- III - critério misto, onde as transações que envolvam contas sujeitas à correção monetária prevista na legislação fiscal sejam registradas em BTNf diário e as demais em BTNf médio. (37)

A forma de apuração do BTN Fiscal médio é o mesmo prevista nas normas fiscais, quando se utiliza a média aritmética dos BTNs Fiscais de cada mês. (38)

(b.1) Ajustes dos estoques:

Os estoques podem ser controlados por razões auxiliares, por item ou grupo de itens homogêneos, adotando-se critérios simplificados de valorização, tal como o critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair), independentemente dos critérios de valorização adotados na escrituração contábil (custo médio ou outro). (39)

Esse procedimento implica a mutação de controles de movimentação dos estoques em quantidade de BTNf (diário ou

(37) Instrução CVM No. 108/89, artigo 20.

(38) Instrução Normativa do SRF No. 83, de 10-08-89

(39) cf. TREVISAN & ASSOCIADOS. "Demonstrações financeiras em moeda constante." (1988) p. 88

medio), para cada item ou grupo de itens homogêneos, semelhante aos procedimentos em cruzeiros adotados para a escrituração do registro de estoque.

No entanto, através de cálculos globais, é possível fixarem valores aproximados dos estoques e do custo das vendas em cruzeiros da data do balanço.

A metodologia utilizada para os cálculos globais de avaliação do estoque inicial e da movimentação do estoque ao longo do ano, foi objeto de estudo por ALMEIDA (40)

Cabe ressaltar que, se o valor ajustado do estoque, ou outro ativo não-monetário circulante, ultrapassar o valor de mercado, deverão ser constituídas provisões, de forma a atender aos princípios de contabilidade geralmente aceitos (custo ou mercado, dos dois o menor). (41)

(b.2) Demais itens não-monetários:

Os demais itens não-monetários não classificados como ativo permanente ou patrimônio líquido, de valor irrelevante ou que tenham sido adquiridos ou formados nos últimos três meses antes da data do balanço, não necessitam de ajustes, sendo tratados, neste caso, como se fossem itens monetários. (42)

(40) ALMEIDA, Marcelo C. "Correcção monetária integral das demonstrações financeiras" (1988) p. 189

(41) Instrução CVM No. 64/87, artigo 4o., parág. 4o.

(42) Idem, idem, parág. 3o.

(c) Itens avaliados em moeda do futuro.

Quanto aos itens monetários realizáveis ou exigíveis após a data do balanço, portanto, avaliados em moeda do futuro, devem ser ajustados ao valor presente, isto é, à moeda da data do balanço.

As contas a receber e a pagar, por exemplo, devem ser ajustadas ao valor presente, mediante o desconto do sobrepreço estimado da inflação futura.

A Instrução CVM No. 108/89 apresenta duas alternativas para o procedimento de desconto a valor presente, ratificadas pela Instrução CVM No. 138/91:

- (a) desconto à taxa praticada pela companhia nas suas vendas/compras a prazo, e
- (b) desconto com base na variação do BTNF (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal), independentemente dos respectivos prazos de vencimentos. (43)

3.4.2 - Elaboração da Demonstração Complementar do Resultado.

(a) Regime de competência mensal.

Para a elaborar a demonstração do resultado do exercício em moeda constante, há a necessidade de se observar o regime de competência mensal. (44)

(43) Instrução CVM No. 108/89, artigo 3o., e Instrução CVM No. 138/91, artigo 1o.

(44) Instrução CVM No. 64/87, artigo 6o.

Segundo a Nota Explicativa da Instrução CVM No. 64/87, a adoção do regime de competência mensal é uma forma de "garantir a integridade da informação sobre cada um dos componentes do resultado."

Entretanto, o resultado da equivalência patrimonial, a provisão para o imposto de renda e as provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, podem ser apropriados em regime de competência trimestral. As participações nos lucros, quando não pagas por antecipação, podem ser constituídas e apropriadas apenas no final do exercício social (45)

Os demais elementos componentes do resultado do exercício, tais como vendas de bens ou serviços, deduções da receita bruta, custo dos produtos ou serviços vendidos, despesas administrativas, despesas com vendas, despesas e receitas financeiras, outras receitas e despesas operacionais, resultados não operacionais e outros, são convertidos em quantidades de BTNF, adotando-se uma das alternativas de critérios de correção estabelecidas na Instrução CVM No. 108/89 (BTN Fiscal ou BTNF médio).

(45) Instrução CVM No. 64/87, artigo 60, parág. único

(b) Ganhos e perdas nos itens monetários.

O cálculo mensal dos ganhos e das perdas decorrentes da exposição de ativos e passivos monetários à inflação, é feito da seguinte forma, envolvendo três etapas: (46) (*)

1a. etapa.

- (a) o saldo em cruzeiros do mês anterior é convertido em quantidade de BTN Fiscal do último dia desse mês,
- (b) esse mesmo saldo é dividido pelo valor do BTNF médio do mês em questão, encontrando-se uma outra quantidade de BTNF,
- (c) a diferença entre as quantidades de BTNF calculadas anteriormente representa o ganho ou a perda na primeira parte do mês.

2a. etapa.

- (a) o saldo em cruzeiros do mês em questão é convertido em quantidade de BTNF, pela divisão do seu valor pelo valor do BTN Fiscal do último dia desse mês,
- (b) esse mesmo saldo é dividido, também, pelo valor do BTNF médio desse mesmo mês, encontrando-se outra quantidade de BTNF,
- (c) a diferença entre as quantidades de BTNF calculadas anteriormente representa o ganho ou a perda na segunda parte do mês.

3a. etapa:

O resultado da soma das diferenças verificadas na primeira e na segunda etapas, representa, em BTNF, o ganho ou a perda total sobre o item, durante o mês em referência.

(46) Instrução CVM No. 64/87, artigo 70, letra "f", com as alterações introduzidas pela Instrução CVM No. 108/89.

(*) NOTA: cf. MARTINS, Eliseu. "Correção integral: algumas mudanças com a utilização do sistema misto." Temática contábil e balanços. Boletim IOB No. 8, 1990.

Os ganhos e as perdas nos itens monetários apurados mensalmente, em quantidades de BTNF, são somados mês a mês e convertidos para cruzeiros, mediante a multiplicação do somatório dos ganhos e do somatório das perdas, pelo valor do BTN Fiscal do dia do encerramento do exercício. (47)

(c) Receitas e despesas financeiras.

As perdas relativas aos ativos monetários que geram receitas financeiras nominais, bem como os ganhos relativos aos passivos monetários que geram despesas financeiras nominais, são considerados como redutoras das respectivas receitas e despesas financeiras nominais. Com isso, apuram-se, como saldo líquido, as receitas financeiras reais e as despesas financeiras reais. (48)

O cálculo das perdas e dos ganhos relativos aos itens monetários que geram receitas e despesas financeiras nominais é feito da mesma forma que o cálculo das perdas e dos ganhos sobre os demais itens monetários do balanço.

(d) Resultado da equivalência patrimonial.

Os resultados da equivalência patrimonial convertidos trimestralmente pelo BTNF do último dia de cada trimestre, são, ao final do exercício, ajustados em quantidade de BTNF do dia do balanço, como se fossem convertidos apenas nessa data. (49)

(47) Instrução CVM No. 64/87, artigo 11

(48) Idem, artigo 7o., letras "g" e "h."

(49) Idem, idem, letra "j"

Segundo os comentários de BENTO e BENTO

"Esta foi a forma encontrada pela CVM para dizer que não se deve simplesmente transformar em BTNF pela paridade de qualquer mês o resultado da equivalência patrimonial operacional de qualquer período do ano (mês, trimestre ou semestre) que não seja o primeiro, uma vez que os demais contêm a correção dos resultados obtidos anteriormente." (50)

Portanto, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, devem ser tomados os valores acumulados de final de período, excluídos do ajuste de equivalência patrimonial "pela legislação". Este valor anterior do investimento é, então, comparado com o valor do investimento calculado sobre o patrimônio líquido da sociedade investida "pela correção integral". (51)

(e) Classificação dos ganhos e das perdas nos itens monetários e dos ajustes a valor presente.

A classificação dos valores dos ganhos e das perdas nos itens monetários e dos ajustes a valor presente devem ser distribuídos pelas contas de resultado a que se vinculam. Contudo, "os ajustes por redução de obrigações vinculadas à aquisição de ativos existentes na data do balanço serão registrados como redução do custo desses ativos". (52)

Dessa forma, as perdas em clientes devem ser consideradas como redutoras das receitas de vendas, os ganhos em

(50) BENTO, Salvador A. et BENTO Rogério A. "Demonstrações financeiras com correção integral" (1987) p. 45

(51) Idem, ibdem.

(52) Instrução CVM No. 108/89, artigo 4º, e Instrução CVM No. 64/87, artigo 3º, parág. 3º.

fornecedores reduzem o custo dos produtos vendidos, etc. Assim também devem ser considerados os ajustes a valor presente de clientes e fornecedores. (53)

Na eventualidade de existir saldo que não possa ser alocado, o mesmo deve ser incluído no grupo de outras receitas ou despesas operacionais, devendo ser, ainda, evidenciado em notas explicativas, se relevante. (54)

(f) Diferenças intertemporais do Imposto de Renda.

O resultado do exercício apurado pelo método de correção integral pode ser diferente do resultado apurado pelo método legal. Isto decorre em função da correção dos itens não-monetários não classificados no ativo permanente e no patrimônio líquido, que não são corrigidos pelo método legal. Decorre, também, em função dos descontos a valor presente aplicados a ativos e passivos monetários.

A diferença entre o resultado "pela legislação" e o resultado "pela correção integral" implica a mudança do valor do imposto de renda provisionado que aparece na demonstração do resultado do exercício.

A diferença do imposto de renda provisionado deve, então, ser considerada como "despesa paga antecipadamente ou provisão para imposto de renda diferido", conforme o valor do

(53) Nota Explicativa da Instrução CVM No. 108/89

(54) Instrução CVM No. 108/89, artigo 4o., caput e parág. 1o.

imposto provisionado tenha diminuído ou aumentado, devendo ser apresentada no realizável ou exigível a longo prazo. (55)

3.4.3 - Elaboração das demais demonstrações complementares.

Os procedimentos para se elaborar a demonstração das origens e aplicações de recursos e da demonstração das mutações do patrimônio líquido em moeda constante, estão definidos nos artigos 8o e 9o da Instrução CVM No. 64/87.

A rigor, a elaboração dessas demonstrações complementares segue os mesmos procedimentos aplicáveis às respectivas demonstrações "pela legislação". Deve-se, porém, tomar o cuidado de se obterem todos os dados para a sua montagem expressos em moeda presente, inclusive os saldos e os ajustes de exercícios anteriores.

3.4.4 - Notas Explicativas.

As notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras complementares "pela correção integral" devem conter informações quanto aos critérios adotados na sua elaboração, bem como, a conciliação da diferença que eventualmente existe entre o lucro líquido apurado na escrituração contábil e o lucro apurado "pela correção integral". (56)

(55) Instrução CVM No. 64/87, artigo 5o.

(56) Instrução CVM No. 64/87, artigo 7o, parág. único e art. 10

1 - INTRODUÇÃO

O problema central deste estudo propõe a discussão do tratamento dado, na consolidação de demonstrações financeiras, aos ajustes decorrentes da aplicação da correção monetária integral e que não são registrados na escrituração contábil. Por sua vez, tais ajustes são necessários a partir das demonstrações financeiras elaboradas "pela legislação", para se chegar às demonstrações financeiras "complementares" ou "pela correção integral".

Como se pode depreender da revisão bibliográfica concernente ao método da correção integral, tais ajustes são resumidamente, os seguintes:

(a) em relação ao Balanço Patrimonial:

- (1) Correção dos itens não-monetários que não foram ajustados pela correção monetária "legal", tais como: estoques, despesas antecipadas, adiantamentos de compras e de vendas bem como resultados de exercícios futuros.
- (2) Atualização ou ajuste a valor presente dos itens monetários realizáveis ou exigíveis após a data do balanço, tais como: contas a receber e a pagar decorrentes de vendas e compras a prazo ou quaisquer outros direitos e obrigações a serem saldados em "moeda do futuro".

(b) em relação à Demonstração do Resultado do Exercício.

- (1) Atualização de todos os elementos componentes do resultado do exercício que estão expressos em "moeda do passado", tais como: receita de vendas de bens ou serviços, deduções da receita bruta, custos dos bens ou serviços vendidos, despesas administrativas e de vendas, despesas e receitas financeiras, outras receitas e despesas operacionais, e resultados não operacionais.
- (2) Ganhos e perdas nos itens monetários expostos aos efeitos da inflação, como disponibilidades, contas a receber e a pagar e outros direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis em moeda.
- (3) Perdas e ganhos nos ativos e passivos monetários que geram receitas financeiras nominais e despesas financeiras nominais.
- (4) Diferença no resultado da equivalência patrimonial quando as controladas apresentam resultados diferentes "pela legislação" e "pela correção integral".
- (5) Ganhos e perdas decorrentes de ajustes a valor presente de direitos e obrigações vinculadas às vendas e às compras a prazo de estoques, de ativo permanente e quaisquer outros direitos e obrigações a realizar ou a vencer no futuro.
- (6) Diferença do valor da provisão do imposto de renda quando o resultado do exercício "pela correção inte-

gral" for diferente do resultado apurado "pela legislação", em face da atualização de itens não-monetários não contemplados pelo "método legal" e dos ajustes a valor presente de itens monetários realizáveis ou exigíveis após a data do balanço.

Neste sentido, os exemplos simulados deste capítulo foram formulados de maneira a abordar, tão somente, situações que levam em conta os ajustes acima referidos, desenvolvidos de forma a poder verificar, sob a luz das metodologias abordadas, a praticabilidade da consolidação de demonstrações financeiras "pela correção integral" elaboradas através da aplicação de dois procedimentos alternativos, quais sejam.

PROCEDIMENTO "A".

"A controladora consolida as demonstrações financeiras "pela legislação" mensalmente e aplica a correção integral diretamente sobre essas demonstrações consolidadas"; e

PROCEDIMENTO "B".

"As controladas elaboram as suas demonstrações "pela correção integral" e a controladora consolida essas demonstrações".

De forma mais simples seria:

PROCEDIMENTO "A".

Corrigir as demonstrações consolidadas; e

PROCEDIMENTO "B".

Consolidar as demonstrações já corrigidas.

2 - EXEMPLO REFERENCIAL BÁSICO

A fim de facilitar o entendimento da resolução dos exemplos, formulou-se um exemplo referencial básico a partir do qual foram desenvolvidas as situações abrangidas por este estudo.

Desse modo, tomou-se como referência a data inicial de 31/MÊS 0 considerando-se, ainda, os seguintes dados fundamentais.

- (a) A sociedade controladora denominada CIA ALFA detém 100% do capital da sociedade controlada denominada CIA BETA.
- (b) A controladora e a sociedade controlada têm atividades semelhantes, adotam os mesmos critérios contábeis (estoques avaliados pelo método PEPS).
- (c) Políticas adotadas por ambas as sociedades:
Vendas. 40% do estoque com Margem Bruta de 100%,
Compras: Reposição de 100% do estoque remanescente.
Estoques. Avaliação pelo método PEPS.
Obs. Não foram considerados os impostos inclusos nos preços de compras e de vendas.
- (d) Não foi considerada a provisão para o imposto de renda sobre o lucro líquido, como também não se consideraram as diferenças de imposto de renda em função das diferenças do lucro líquido "pela correção integral" e "pela legislação".
- (e) Os procedimentos de consolidação "A" e "B" foram aplicados nas datas de 31/MÊS 1 (balanço intermediário) e em 31/MÊS 2 (balanço final)

(f) A taxa de inflação comportou-se constante durante o período em 10% a.m., correspondendo a uma taxa acumulada de 21% entre o início e o fim do período contábil (31/MÊS 0 a 31/MÊS 2).

(g) Para a aplicação da correção integral, todas as transações ocorreram no último dia de cada mês.

(h) Em vista da extinção do Bônus do Tesouro Nacional, bem como do BTNFiscal, utilizou-se como indexador FATOR DE ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL-FAP, instituído pelo Decreto No. 332/91 que regulamentou a Lei 8.200/91. Esta unidade, no entanto, pode ser substituída por qualquer outro indexador oficial que venha a ser adotado para o reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações financeiras, sem alterar a metodologia aqui estudada. Assim, consideraram-se, hipoteticamente os seguintes valores do FAP:

31/MÊS 0 \$ 10,00

31/MÊS 1 \$ 11,00

31/MÊS 2 \$ 12,10

(i) O balanço patrimonial referente à data inicial apresenta valores expressos em moeda daquela data (31/MÊS 0).

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 0			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	3.000	2.000	5.000
Depositos	4.000	4.000	10.000
Investimentos	6.000		-
	15.000	6.000	15.000
PATR. LÍQUIDO			
Capital	15.000	6.000	15.000
	15.000	6.000	15.000

3 - APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

3.1 - EXEMPLO N. 1

Atualização ou correção dos itens não-monetários que não foram contemplados pela correção monetária "legal". Exemplo com "Estoques".

Este exemplo contempla, também, os seguintes itens da Demonstração do Resultado do Exercício:

- 1) Atualização dos elementos componentes do resultado expressos em "moeda do passado" (receita de vendas e custo das vendas);
- 2) Perdas nos ativos monetários expostos à inflação (disponibilidades), e
- 3) Diferença no resultado da equivalência patrimonial.

3.1.1 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "A":

(Corrigir as demonstrações consolidadas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista	4.800	3.200	8.000
Compras a vista	3.600	2.400	6.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

Em 31/MÊS 1, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL 31/MÊS 1				
	"legislação"			!!"integral"
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID
ATIVO				
Disponível	4.200	2.800	7.000	7.000
Estoque	7.200	4.800	12.000	12.600 (*)
Investimento	7.600	-	-	-
	19.000	7.600	19.000	19.600
PATR. LÍQUIDO				
Capital	16.500	6.600	16.500	16.500
Luc. Acumulados	2.500	1.000	2.500	3.100
	19.000	7.600	19.000	19.600

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1				
	"legislação"			!!"integral"
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID
Receita de Vendas	4.800	3.200	8.000	8.000
Custo das Vendas	(2.400)	(1.600)	(4.000)	(4.400) (*)
LUCRO BRUTO	2.400	1.600	4.000	3.600
Equiv. Patrim.	1.000	-	-	-
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	(500)
LUCRO OPERACION.	3.400	1.600	4.000	3.100
Corr. Monetária	(900)	(600)	(1.500)	XXXXXXXX
LUCRO LÍQUIDO	2.500	1.000	2.500	3.100

(*) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS DO CONSOLIDADO: (cf. p. 112 deste trabalho)

	CUSTO AQUIS	VR FAP / AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG
Estoque inicial	10.000	10,00	1.000,0000	11,00	11.000
Compras no mês	6.000	11,00	545,4545	11,00	6.000
Custo das vendas	(4.000)	10,00	(400,0000)	11,00	(4.400)
Estoque final	12.000		1.145,4545		12.600

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO".

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	19.000	2.500
(+) Correção dos Estoques como item não-monetário	600	600
"Pela C. Integral"	19.600	3.100

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista	5.800	4.200	10.000
Compras a vista	4.300	2.700	7.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

Em 31/MÊS 2, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL					
31/MÊS 2					
	"legislação"			!! "integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID	
ATIVO					
Disponível	5.700	4.300	10.000	10.000	
Estoque	8.600	5.400	14.000	14.810	(*)
Investimento	9.700		-	-	
	24.000	9.700	24.000	24.810	
PATR. LÍQUIDO					
Capital	18.150	7.260	18.150	18.150	
Luc. Acumulados	5.850	2.440	5.850	6.660	
	24.000	9.700	24.000	24.810	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2					
	"legislação"			!! "integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID	
Receita de Vendas	10.600	7.400	18.000	18.800	(**)
Custo das Vendas	(5.300)	(3.700)	(9.000)	(10.890)	(*)
LUCRO BRUTO	5.300	3.700	9.000	7.910	
Equiv. Patrim.	2.440		-	-	
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	(1.250)	(***)
LUCRO OPERACION.	7.740	3.700	9.000	6.660	
Corr. Monetária	(1.890)	(1.260)	(3.150)	XXXXXXXX	
LUCRO LÍQUIDO	5.850	2.440	5.850	6.660	

(*) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS DO CONSOLIDADO. (cf p. 112 deste trabalho)

	CUSTO AQUIS	VR FAP /AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG
Estoque inicial	12.000		1.145,4545	12,10	13.860
Compras no mês	7.000	12,10	578,5124	12,10	7.000
Custo das vendas	(5.000)	10,00	(500,0000)	12,10	(6.050)
Estoque final	14.000		1.223,9669		14.810
Custo vendas Mês 1	4.000	10,00	400,0000	12,10	4.840
Custo vendas Mês 2	5.000	10,00	500,0000	12,10	6.050
Custo acumulado	9.000		900,0000		10.890

(**) CÁLCULO DA CORREÇÃO DA RECEITA DE VENDAS DO CONSOLIDADO:

	VR. / VENDA	VR FAP /VENDA	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	VENDAS CORRIG
Vendas 31/MÊS 1	8.000	11,00	727,2727	12,10	8.800
Vendas 31/MÊS 2	10.000	12,10	826,4463	12,10	10.000
Vendas acumulad	18.000		1.553,7190		18.800

(***) CÁLCULO DAS PERDAS MONETÁRIAS EM DISPONIBILIDADES DO CONSOLIDADO:

	SALDO INIC.	TAXA INFL	PERDAS MONET.	VALOR FAP	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	VALOR CORRIG
MÊS 1	5.000	0,10	500	11,00	45,4545	12,10	550
MÊS 2	7.000	0,10	700	12,10	57,8512	12,10	700
Total			1.200		103,3057		1.250

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO
 "PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO
 LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO":

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	24.000	5.850
(+) Correção dos Estoques como item não-monetário	810	810
"Pela C. Integral"	24.810	6.660

3.1.2 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "B":

(Consolidar as demonstrações já corrigidas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.1.1 (a):

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista	4.800	3.200	8.000
Compras a vista	3.600	2.400	6.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 1			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	4.200	2.800	7.000
Estoques	7.560	5.040	12.600
Investimento	7.840		-
	19.600	7.840	19.600
PATR. LÍQUIDO			
Capital	16.500	6.600	16.500
Luc. Acumulados	3.100	1.240	3.100
	19.600	7.840	19.600

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	4.800	3.200	8.000
Custo de Vendas	(2.640)	(1.760)	(4.400)
LUCRO BRUTO	2.160	1.440	3.600
Equiv. Patrim.	1.240		-
Perdas I. Monet.	(300)	(200)	(500)
LUCRO OPER. LÍQUIDO	3.100	1.240	3.100

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.1.1 (b)

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista	5.800	4.200	10.000
Compras a vista	4.300	2.700	7.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 2			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	5.700	4.300	10.000
Estoques	9.107	5.703	14.810
Investimento	10.003		-
	24.810	10.003	24.810
PATR. LÍQUIDO			
Capital	18.150	7.260	18.150
Luc. Acumulados	6.660	2.743	6.660
	24.810	10.003	24.810

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	11.080	7.720	18.800
Custo de Vendas	(6.413)	(4.477)	(10.890)
LUCRO BRUTO	4.667	3.243	7.910
Equiv. Patrim.	2.743		-
Perdas I. Monet.	(750)	(500)	(1.250)
LUCRO OPER. LÍQUIDO	6.660	2.743	6.660

3.1.3 - OBSERVAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

Embora este exemplo tenha tratado somente dos ajustes decorrentes da correção dos "Estoques", pode-se perceber que os ajustes decorrentes da correção dos demais itens não-monetários do balanço que não forem contemplados pela correção monetária "legal" são tratados de forma semelhante.

Do mesmo modo, os ajustes da correção dos elementos componentes do resultado que estiverem expressos em "moeda do passado" são consolidados de forma semelhante a este exemplo.

Pelo PROCEDIMENTO "A", o cálculo da correção dos estoques e do custo corrigido das vendas do consolidado (cf. p. 105 e 107 deste estudo) pode tornar-se complexo, ao considerar a possibilidade de se incluir, na consolidação, mais de uma ou até mesmo várias sociedades. Os estoques poderiam estar formados em diversas datas diferentes, o que aumentaria o trabalho da correção monetária integral. A correção dos estoques e do custo das vendas do consolidado seria, a princípio, realizada individualmente para depois, então, consolidá-los.

Pelo PROCEDIMENTO "B", por outro lado, os estoques e o custo das vendas já estariam corrigidos nas respectivas demonstrações complementares de cada sociedade, restando, dessa forma, a tarefa de consolidar essas demonstrações.

Contudo, as demonstrações financeiras consolidadas (Balanço Patrimonial-BP e Demonstração do Resultado do Exercício-DRE) "pela legislação" e "pela correção integral" apresentaram-se

iguais, nos dois momentos (31/MÊS 1 e 31/MÊS 2), tanto pela aplicação do PROCEDIMENTO "A" quanto pela aplicação do PROCEDIMENTO "B".

3.2 - EXEMPLO N. 2

Atualização ou ajuste a valor presente dos itens monetários realizáveis ou exigíveis após a data do balanço. Exemplo com "Contas a Pagar" (sem encargos).

Este exemplo contempla, também, os seguintes itens da Demonstração do Resultado do Exercício.

- 1) Atualização dos elementos componentes do resultado expressos em "moeda do passado" (receita de vendas e custo das vendas);
- 2) Perdas e ganhos nos itens monetários expostos aos efeitos da inflação (disponibilidades e contas a pagar);
- 3) Diferença no resultado da equivalência patrimonial.
- 4) Ganhos decorrentes de ajustes a valor presente de obrigações a vencer no futuro (contas a pagar).

3.2.1 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "A".

(Corrigir as demonstrações consolidadas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista	4.800	3.200	8.000
Compras a prazo	3.600	2.400	6.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

Obs.: Compras a prazo c/ 30 dias

Em 31/MÊS 1, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL					
31/MÊS 1					
	"legislação"			"Integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID	
ATIVO					
Disponível	7.800	5.200	13.000	13.000	
Estoque	7.200	4.800	12.000	12.054	(*)
Investimentos	7.600	-	-	-	
	22.600	10.000	25.000	25.054	
PASSIVO					
Contas a Pagar	3.600	2.400	6.000	5.454	(**)
PATR. LÍQUIDO					
Capital	16.500	6.600	16.500	16.500	
Luc. Acumulados	2.500	1.000	2.500	3.100	
	19.000	7.600	19.000	19.600	
	22.600	10.000	25.000	25.054	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1					
	"legislação"			"Integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID	
Receita de Vendas	4.800	3.200	8.000	8.000	
Custo das Vendas	(2.400)	(1.600)	(4.000)	(4.400)	(*)
LUCRO BRUTO	2.400	1.600	4.000	3.600	
Equiv. Patrim.	1.000	-	-	-	
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	(500)	
LUCRO OPERACION	3.400	1.600	4.000	3.100	
Corr. Monetaria	(900)	(600)	(1.500)	XXXXXXXX	
LUCRO LÍQUIDO	2.500	1.000	2.500	3.100	

(*) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS DO CONSOLIDADO: (cf p. 112 deste trabalho)

	CUSTO AQUIS	VR FAP /AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG
Estoque inicial	10.000	10,00	1.000,0000	11,00	11.000
Compras no mês	6.000	11,00	545,4545	11,00	6.000
Custo das vendas	(4.000)	10,00	(400,0000)	11,00	(4.400)
Estoque final	12.000		1.145,4545		12.600
Ajuste vr. presente Cts. a Pagar					(546)
Estoque final ajustado					12.054

(**) CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DE CONTAS A PAGAR DO CONSOLIDADO.

Taxa de inflação do mês	10% (0,10)
Saldo de contas a pagar c/ 30 dias	6.000
Valor presente $(6.000 \times 0,909)$	5.454
Ajuste a valor presente	546

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO":

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	19.000	2.500
(+) Correção Estoques	54	54
(+) Ajuste Cts. pagar	546	546
"Pela C. Integral"	19.600	3.100

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Pagamento C. Pagar	3.600	2.400	6.000
Vendas a vista	5.800	4.200	10.000
Compras a prazo	4.300	2.700	7.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

Obs : Compras a prazo c/ 30 dias

Em 31/MÊS 2, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL				
31/MÊS 2				
	"legislação"			!!"integral"!
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID
ATIVO				
Disponível	10.000	7.000	17.000	17.000
Estoque	8.600	5.400	14.000	13.573 (*)
Investimento	9.700		-	-
	28.300	12.400	31.000	30.573
PASSIVO				
Contas a Pagar	4.300	2.700	7.000	6.363 (**)
PATR. LÍQUIDO				
Capital	18.150	7.260	18.150	18.150
Luc. Acumulados	5.850	2.440	5.850	6.060
	24.000	9.700	24.000	24.210
	28.300	12.400	28.300	30.573

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2				
	"legislação"			!!"integral"!
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID
Receita de Vendas	10.600	7.400	18.000	18.800
Custo das Vendas	(5.300)	(3.700)	(9.000)	(10.890) (*)
LUCRO BRUTO	5.300	3.700	9.000	7.910
Equip. Patrim.	2.440		-	-
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	(1.850)
LUCRO OPERACION.	7.740	3.700	9.000	6.060
Corr. Monetária	(1.890)	(1.260)	(3.150)	XXXXXXXX
LUCRO LÍQUIDO	5.850	2.440	5.850	6.060

(*) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS DO CONSOLIDADO: (cf. p. 124 deste trabalho)

	CUSTO AQUIS	VR FAP /AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG	
Estoque inicial	12.000		1 145,4545	12,10	13.860	
Compras no mês	7.000	12,10	578,5124	12,10	7.000	
Custo das vendas	(5.000)	10,00	(500,0000)	12,10	(6.050)	
Estoque final	14.000		1.223,9669		14.810	
Ajuste vr. presente Cts. a Pagar					(637)	
Ganhos Monetários - Cts. a Pagar					(600)	
Estoque final ajustado					13.573	(*)
Custo vendas Mês 1	4.000	10,00	400,0000	12,10	4.840	
Custo vendas Mês 2	5.000	10,00	500,0000	12,10	6.050	
Custo acumulado	9.000		900,0000		10.890	(*)

(**) CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DE CONTAS A PAGAR:

Taxa de inflação do mês	10% (0,10)
Saldo de cts. a receber 30dd	7.000
Valor presente (7.000 x 0,909)	6.363
Ajuste a valor presente	637

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO":

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	24.000	5.850
(+) Correção Estoques	810	810
(-) Estorno do Ganhos em C. Pagar	(600)	(600)
"Pela C. Integral"	24.210	6.060

3.2.2 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "B".

(Consolidar as demonstrações já corrigidas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.2.1 (a):

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista	4.800	3.200	8.000
Compras a prazo	3.600	2.400	6.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

Obs.: Compras a prazo c/ 30 dias

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 1			
"PELA CORRECÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	7.800	5.200	13.000
Estoques	7.232	4.822	12.054
Investimento	7.840		-
	22.872	10.022	25.054
PASSIVO			
Contas a Pagar	3.272	2.182	5.454
PATR. LÍQUIDO			
Capital	16.500	6.600	16.500
Luc. Acumulados	3.100	1.240	3.100
	19.600	7.840	19.600
	22.872	10.022	25.054

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1			
"PELA CORRECÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	4.800	3.200	8.000
Custo de Vendas	(2.640)	(1.760)	(4.400)
LUCRO BRUTO	2.160	1.440	3.600
Equiv. Patrim.	1.240		-
Perdas I. Monet.	(300)	(200)	(500)
LUCRO OPERAC. LÍQUIDO	3.100	1.240	3.100

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.2.1 (b).

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Pagamento C. Pagar	3.600	2.400	6.000
Vendas a vista	5.800	4.200	10.000
Compras a prazo	4.300	2.700	7.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

Obs.: Compras a prazo c/ 30 dias

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL				
31/MÊS 2				
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"				
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO	
ATIVO				

Disponível	10.000	7.000	17.000	
Estoques	8.356	5.217	13.573	
Investimento	9.763		-	
	-----	-----	-----	
	28.119	12.217	30.573	
PASSIVO				

Contas a Pagar	3.909	2.454	6.363	(*)
PATR. LÍQUIDO				

Capital	18.150	7.260	18.150	
Luc. Acumulados	6.060	2.503	6.060	
	-----	-----	-----	
	24.210	9.763	24.210	
	=====	=====	=====	
	28.119	12.217	30.573	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2				
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"				
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO	
Receita de Venda	11.080	7.720	18.800	
Custo de Vendas	(6.413)	(4.477)	(10.890)	
	-----	-----	-----	
LUCRO BRUTO	4.667	3.243	7.910	
Equiv. Patrim.	2.503		-	
Perdas I. Monet.	(1.110)	(740)	(1.850)	
	-----	-----	-----	
LUCRO OPERAC. LÍQUIDO	6.060	2.503	6.060	

3.2.3 - OBSERVAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

Semelhantemente às observações sobre os resultados obtidos no Exemplo No. 1, pode-se generalizar que o tratamento dado aos ajustes de "Contas a Pagar" visto neste Exemplo, é aplicável também aos demais itens monetários realizáveis ou exigíveis em "moeda do futuro".

De acordo com a Instrução CVM No. 108/89, o valor do ajuste a valor presente de contas a pagar, bem como o valor do ganho monetário correspondente, deveriam ser considerados como redutores do custo das vendas (Art. 4o.). Todavia, tais valores foram considerados como redutores do custo dos estoques, tendo em vista que os bens adquiridos, neste exemplo, ainda não foram vendidos. (Instrução CVM No. 64/87, artigo 3o., parág. 3o.). Esta, inclusive, tem sido a prática encontrada nas empresas visitadas.

As observações sobre os resultados obtidos no exemplo anterior referentes à correção do estoque e do custo de vendas do consolidado (cf. tópico 3.1.3), são aplicáveis, também, a este exemplo. No entanto, dificuldades adicionais foram encontradas em relação ao Exemplo No. 1, quando do cálculo e distribuição dos ganhos e das perdas nos itens monetários e dos ajustes a valor presente, pelas contas a que se vinculam.

As demonstrações financeiras consolidadas (BP e DRE) "pela legislação" e "pela correção integral", similarmente ao Exemplo anterior, também se apresentaram iguais nos dois momentos (31/MÊS 1 e 31/MÊS 2), tanto pela aplicação do PROCEDIMENTO "A" quanto pela aplicação do PROCEDIMENTO "B".

3.3 - EXEMPLO N. 3

Este exemplo contempla as mesmas situações envolvidas no Exemplo No. 1, porém, considerando que a CIA ALFA vende parte do seu Estoque para a CIA BETA a vista. (Obs.: Todas as transações deste exemplo são a vista)

Neste caso, há a necessidade de se eliminar a parcela do "Lucro Não Realizado" embutido nos estoques do consolidado, tanto "pela legislação" (PROCEDIMENTO "A"), quanto "pela correção integral" (PROCEDIMENTO "B").

3.3.1 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "A":

(Corrigir as demonstrações consolidadas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista p/CIA BETA	2.000	-	2.000
Vendas a vista p/Terceiros	2.800	3.200	6.000
Compras a vista de CIA ALFA	-	2.000	2.000
Compras a vista - Terceiros	3.600	400	4.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

Em 31/MÊS 1, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL					
31/MÊS 1					
	"legislação"			!! "integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	!! CONSOLID	
ATIVO					
Disponível	4.200	2.800	7.000	7.000	
Estoque	7.200	4.800	11.000 *	11.700	(***)
Investimento	7.600		-	-	
	19.000	7.600	18.000	18.700	
PATR. LÍQUIDO					
Capital	16.500	6.600	16.500	16.500	
Luc. Acumulados	2.500	1.000	1.500	2.200	
	19.000	7.600	18.000	18.700	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1					
	"legislação"			!! "integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	!! CONSOLID	
Receita de Vendas	4.800	3.200	6.000 **	6.000	
Custo das Vendas	(2.400)	(1.600)	(3.000) **	(3.300)	(***)
LUCRO BRUTO	2.400	1.600	3.000	2.700	
Equiv. Patrim.	1.000		-	-	
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	(500)	
LUCRO OPERACION.	3.400	1.600	3.000	2.200	
Corr. Monetária	(900)	(600)	(1.500)	XXXXXXXX	
LUCRO LÍQUIDO	2.500	1.000	1.500	2.200	

(*) ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

Vendas da CIA ALFA p/ CIA BETA	2.000					
Custo das Vendas	(1.000)					
Lucro Não Realizado	1.000					

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO	
Estoque	7.200	4.800	12.000	(1.000)	11.000	(*)

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO	
Vendas	4.800	3.200	8.000	(2.000)	6.000	(**)
Custo	(2.400)	(1.600)	(4.000)	1.000	(3.000)	(**)

(***) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS:

	CUSTO AQUIS	VR FAP /AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG	
Estoque inicial	10.000	10,00	1.000,0000	11,00	11.000	
Compras de Terc.	4.000	11,00	363,6363	11,00	4.000	
Custo vendas Terc	(3.000)	10,00	(300,0000)	11,00	(3.300)	(***)
Estoque final	11.000		1.063,6363		11.700	(***)

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO":

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO	
"Pela legislação"	18.000	1.500	
(+) Correção Estoques	700	700	
"Pela C. Integral"	18.700	2.200	

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista p/CIA BETA	2.000	-	2.000
Vendas a vista p/Terceiros	3.800	4.200	8.000
Compras a vista de CIA ALFA	-	2.000	2.000
Compras a vista - Terceiros	4.300	700	5.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

Em 31/MÊS 2, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL 31/MÊS 2					
	"legislação"			!!"integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	!!	CONSOLID
ATIVO					
Disponível	5.700	4.300	10.000	!!	10.000
Estoque	8.600	5.400	12.000 *	!!	13.030 (***
Investimento	9.700		-	!!	-
	24.000	9.700	22.000	!!	23.030
PATR. LÍQUIDO					
Capital	18.150	7.260	18.150	!!	18.150
Luc. Acumulados	5.850	2.440	3.850	!!	4.880
	24.000	9.700	22.000	!!	23.030

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2					
	"legislação"			!!"integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	!!	CONSOLID
Receita de Vendas	10.600	7.400	14.000 **	!!	14.600 (***
Custo das Vendas	(5.300)	(3.700)	(7.000) **	!!	(8.470) (***
LUCRO BRUTO	5.300	3.700	7.000	!!	6.130
Equiv. Patrim.	2.440		-	!!	-
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	!!	(1.250)
LUCRO OPERACION.	7.740	3.700	7.000	!!	4.880
Corr. Monetária	(1.890)	(1.260)	(3.150)	!!	XXXXXXXX
LUCRO LÍQUIDO	5.850	2.440	3.850	!!	4.880

(*) ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO

Vendas da CIA ALFA p/ CIA BETA	4.000					
Custo das Vendas	(2.000)					
Lucro Não Realizado	2.000					
	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO	
Estoque	8.600	5.400	14.000	(2.000)	12.000	(*)

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO	
Vendas	10.600	7.400	18.000	(4.000)	14.000	(**)
Custo	(5.300)	(3.700)	(9.000)	2.000	(7.000)	(**)

(***) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS:

	CUSTO AQUIS	VR FAP / AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG	
Estoque inicial	11.000		1.063,6363	12,10	12.870	
Compras de Terc.	5.000	12,10	413,2231	12,10	5.000	
Custo vendas Terc	(4.000)	10,00	(400,0000)	12,10	(4.840)	
Estoque final	12.000		1.076,8594		13.030	(***)
Custo vendas p/Terc. MÊS 1	3.000	10,00	300,0000	12,10	3.630	
Custo vendas p/Terc. MÊS 2	4.000	10,00	400,0000	12,10	4.840	
Custo acumulado	7.000		700,0000		8.470	(***)

(****) CÁLCULO DA CORREÇÃO DA RECEITA DE VENDAS DO CONSOLIDADO.

	VR / VENDA	VR FAP /VENDA	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	VENDAS CORRIG
Vendas p/Terc MÊS 1	6.000	11,00	545,4545	12,10	6.600
Vendas p/Terc MÊS 2	8.000	12,10	661,1570	12,10	8.000
Vendas acumuladas	14.000		1.206,6115		14.600

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO
LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO".

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	22.000	3.850
(+) Correção Estoque	1.030	1.030
"Pela C. Integral"	23.030	4.880

3.3.2 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "B":

(Consolidar as demonstrações já corrigidas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.3.1 (a).

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista p/CIA BETA	2.000	-	2.000
Vendas a vista p/Terceiros	2.800	3.200	6.000
Compras a vista de CIA ALFA	-	2.000	2.000
Compras a vista - Terceiros	3.600	400	4.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

têm-se, após o seu registro e dos ajustes de equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 1			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	4.200	2.800	7.000
Estoques	7.560	5.040	11.700 (*)
Investimento	7.840		-
	19.600	7.840	18.700
PATR. LÍQUIDO			
Capital	16.500	6.600	16.500
Luc. Acumulados	3.100	1.240	2.200
	19.600	7.840	18.700

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	4.800	3.200	6.000 (**)
Custo de Vendas	(2.640)	(1.760)	(3.300) (**)
LUCRO BRUTO	2.160	1.440	2.700
Equip. Patrim.	1.240		-
Perdas I. Monet.	(300)	(200)	(500)
LUCRO OPERAC. LÍQUIDO	3.100	1.240	2.200

(*) ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

Vendas da CIA ALFA p/ CIA BETA.....	2.000					
Custo das Vendas (corrigido).....	(1.100)					
Lucro Não Realizado.....	900					
	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO	
Estoque	7.560	5.040	12.600	(900)	11.700	(*)

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES (CORRIGIDAS) INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO	
Vendas	4.800	3.200	8.000	(2.000)	6.000	(**)
Custo	(2.640)	(1.760)	(4.400)	1.100	(3.300)	(**)

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO DO CONSOLIDADO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA:

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO	
Controladora	19.600	3.100	
(-) Lucro Não Realizado	(900)	(900)	
Consolidado	18.700	2.200	

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.3.1 (b).

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a vista p/CIA BETA	2.000	-	2.000
Vendas a vista p/Terceiros	3.800	4.200	8.000
Compras a vista de CIA ALFA	-	2.000	2.000
Compras a vista - Terceiros	4.300	700	5.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 2			
"PELA CORRECÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	5 700	4 300	10 000
Estoques	9 107	5 703	13 030 (*)
Investimento	10 003		-
	24 810	10 003	23 030
PATR. LÍQUIDO			
Capital	18 150	7 260	18 150
Luc. Acumulados	6 660	2 743	4 880
	24 810	10 003	23 030

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2			
"PELA CORRECÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	11 080	7 720	14 600 (**)
Custo de Vendas	(6 413)	(4 477)	(8 470) (**)
LUCRO BRUTO	4 667	3 243	6 130
Equiv. Patrim.	2 743		-
Perdas I. Monet.	(750)	(500)	(1 250)
LUCRO OPERAC. LÍQUIDO	6 660	2 743	4 880

(*) ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

Vendas da CIA ALFA p/ CIA BETA.....	4.200					
Custo das Vendas (corrigido).....	(2.420)					
Lucro Não Realizado.....	1.780					
	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO	
Estoque	9.107	5.703	14.810	(1.780)	13.030	(*)

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES (CORRIGIDAS) INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO	
Vendas	11.080	7.720	18.800	(4.200)	14.600	(**)
Custo	(6.413)	(4.477)	(10.890)	2.420	(8.470)	(**)

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO DO CONSOLIDADO COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA:

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO	
Controladora	24.810	6.660	
(-) Lucro Não Realizado	(1.780)	(1.780)	
Consolidado	23.030	4.880	

3.3.3 - OBSERVAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

Tanto a aplicação do PROCEDIMENTO "A" quanto do PROCEDIMENTO "B" permite obter demonstrações financeiras consolidadas absolutamente iguais. Contudo, por qualquer um dos procedimentos adotado, existe a necessidade de se controlar os valores de vendas e de custo das vendas intersociedades, tanto expressas em moedas originais quanto em moeda constante.

Pelo PROCEDIMENTO "A" a correção dos estoques é feita a partir do estoque inicial, das compras e do custo das vendas para terceiros fora do grupo. Deve-se eliminar, antes, as transações de compra e venda intersociedades, quando da consolidação "pela legislação", eliminando, também o lucro não realizado.

Pelo PROCEDIMENTO "B", por sua vez, a eliminação do lucro não realizado é feita a partir da eliminação dos valores de venda e do custo das vendas intersociedades, já corrigidos, isto é, o lucro não realizado deve ser apurado "pela correção integral".

Convém notar que no caso de venda da controladora para a sociedade controlada, o resultado da equivalência patrimonial não reflete o "lucro não realizado", pois este ocorre apenas no Patrimônio Líquido da controladora (CIA ALFA). Todavia, o mesmo é eliminado no consolidado.

3.4 - EXEMPLO N. 4

Este exemplo contempla as mesmas situações envolvidas no Exemplo N. 2, considerando, porém, que a CIA BETA vende parte do seu estoque para a CIA ALFA a prazo. (Obs.: Todas as transações deste exemplo são a prazo).

Da mesma forma que no Exemplo N. 3, existe a necessidade de se eliminar a parcela do "Lucro Não Realizado" embutido nos estoques do consolidado.

O resultado da equivalência patrimonial, neste caso (controlada vendendo para a controladora), é apurado mediante o ajuste do lucro não realizado no patrimônio líquido da controlada.

3.4.1 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "A":

(Corrigir as demonstrações consolidadas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a prazo p/CIA ALFA	-	2.000	2.000
Vendas a prazo p/Terceiros	4.800	1.200	6.000
Compras a prazo de CIA BETA	2.000	-	2.000
Compras a prazo - Terceiros	1.600	2.400	4.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

Obs.: Vendas e Compras a prazo c/ 30 dias.

Em 31/MÊS 1, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL					
31/MÊS 1					
	"legislação"			!! "integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	!!	CONSOLID
ATIVO					

Disponível	3.000	2.000	5.000	!!	5.000
Cts. a Receber	4.800	3.200	6.000	!!	5.454
Estoque	7.200	4.800	11.000 *	!!	11.336
Investimento	6.600		-	!!	-
	21.600	10.000	22.000	!!	21.790
PASSIVO					

Cts. a Pagar	3.600	2.400	4.000	!!	3.636
PATR. LÍQUIDO					

Capital	16.500	6.600	16.500	!!	16.500
Luc. Acumulados	1.500	1.000	1.500	!!	1.654
	18.000	7.600	18.000	!!	18.154
	=====	=====	=====	!!	=====
	21.600	10.000	22.000	!!	21.790

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1					
	"legislação"			!! "integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	!!	CONSOLID
Receita de Vendas	4.800	3.200	6.000 **	!!	5.454
Custo das Vendas	(2.400)	(1.600)	(3.000)**	!!	(3.300)
LUCRO BRUTO	2.400	1.600	3.000	!!	2.154
Equiv. Patrim.	-0-		-	!!	-
Perdas I. Monet.	XXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XXXXXXXXX	!!	(500)
LUCRO OPERACION.	2.400	1.600	3.000	!!	1.654
Corr. Monetária	(900)	(600)	(1.500)	!!	XXXXXXXXX
LUCRO LÍQUIDO	1.500	1.000	1.500	!!	1.654

(*) ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

Vendas da CIA ALFA p/ CIA BETA.....	2.000				
Custo das Vendas.....	(1.000)				
Lucro Não Realizado.....	1.000				
	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO
Estoque	7.200	4.800	12.000	(1.000)	11.000

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO
Vendas	4.800	3.200	8.000	(2.000)	6.000
Custo	(2.400)	(1.600)	(4.000)	1.000	(3.000)

(***) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS:

	CUSTO AQUIS	VR FAP / AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG
Estoque inicial	10.000	10,00	1.000,0000	11,00	11.000
Compras de Terc.	4.000	11,00	363,6363	11,00	4.000
Custo vendas Terc	(3.000)	10,00	(300,0000)	11,00	(3.300)
Estoque final	11.000		1.063,6363		11.700
Ajuste vr presente Cts. a Pagar.....					(364)
Estoque final ajustado.....					11.336

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO":

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	18.000	1.500
(+) Correção Estoques	700	700
(+) Ajuste Cts. Pagar	364	364
(-) Ajuste Cts. Receber	(546)	(546)
"Pela C. Integral"	18.154	1.654

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Recebto Cts. a Receber	4.800	3.200	8.000
Pagamento Cts. a Pagar	3.600	2.400	6.000
Vendas a prazo p/CIA ALFA	-	2.000	2.000
Vendas a prazo p/Terceiros	5.800	2.200	8.000
Compras a prazo de CIA BETA	2.000	-	2.000
Compras a prazo - Terceiros	2.300	2.700	5.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

Obs.: Vendas e Compras a prazo c/ 30 dias.

Em 31/MÊS 2, após o registro das transações e os ajustes da equivalência patrimonial e da correção monetária, têm-se as seguintes demonstrações:

BALANÇO PATRIMONIAL					
31/MÊS 2					
	"legislação"			!!"integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID	
ATIVO					
Disponível	4.200	2.800	7.000	7.000	
Cts. a Receber	5.800	4.200	8.000	7.272	
Estoque	8.600	5.400	12.000 *	12.175	(***
Investimento	7.700		-	-	
	26.300	12.400	27.000	26.447	
PASSIVO					
Cts. a Pagar	4.300	2.700	5.000	4.545	
PATR. LÍQUIDO					
Capital	18.150	7.260	18.150	18.150	
Luc. Acumulados	3.850	2.440	3.850	3.752	
	22.000	9.700	22.000	21.902	
	=====	=====	=====	=====	
	26.300	12.400	27.000	26.447	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2					
	"legislação"			!!"integral"	
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLID	CONSOLID	
Receita de Vendas	10.600	7.400	14.000 **	13.272	(***
Custo das Vendas	(5.300)	(3.700)	(7.000)**	(8.470)	(***
LUCRO BRUTO	5.300	3.700	7.000	4.802	
Equiv. Patrim.	440		-	-	
Perdas I. Monet.	XXXXXXXX	XXXXXXXX	XXXXXXXX	(1.050)	
LUCRO OPERACION.	5.740	3.700	7.000	3.752	
Corr. Monetária	(1.890)	(1.260)	(3.150)	XXXXXXXX	
LUCRO LÍQUIDO	3.850	2.440	3.850	3.752	

(*) ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO

Vendas da CIA BETA p/ CIA ALFA	4.000				
Custo das Vendas	(2.000)				
Lucro Não Realizado	2.000				
	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO
Estoque	8.600	5.400	14.000	(4.000)	12.000

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO
Vendas	10.600	7.400	18.000	(4.000)	14.000
Custo	(5.300)	(3.700)	(9.000)	2.000	(7.000)

(***) CÁLCULO DA CORREÇÃO DOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO E DO CUSTO CORRIGIDO DAS VENDAS:

	CUSTO AQUIS	VR FAP /AQUIS	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	CUSTO CORRIG
Estoque inicial	11.000		1.063,6363	12,10	12.870
Compras de Terc	5.000	12,10	413,2231	12,10	5.000
Custo vendas Terc	(4.000)	10,00	(400,0000)	12,10	(4.840)
Estoque final	12.000		1.076,8594		13.030
Ajuste vr. presente Cts. a Pagar					(455)
Ganho Monetário em Cts. a Pagar					(400)
Estoque final ajustado					12.175
Custo vendas p/Terc. MÊS 1	3.000	10,00	300,0000	12,10	3.630
Custo vendas p/Terc. MÊS 2	4.000	10,00	400,0000	12,10	6.840
Custo acumulado	7.000		700,0000		8.470

(****) CÁLCULO DA CORREÇÃO DA RECEITA DE VENDAS DO CONSOLIDADO:

	VR. / VENDA	VR FAP /VENDA	QTE FAP	VR FAP/ BALANÇO	VENDAS CORRIG
Vendas p/Terc MÊS 1	6.000	11,00	545,4545	12,10	6.600
Vendas p/Terc MÊS 2	8.000	12,10	661,1570	12,10	8.000
Vendas acumuladas	14.000		1.206,6115		14.600
(-) Ajuste vr. presente Cts. a Receber.....					(728)
(-) Perdas Monetárias - Cts. a Receber.....					(600)
Vr vendas (corrigido e ajustado).....					13.272

CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL" COM O PATRIMÔNIO LÍQUIDO E O LUCRO
LÍQUIDO CONSOLIDADO "PELA LEGISLAÇÃO":

	PATR. LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO
"Pela legislação"	22.000	3.850
(+) Correção Estoque	1.030	1.030
(-) Estorno Ganhos C. Pagar	(400)	(400)
(-) Ajuste Cts. a receber	(728)	(728)
"Pela C. Integral"	21.902	3.752

3.4.2 - APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO "B":

(Consolidar as demonstrações já corrigidas)

(a) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 1:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.4.1 (a):

TRANSAÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Vendas a prazo p/CIA ALFA	-	2.000	2.000
Vendas a prazo p/Terceiros	4.800	1.200	6.000
Compras a prazo de CIA BETA	2.000	-	2.000
Compras a prazo - Terceiros	1.600	2.400	4.000
Custo das vendas	2.400	1.600	4.000

Obs.: Vendas e Compras a prazo c/ 30 dias.

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL			
31/MÊS 1			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	3.000	2.000	5.000
Cts. a Receber	4.363	2.909	5.454
Estoques	7.232	4.822	11.336 (*)
Investimento	6.831		-
	21.426	9.731	21.790
PASSIVO			
Cts. a Pagar	3.272	2.182	3.636
PATR. LÍQUIDO			
Capital	16.500	6.600	16.500
Luc. Acumulados	1.654	949	1.654
	18.154	7.549	18.154
	21.426	9.731	21.790

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 1			
"PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	4.363	2.909	5.454 (**)
Custo de Vendas	(2.640)	(1.760)	(3.300) (**)
LUCRO BRUTO	1.723	1.149	2.154
Equiv. Patrim.	231		-
Perdas I. Monet.	(300)	(200)	(500)
LUCRO OPERAC. LÍQUIDO	1.654	949	1.654

(*) CÁLCULO DO LUCRO NÃO REALIZADO (CORRIGIDO) NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

Vendas da CIA BETA p/ CIA ALFA a prazo.....	2.000
Ajuste vr. presente Cts. a Receber.....	(182)
Vr. Vendas ajustado.....	1.818
Custo corrigido das vendas.....	(1.100)
Lucro Não Realizado.....	718

CÁLCULO DO ESTOQUE FINAL CORRIGIDO E AJUSTADO:

	CIA ALFA	CIA BETA
	-----	-----
Estoque inicial	6.000 x 1,10 = 6.600	4.000 x 1,10 = 4.400
Compras	3.600 x 1,00 = 3.600	2.400 x 1,00 = 2.400
Custo vendas	(2.400) x 1,10 = (2.640)	(1.600) x 1,10 = (1.760)
	-----	-----
Estoque final	7.560	5.040
Ajuste vr presente Cts. Pagar.	(328)	(218)
	-----	-----
Estoque final ajustado	7.232	4.822

ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO	
Estoque	7.232	4.822	12.054	(718)	11.336	(*)

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES (CORRIGIDAS) INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO	
Vendas	4.363	2.909	7.272	(1.818)	5.454	(**)
Custo	(2.640)	(1.760)	(4.400)	1.100	(3.300)	(**)

(b) MOVIMENTAÇÃO REGISTRADA EM 31/MÊS 2:

Considerando a mesma movimentação do exemplo 3.4.1 (b):

TRANSACÇÃO	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA
Recebto Cts. a Receber	4.800	3.200	8.000
Patamento Cts. a Pagar	3.600	2.400	6.000
Vendas a prazo p/CIA ALFA	-	2.000	2.000
Vendas a prazo p/Terceiros	5.800	2.200	8.000
Compras a prazo de CIA BETA	2.000	-	2.000
Compras a prazo - Terceiros	2.300	2.700	5.000
Custo das vendas	2.900	2.100	5.000

Obs.: Vendas e Compras a prazo c/ 30 dias.

têm-se, após o seu registro e dos ajustes da equivalência patrimonial, as seguintes demonstrações.

BALANÇO PATRIMONIAL 31/MÊS 2 "PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
ATIVO			
Disponível	4.200	2.800	7.000
Cts. a Receber	5.272	3.818	7.272
Estoques	8.356	5.217	12.175 (*)
Investimento	7.983	-	-
	25.811	11.835	26.447
PASSIVO			
Cts. a Pagar	3.909	2.454	4.545
PATR. LÍQUIDO			
Capital	18.150	7.260	18.150
Luc. Acumulados	3.752	2.121	3.752
	21.902	9.381	21.902
	25.811	11.835	26.447

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 01/MÊS 1 a 31/MÊS 2 "PELA CORREÇÃO INTEGRAL"			
	CIA ALFA	CIA BETA	CONSOLIDADO
Receita de Venda	10.072	7.018	13.272 (**)
Custo de Vendas	(6.413)	(4.477)	(8.470) (**)
LUCRO BRUTO	3.659	2.541	4.802
Equiv. Patrim.	723	-	-
Perdas I. Monet.	(630)	(420)	(1.050)
LUCRO OPERAC. LÍQUIDO	3.752	2.121	3.752

(*) CÁLCULO DO LUCRO NÃO REALIZADO (CORRIGIDO) NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

Vendas da CIA BETA p/ CIA ALFA a prazo.....	4.200
Ajuste vr. presente Cts. a Receber.....	(182)
Perdas Monetárias - Cts. a Receber.....	(200)
Vr. Vendas ajustado.....	3.818
Custo corrigido das vendas.....	(2.420)
Lucro Não Realizado.....	1.398

CÁLCULO DO ESTOQUE FINAL CORRIGIDO E AJUSTADO:

	CIA ALFA	CIA BETA
Estoque inicial $7.560 \times 1,10 =$	8.316	$5.040 \times 1,10 =$ 5.544
Compras $4.300 \times 1,00 =$	4.300	$2.700 \times 1,00 =$ 2.700
Custo vendas $(2.900) \times 1,21 =$	(3.509)	$(2.100) \times 1,10 =$ (2.541)
Estoque final.....	9.107	5.703
Ajuste vr presente Cts. Pagar. (391)		(246)
Ganhos Monetário - Cts. Pagar. (360)		(240)
Estoque final ajustado.....	8.356	5.217

ELIMINAÇÃO DO LUCRO NÃO REALIZADO NOS ESTOQUES DO CONSOLIDADO:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	LRN	CONSOLIDADO	
Estoque	8.356	5.217	13.573	(1.398)	12.175	(*)

(**) ELIMINAÇÃO DAS TRANSAÇÕES (CORRIGIDAS) INTERSOCIEDADES:

	CIA ALFA	CIA BETA	SOMA	ELIMIN	CONSOLIDADO	
Vendas	10.072	7.018	17.090	(3.818)	13.272	(**)
Custo	(6.413)	(4.477)	(10.890)	2.420	(8.470)	(**)

3.4.3 - OBSERVAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos neste exemplo são semelhantes aos encontrados no exemplo anterior. Contudo, observa-se um aumento da quantidade de dados e informações a serem controlados, em função das compras e vendas a prazo.

Pela aplicação do PROCEDIMENTO "A" o ajuste a valor presente e o valor do ganho monetário em Contas a Pagar são deduzidos do valor do estoque consolidado corrigido. Esses valores, são calculados a partir do saldo de Contas a Pagar "a Terceiros", isto é, já eliminados os valores a pagar e a receber entre as sociedades do consolidado. O ajuste a valor presente e a perda monetária de Contas a Receber, da mesma forma, são deduzidos das receitas de vendas do consolidado "pela correção integral".

Pelo PROCEDIMENTO "B" o ajuste a valor presente e a perda monetária em Contas a Receber foram considerados no cálculo do Lucro Não Realizado, quando este foi decorrente de transações "a prazo" entre as sociedades. O ajuste a valor presente e o ganho monetário em Contas a Pagar, por outro lado, reduzem o custo das vendas, ou o valor do estoque como no caso deste exemplo, não afetando, desse modo, o cálculo do "lucro não realizado".

VI - ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

1 - INTRODUÇÃO

A análise foi feita no sentido de responder, dentro de suas limitações, às perguntas formuladas no Capítulo III deste estudo.

Dessa maneira, diante dos resultados obtidos pela aplicação dos procedimentos "A" (corrigir as demonstrações consolidadas) e "B" (consolidar as demonstrações corrigidas), pode-se argumentar o seguinte:

Na obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral", encontraram-se algumas dificuldades adicionais em relação ao processo de consolidação de demonstrações financeiras "pela legislação". Contudo, os dois procedimentos "A" e "B" apresentam complexidades particulares, que são analisadas a seguir.

2 - PRINCIPAIS PROBLEMAS E/OU DIFICULDADES.

(a) Em relação ao PROCEDIMENTO "A":

Por este procedimento, primeiro consolidam-se as demonstrações financeiras "pela legislação", aplicando, em seguida, a correção monetária integral sobre estas demonstrações.

A consolidação, a princípio, é executada normalmente, isto é, sem se preocupar, ainda, com a correção integral.

O processo da correção monetária integral é aplicado, então, a partir de ajustes às demonstrações financeiras consolidadas "pela legislação".

Conforme referenciado na revisão bibliográfica, tais ajustes são necessários para permitir que os itens das demonstrações financeiras que estão expressos em "moeda do passado" e "do futuro" e que não foram ajustados pela "correção legal", possam se apresentar por valores da mesma moeda "do presente".

Ocorre, porém, que esses itens se apresentam nas demonstrações financeiras consolidadas "pela legislação", por uma amálgama de valores heterogêneos oriundos das sociedades do grupo consolidado.

Neste sentido, as informações sobre as datas de formação, de realização e de liquidação dos itens a serem corrigidos ou ajustados, podem não estar disponíveis, de imediato, na sociedade encarregada de elaborar a consolidação. Necessário se torna, então, recorrer às demais sociedades do consolidado na obtenção dessas informações, essenciais ao processo de correção monetária integral.

Pode-se notar, todavia, que as informações necessárias ao processo, nos exemplos anteriores foram:

- datas de formação dos estoques,
- datas das compras,

- datas das vendas;
- , - datas de vencimentos das compras e das vendas a prazo,

Nos Exemplos No. 3 e No. 4 foi necessário controlar, ainda, as seguintes informações:

- data das transações entre as sociedades;
- valores de venda e do custo das vendas;
- valor do lucro não realizado, e
- datas de vencimentos,

Além do que, foi imprescindível que estas informações estivessem individualizadas, isto é, relativas a cada sociedade integrante do consolidado.

Fica evidente, dessa forma, que a complexidade de aplicação deste procedimento ("A") pode aumentar à medida que se aumentam: o número de sociedades controladas, a quantidade de itens a serem corrigidos ou ajustados, bem como à proporção que se avolumam e diversificam as transações das sociedades envolvidas no processo de consolidação.

Vê-se, então, que o trabalho adicional para a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral" pelo PROCEDIMENTO "A" está voltado para a aplicação do método da correção moentária integral.

(b) Em relação ao PROCEDIMENTO "B":

Por este procedimento pressupõe-se a consolidação de demonstrações financeiras já elaboradas "pela correção integral".

O trabalho de correção monetária integral estaria voltado, dessa forma, para as demonstrações financeiras individuais, sem se preocupar, ainda, com a consolidação. Neste caso, as informações necessárias ao processo podem estar à mão e já individualizadas.

O trabalho de consolidação, por seu lado, consiste do mesmo processo de consolidação de demonstrações financeiras "pela legislação", obtendo dessa forma, imediatamente, as demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral".

É de se notar, nessa circunstância, que o trabalho adicional para a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral" pelo PROCEDIMENTO "B" está voltado, também, para o processo de correção monetária integral. Ou seja, há a necessidade de se elaborar, primeiro, todas as demonstrações a consolidar, "pela correção integral".

3 - ANÁLISE COMPARATIVA.

Comparando-se as análises dos resultados obtidos pela aplicação dos procedimentos "A" e "B", argumenta-se o seguinte:

(a) PROCEDIMENTO "A":

(Corrigir as demonstrações consolidadas)

O processo de consolidação de demonstrações financeiras "pela correção integral", pelo PROCEDIMENTO "A", pode tornar-se bastante complexo e trabalhoso, ao considerar que: à medida que se aumenta a quantidade de sociedades controladas e de itens a serem corrigidos ou ajustados, ou mesmo das transações das sociedades do grupo, haverá um acréscimo na quantidade de informações necessárias ao processo de correção integral. Com efeito, as diversas informações, de várias sociedades, poderão estar se referindo a números já consolidados, havendo a necessidade, portanto, de separá-los e individualizá-los novamente.

Esta circunstância ocorre, por exemplo, com o estoque consolidado. Para corrigi-lo, existe a necessidade de decompô-lo em partes individuais relativas a cada sociedade, de modo a identificar o valor e a data de formação do estoque de cada uma. O mesmo ocorre com outros itens das demonstrações financeiras que são serem corrigidos ou ajustados depois de consolidados.

(b) PROCEDIMENTO "B":

(Consolidar as demonstrações já corrigidas)

A complexidade ou trabalho adicional para a consolidação de demonstrações financeiras "pela correção integral", por este procedimento, consiste na tarefa de corrigir "pelo método da correção integral" todas as demonstrações financeiras individuais, para depois, então, consolidá-las

Contudo, a correção monetária integral das demonstrações individuais se apresentou, nos exemplos simulados do Capítulo V, com menor complexidade ou trabalho do que a correção monetária integral das demonstrações já consolidadas.

Isto se explica, ao que se sustenta, por estarem as informações acerca dos itens a serem corrigidos ou atualizados disponíveis e individualizadas para cada sociedade

Se se considerar, ainda, que cada sociedade do consórcio elabore as suas próprias demonstrações financeiras "pela correção integral", o trabalho de consolidação por parte da sociedade encarregada do processo (controladora ou de comando de grupo), estará reduzido à tarefa de consolidar essas demonstrações.

CONCLUSÕES, SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

1 - INTRODUÇÃO

As conclusões apresentadas a seguir estão limitadas às observações feitas sobre os resultados obtidos nas situações abordadas pelos exemplos deste estudo.

Contudo, pode-se afirmar, com segurança, que os resultados obtidos pela aplicação dos procedimentos "A" e "B" em outras situações de consolidação, tais como: o tratamento do ágio e do deságio, provisão para perdas e participações de acionistas minoritários, são semelhantes aos obtidos nos exemplos apresentados neste estudo, que, mesmo não tendo sido neste abordadas, foram cuidadosamente estudadas.

Dessa forma, pode-se sustentar o seguinte:

- (a) Os ajustes decorrentes da aplicação do método da correção monetária integral são tratados, na consolidação de demonstrações financeiras, de forma semelhante aos elementos aos quais se referem. Isto é, se se referirem a elementos que devam ser consolidados ou a elementos que devam ser eliminados, assim também esses são considerados. No entanto, pela aplicação do PROCEDIMENTO "A" ajustam-se, tão somente, elementos do consolidado, porquanto as eliminações já ocorreram no processo de consolidação. Pelo PROCEDIMENTO "B", por sua vez, eliminam-se do consolidado os elementos depois de corrigidos e/ou ajustados pela correção integral.

- (b) O trabalho adicional para a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral" está voltado, em ambos os procedimentos ("A" e "B") para a aplicação do método da correção monetária integral.
- (c) Pelo PROCEDIMENTO "A", obtém-se, primeiro, demonstrações financeiras consolidadas "pela legislação" (de utilidade limitada), enquanto que, pelo PROCEDIMENTO "B" obtém-se, de imediato, demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral" (de utilidade indiscutivelmente superior às aquelas).
- (d) As técnicas de consolidação são, portanto, aplicáveis às demonstrações financeiras "pela correção integral", confirmando, assim, a compatibilidade e a harmonia existente nas metodologias de "consolidação de balanços" e "correção monetária integral". Esta harmonia, por sua vez, confirma a praticabilidade da consolidação de demonstrações financeiras elaboradas segundo o método da correção monetária integral.
- (e) A aplicação de diferentes procedimentos não provocam, por si sós, nenhuma diferença de resultado na obtenção de demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral". No entanto, a aplicação dos dois procedimentos "A" e "B" apresentou complexidades particulares.

Diante das sustentações acima, pela prática encontrada

pessoas entrevistadas, que lidam com o problema estudado, chegou-se à seguinte conclusão:

2 - C O N C L U S ã O

"Tanto o PROCEDIMENTO "A". (Corrigir as demonstrações consolidadas) quanto o PROCEDIMENTO "B". (Consolidar as demonstrações já corrigidas) são praticáveis, do ponto de vista metodológico. Contudo, a praticabilidade do PROCEDIMENTO "B" é maior em relação ao PROCEDIMENTO "A", porquanto este apresenta maior "complexidade ou custos indevidos" em relação àquele.

3 - SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Com o objetivo de propiciar alguma contribuição ao desenvolvimento da cultura contábil brasileira, este estudo propõe as seguintes sugestões e recomendações:

Sugere-se à futuros pesquisadores que verifiquem o grau de utilidade de demonstrações financeiras consolidadas por parte de grupos de usuários, para os quais, acredita-se, essas demonstrações devam ser de grande valia

À Comissão de Valores Mobiliários-CVM, sugere-se que se dispensem as sociedades da obrigatoriedade de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas "pela legislação", no

sentido, de que estas "não possuem nenhum valor ou eficácia jurídica" (*), como também possuem pouco ou nenhum valor do ponto de vista econômico. Neste sentido, o sistema de informação contábil dessas empresas tornar-se-ia mais ágil e mais econômico, com a redução da quantidade de informações suplantadas e com custos indevidos

Enquanto isso, chama-se a atenção dos auditores independentes para que evidenciem em seus relatórios de auditoria, a relevância das informações prestadas pelas demonstrações financeiras consolidadas "pela correção integral", quando somente estas refletem a real posição financeira e patrimonial, o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos do "grupo consolidado".

Aos professores e aos acadêmicos dos cursos de Ciências Contábeis, por seu turno, recomenda-se a ênfase e o aprofundamento do estudo das metodologias aqui abordadas, no sentido de contribuir positivamente no embasamento teórico dos futuros profissionais de contabilidade.

Finalmente, recomenda-se às empresas que, mesmo não estando obrigadas à publicação de demonstrações financeiras "complementares" e "consolidadas", que adotem a prática da consolidação (quando cabível) e da correção monetária integral, sempre possível, no sentido de prover os seus usuários com informações contábeis mais objetivas e mais relevantes.

(*) cf. FLORENTINO, Americo M. "Análise contábil" (1987) p. 109

B I B L I O G R A F I A

GERAL

- ANTHONY, Robert N. "Contabilidade gerencial: uma introdução à contabilidade." Traduzido por Luiz A. Caruzo. --São Paulo:Atlas, 1974 (Cap. 2-Conceitos contábeis básicos. p. 29-56).
- BRASIL. Leis, decretos etc. "Lei das sociedades por ações: Lei n. 6 404, de 15-12-76. legislação complementar." 20. ed. --São Paulo:Atlas, 1986
- "Idem. Exposição de Motivos n. 196, de 24-6-76, do Ministério da Fazenda " Idem.
- Lei n. 7.799, de 10-7-89 (reinstitui a correção monetária de balanço, etc.)
- CERVO, Amado L. et BERVIAN, Pedro A. "Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários." 3.ed. --São Paulo:McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. "Análise de balanços." 4.ed. --São Paulo:Atlas, 1986 (Cap. 2 - Sistema de informação contábil e os princípios de contabilidade geralmente aceitos." p. 20-43.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES-IBRACON. "Princípios contábeis: normas e procedimentos de auditoria." --São Paulo: Atlas, 1988 (Estrutura conceitual básica da contabilidade. p. 24-62).

CONSOLIDAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- ALMEIDA, Marcelo C. "Consolidação de demonstrações financeiras: equivalência patrimonial, conversão de demonstrações em moeda estrangeira." --São Paulo:Atlas, 1985.
- ARPLAN, Jeffrey S. and RADEBAUGH, Lee H. "International accounting and multinational enterprises." 2nd. ed. --New York:John Wiley & Sons, 1985 (Chapter 6, p. 174-8).
- BEAMS, Floyd A. "Advanced accounting". --Englewood Cliffs:Prentice-Hall, Inc. 1979.
- BEDFORD, Norton M.; PERRY, Keneth W. and WYATT, Arthur R. "Advanced accounting: an organizational approach." 2nd. ed. --New York:John Wiley & Sons, 1967 (Chapters 9.17, p. 246-321).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS-CVM

Instrução CVM n. 01, de 27-04-78;
Instrução CVM n. 15, de 03-11-80;
Nota Explicativa CVM n. 21, de 03-11-80;
Instrução CVM n. 30, de 17-04-84

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD-FASB. "Accounting Research Bulletin n. 51: Consolidated Financial Statements."

--New York: American Institute of Certified Public Accountants-AICPA, August, 1959.

----- "Statement of Financial Accounting Standards n. 94: an amendment of ARB n. 51 --Stamford: Financial Accounting Fundation, October, 1987

FINNEY, H. A. and MILLER, H. E. "Principles of financial accounting: a conceptual approach." --Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1968 (Chapter 17, p. 362-85).

FLORENTINO, Américo M. "Análise contábil." 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas-FGV, 1987 (Cap. 10-Análise de setores e de grupos econômicos. p. 109-17)

HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory." 4nd. ed. --Homewood: Richard D. Irwin, Inc., 1982. (Chapter 19, p. 452-73).

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES-IBRACON. "Princípios contábeis: normas e procedimentos de auditoria." --São Paulo: Atlas, 1988

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE-IASC. "Normas Internacionais de Contabilidade-NIC 3 (IAS-3). Demonstrações financeiras consolidadas." Traduzidas pelo IBRACON. "Princípios contábeis" --São Paulo: Atlas, 1988

JAEGER, H. K. "The structure of consolidated accounting." --London: McMillan Press, 1976.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu et GELBCKE, Ernesto R. "Manual de contabilidade das sociedades por ações." 2. ed. --São Paulo: Atlas, 1981 (Cap. 33, p. 479-526).

MOSICH, A. N. and LARSEN, E. J. "Modern advanced accounting." 3nd. ed. --New York: McGraw-Hill, Inc., 1983.

ROSENFELD, Paul and RUBIN, Steven. "Consolidation, translation, and the equity method: concepts and procedures." --New York: John Wiley & Sons, 1985.

SILVA, Paulo R. da. "Contribuição para a análise do tratamento dos resultados não realizados em vendas da investidora para a investida." Dissertação de mestrado. --Rio de Janeiro: FGV/ISEC, 1988.

STANDERSKI, Wlademiro. "Consolidação de balanços em empresas nacionais e multinacionais" --São Paulo:Pioneira, 1976.

WALTER, Milton A. "Investimentos relevantes e equivalência patrimonial.lucros a realizar, reavaliação de bens e consolidação de balanços." --São Paulo:Saraiva, 1982.

WOOLF, E., TANNA,S., and SING H. K. "Advanced financial accounting" --Estover, Great Britain:McDonald & Evans Ltd., 1985.

CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL

ALMEIDA, Marcelo C. "Correção monetária integral das demonstrações financeiras: de acordo com a Instrução CVM No. 64, de 19-5-87." --São Paulo:Atlas, 1988

----- "Equivalência patrimonial e correção integral." Temática contábil e balanços. --Rio de Janeiro:Boletim IOB n. 27, 1987.

ARPAN, Jeffrey S. and RADEBAUGH, Lee H. "International accounting and multinational enterprises." 2nd.ed. --New York, John Wiley & Sons, 1985 (Chapter 3. p. 45-77).

BENTO, Salvador A. et BENTO, Rogério A. "Demonstrações financeiras com correção integral:manual de elaboração de acordo com a Instrução CVM n. 64, de 19-5-87 " --São Paulo. Atlas, 1987.

BRAGA, Hugo R. "Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação." --São Paulo:Atlas, 1987 (Apêndice p. 177).

BRAGA, Roberto D. et SZUSTER, Natan. "Efeitos dos indexadores nos resultados contábeis." --São Paulo:Gazeta Mercantil, Ed. 30-1-89.

BRASIL. Leis, decretos etc. "Lei n. 7.799, de 10-7-89." (restitui a correção monetária e cria o BTN).

----- "Instrução Normativa do SRF n. 83, de 10-8-89"

----- Lei No. 8.177, de 01-3-91. (extingue o BTN e o BTNF).

----- Lei No. 8.200, de 28-6-91. (adota o INPC como fator de correção monetária dos balanços)

BRUNÉLI, Teresa C. "Os bancos sob efeito da inflação: reflexo nas suas demonstrações contábeis." Dissertação de mestrado. --Rio de Janeiro:ISEC/FGV, 1987

----- "Correção integral do balanço: perspectivas de mudanças na legislação vigente." Seleções ATC. --Rio de Janeiro:COAD, jul./ago. 1987 p. 13-22

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS-CVM.

Instrução CVM No. 64, de 19-5-87.

Parecer de Orientação CVM No. 14

Instrução CVM No. 108, de 27-12-89.

Instrução CVM No. 138, de 16-1-91.

Deliberação CVM No. 127, de 29-7-91.

EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA-USP. "Contabilidade introdutória." 6. ed. --São Paulo: Atlas, 1983 (Capítulo 11, p. 264-76).

GIL, Jorge M. "La inflación y sus efectos en la información financiera." Contaduría U. de A. Mendellin, set. 1988.

HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting theory." 4nd. ed. --Homewood: Richard D. Irwin, Inc., 1982 (Chapter 9, p. 206-35).

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE-IASC. "Normas Internacionais de Contabilidade-NIC-15: Informações que refletem os efeitos das mudanças de preços." Traduzidas pelo IBRACON. "Princípios contábeis" 1988.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. "Teoria da contabilidade." 2. ed. --São Paulo: Atlas, 1987. (Capítulo 15, p. 233-46).

MARTINS, Fliseu. "Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicações no lucro e na alavancagem financeira." 2. ed. --São Paulo: Atlas, 1984.

----- "Correção integral de balanços (Price-level accounting)" Revista da CVM. --Rio de Janeiro. 3(7):9-15, jan./jun. 1985.

----- "A Instrução CVM No. 64/87" Temática Contábil e balanços. --Rio de Janeiro: Boletim IOB n. 28/1987.

----- "A ONU aprova a correção integral" Temática contábil e balanços --Rio de Janeiro. Boletim IOB n. 13 e 14, 1989.

----- "Contabilidade, inflação geral e inflação específica - como entender um pouco mais." Temática contábil e Balanços. --Rio de Janeiro: Boletim IOB n. 25, 1989.

----- "Correção integral: algumas mudanças com a utilização do sistema misto." Temática contábil e balanços. --Rio de Janeiro: Boletim IOB n. 8, 1990.

MONTEIRO, Dery da R. "A Instrução n. 64 da CVM e os objetivos da contabilidade." Revista Brasileira de Contabilidade. --Rio de Janeiro: CFC (63):35-5, out./dez. 1987.

MORAES, Dêlcio D. "Uma análise da aplicação da correção monetária integral das demonstrações contábeis pelas companhias abertas no Brasil em 1987 - Instrução CVM n. 64/87." Dissertação de mestrado. --Rio de Janeiro: FGV/ISEC, 1989.

- MOST, Keneth S. "Accounting theory." 2nd ed. --Columbus:Grid Publishing, Inc., 1982 (Chapter 10, p. 259-300).
- OROZCO, Noé D. "Parcelas monetárias e não monetárias: uma opinião para facilitar a diferenciação." Contaduria Pública (4):43-6, 1988. Traduzido pela Instituto Superior de Estudos Contábeis. --Rio de Janeiro:FGV/ISEC, Leituras Seleccionadas n. 44, 1989.
- SZUSTER, Natan. "Métodos contábeis de reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda: uma aplicação prática." Dissertação de mestrado. --São Paulo:USP/FEA, 1980.
- , "Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital na empresa." Tese de doutorado. --São Paulo:USP/FEA, 1985.
- , "Os boletins IOB e a literatura sobre o método da correção integral." Temática contábil e balanços. --Rio de Janeiro:Boletim IOB n. 28 e 29, 1987.
- , "Análise das demonstrações contábeis em ambiente inflacionário (método da correção integral)." Apêndice in BRAGA, Hugo R. "Demonstrações financeiras." --São Paulo:Atlas, 1987.
- , et MONTEIRO, Dery da R. "O impacto da inflação na análise das demonstrações financeiras." Conjuntura Econômica (Ed. Especial). --Rio de Janeiro:Editora da FGV 43(8)48-54, ago. 1989.
- TREVISAN & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES "Demonstrações financeiras em moeda constante." --São Paulo:Atlas, 1988.
- WITTINGTON, Geoffrey. "Inflation accounting: an introduction to the debate." --Cambridge:Cambridge University Press, 1983.